

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

HERMANN JUNIOR MOREAU

**DA *REVOLUÇÃO GERENCIAL* DE J. BURNHAM AO *CAPITALISMO GERENCIAL*
DE G. DUMÉNIL & D. LÉVY: A PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA AO
CAPITALISMO PELA DOUTRINA GERENCIALISTA COMO VARIANTE DA
IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA**

Juiz de Fora

2023

HERMANN JUNIOR MOREAU

**DA *REVOLUÇÃO GERENCIAL* DE J. BURNHAM AO *CAPITALISMO GERENCIAL*
DE G. DUMÉNIL & D. LÉVY: A PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA AO
CAPITALISMO PELA DOUTRINA GERENCIALISTA COMO VARIANTE DA
IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para qualificação no curso de Mestrado Acadêmico em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moreau, Hermann Junior.

DA REVOLUÇÃO GERENCIAL DE J. BURNHAM AO CAPITALISMO GERENCIAL DE G. DUMÉNIL & D. LÉVY: A PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO PELA DOCTRINA GERENCIALISTA COMO VARIANTE DA IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA / Hermann Junior Moreau. -- 2023.

97 p. : il.

Orientador: Elcemir Paço Cunha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2023.

1. Doutrina gerencialista. 2. Ideologia da Terceira Via . 3. Apolo indireta ao capitalismo. 4. Teoria dos gestores. I. Paço Cunha , Elcemir, orient. II. Título.

HERMANN JUNIOR MOREAU

**DA REVOLUÇÃO GERENCIAL DE J. BURNHAM AO CAPITALISMO GERENCIAL
DE G. DUMÉNIL & D. LÉVY: A PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA AO
CAPITALISMO PELA DOUTRINA GERENCIALISTA COMO VARIANTE DA
IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Administração – Mestrado – da
Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aprovado em: _____ de _____ 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha – Orientador / Universidade Federal de Juiz de Fora.

Prof. Dr. Ronaldo Vielmi Fortes / Universidade Federal de Juiz de Fora.

Prof. Dr. Wescley Silva Xavier / Universidade Federal de Viçosa

HERMANN JUNIOR MOREAU

DA REVOLUÇÃO GERENCIAL DE J. BURNHAM AO CAPITALISMO GERENCIAL DE G. DUMÉNIL & D. LÉVY: A PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO PELA DOCTRINA GERENCIALISTA COMO VARIANTE DA IDEOLOGIA DA TERCEIRA VIA

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
Administração
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Administração.

Aprovada em 26 de maio de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Doutor. Elcemir Paço Cunha - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Doutor. Ronaldo Vielmi Fortes
Universidade Federal de Juiz de Fora

Doutor. Wescley Silva Xavier
Universidade Federal de Viçosa

Juiz de Fora, 26/05/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elcemir Paco Cunha, Professor(a)**, em 26/05/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do



art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Silva Xavier, Usuário Externo**, em 30/05/2023, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 31/05/2023, às 08:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1302436** e o código CRC **D2A6D039**.

Universidade Federal de Juiz de Fora

Eu dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus e depois a minha família, meus amigos de pesquisadores e meus professores, que lhes dão apoio, força e coragem para seguir em frente em meio a todas as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu agradeço a Deus por me ter abençoado durante este trabalho e também quero agradecer minha família pelo suporte incondicional que eu recebi, meus irmãos Alexandra, Wenley e Doaldy Moreau, minhas mães Marie Michel Alexandre e Noeme Alves Maciel me ensinaram sobre a importância do estudo e dedicaram esforço e tempo me ajudando no meu processo de formação acadêmica e pessoal.

Fico agradecido também pela oportunidade de estudar e me aperfeiçoar ao lado dos meus amigos do mestrado, haitianos e brasileiros, especialmente ao Lucas, Jessica, Iago, Vitória, Thalia, Gregory, Chancy, Moïse Dijikens que, mesmo à distância, mantiveram-se unidos e ficaram do meu lado quando eu mais precisei. Em especial ao Lucas, que sempre esteve disponível e disposto a me ajudar em etapas importantes deste projeto. Desde que cheguei aqui em Juiz de Fora, Lucas foi o primeiro a me ajudar apesar do problema de língua.

Aos demais professores do PPGA, e em especial ao Prof. Ângelo, Prof. Virgílio e a Professora Heloísa Pinna pelo imenso suporte, paciência e direcionamentos.

Ao ótimo trabalho desempenhado pela Camila Marques na Secretaria Administrativa de Pós-Graduação, por ter ajudado a mim e a todos os meus amigos, sempre ajudando com disposição, educação e gentileza a todos.

Agradeço especialmente a meu orientador Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha por ter ido além do seu trabalho como orientador, ao me guiar sempre com paciência, educação, cuidado e objetividade.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me ajudaram de alguma forma a adquirir resiliência, acreditar em mim e na minha capacidade de concluir este trabalho da melhor forma possível.

RESUMO

O objetivo da presente dissertação foi analisar a continuidade da apologia indireta ao capitalismo na assim chamada “doutrina gerencialista” ou teoria dos gestores na qual estes seriam uma nova e dominante classe social na suposta transição do modo de produção capitalista para uma “sociedade gerencial”. Essa doutrina ou teoria não é nova. Surgida a partir de uma série de desenvolvimentos na transição entre os séculos XIX e XX, ganhou fôlego com Bruno Rizzi e James Burnham nas décadas de 1930 e 1940, sendo o segundo autor uma fonte primária de grande difusão a partir do livro *A Revolução Gerencial*. Um segundo desenvolvimento teve impulso com J.K. Galbraith a partir dos anos de 1960, obtendo considerável difusão, inclusive no Brasil, por mediação de intelectuais como Bresser Pereira. Nas últimas décadas, autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy surgiram como porta-vozes internacionais de uma renovada abordagem, supostamente de matriz marxista, tomando tais gestores como classe social, culminando na obra mais recente denominada *Capitalismo Gerencial*. Ao delimitar a análise aos materiais de J. Burnham e G. Duménil e D. Lévy, o estudo realizado pode ser considerado como um exercício de determinação social do pensamento segundo a tradição marxista. O estudo se baseou, principalmente, nos fundamentos da ontologia do ser social de G. Lukács. Nessa direção, delimitou-se a gênese e a função dessa teoria dos gestores como classe social, operacionalizando também uma análise imanente baseada nos textos escolhidos. Assim, foi possível identificar, apesar das diferenças, uma linha de continuidade da apologia indireta ao capitalismo de *A Revolução Gerencial* de J. Burnham a *Capitalismo Gerencial* de G. Duménil e D. Lévy. Nesse estudo, a teoria dos gestores se mostrou como uma variante da ideologia da terceira via, isto é, de negação superficial e de afirmação essencial do modo de produção capitalista em que se sustenta haver uma transição para uma nova sociedade cujos pilares, entretanto, permanecem ancorados nos princípios da produção de mercadorias para o lucro privado. Como variante, a teoria em questão apresenta sua particularidade propositiva, cujo núcleo é o amplo convencimento de que o modo de produção capitalista e suas mais essenciais contradições podem ser infinitamente administrados.

Palavras-chave: Doutrina gerencialista, Determinação social do pensamento, Ideologia, Capitalismo, Apologia indireta, Terceira via.

ABSTRACT

The objective of the present dissertation was to analyze the continuity of the indirect apology for capitalism in the so-called “managerialist doctrine” or theory of managers in which they would be a new and dominant social class in the supposed transition from the capitalist mode of production to a “management society”. This doctrine or theory is certainly not recent. Arising from a series of developments in the transition between the 19th and 20th centuries, it gained momentum with Bruno Rizzi and James Burnham in the 1930s and 1940s, the second author being a primary source of great diffusion from the book *The Managerial Revolution*. A second development got momentum with J.K. Galbraith from the 1960s onwards, obtaining considerable diffusion, including in Brazil, through the mediation of intellectuals such as Bresser Pereira. In recent decades, authors such as Gérard Duménil and Dominique Lévy have emerged as international spokespeople for a renewed approach, supposedly of a Marxist matrix, taking such managers as a social class, culminating in the most recent work called *Managerial Capitalism*. By delimiting the analysis to the materials and J. Burnham and G. Duménil and D. Lévy, the study carried out can be considered as an exercise of social determination of thought according to the Marxist tradition. The study was mainly based on the foundations of the ontology of the social being of G. Lukács. In this direction, the genesis and function of this theory of managers as a social class were delimited, also operationalizing an immanent analysis based on the chosen texts. Thus, it was possible to identify, despite the differences, a line of continuity from the indirect apology to capitalism from *The Managerial Revolution* by J. Burnham to *Managerial Capitalism* by G. Duménil and D. Lévy. In this study, the theory of managers showed itself as a variant of the ideology of the third way, that is, of superficial denial and essential affirmation of the capitalist mode of production in which it is argued that there is a transition to a new society whose pillars, however, remain anchored in the principles of commodity production for private profit. As a variant, the theory in question presents its propositional particularity, whose core is the broad conviction that the capitalist mode of production and its most essential contradictions can be infinitely managed.

Keywords: Managerialist doctrine, Social determination of thought, Ideology, Capitalism, Indirect apology, Third Way.

SUMÁRIO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
1. INTRODUÇÃO	12
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	17
3. A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PENSAMENTO: TERCEIRA VIA.....	22
3.1 CONSCIÊNCIA COMO PRODUTO TARDIO DA SOCIABILIDADE	22
3.2 CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PENSAMENTO	27
3.3 TERCEIRA VIA COMO IDEOLOGIA.....	31
4. GÊNESE, FUNÇÃO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA GERENCIALISTA.....	39
4.1 GÊNESE DA DOUTRINA GERENCIALISTA NO CASO CLÁSSICO ESTADUNIDENSE.....	39
4.2 ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA GERENCIALISTA E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	47
5. APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO: DA <i>REVOLUÇÃO GERENCIAL</i> DE J. BURNHAM AO CAPITALISMO GERENCIAL DE G. DUMÉNIL E D. LÉVY	59
5.1 APOLOGIA INDIRETA DO CAPITALISMO EM <i>A REVOLUÇÃO GERENCIAL</i> DE JAMES BURNHAM.....	59
5.2 PERSISTÊNCIA DA APOLOGIA INDIRETA NA DOUTRINA GERENCIALISTA DE GERARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	94

1 INTRODUÇÃO

Eles estão em todos os lugares, em grandes empresas, em algumas estruturas estatais. Em todos esses lugares encontramos gestores. Esses homens ocupam posições estratégicas em grandes organizações de modo que as mais importantes decisões passam por eles. Parafraseando Mills (1981), mencionar seus nomes é mencionar a empresa que eles dirigem e vice-versa. Não se pode falar de Elon Musk sem falar de Tesla ou SpaceX, por exemplo. Como explicou Mills (1963, 1981), há muitas décadas, eles têm que ter cuidado ao tomar decisões que possam influenciar o futuro das empresas que dirigem. Todos eles são ricos e influentes, à frente de grandes corporações em que ganham milhares de dólares por hora.

As funções ocupadas, na qualidade de CEO, CFO, CIO ou CMO etc., oferecem-lhes privilégios que a grande maioria dos funcionários não desfruta. Para alguns autores que serão considerados no presente trabalho, as fortunas que ganham nestas posições fazem deles uma nova classe distinta do proletariado e dos capitalistas. Não estamos falando apenas de três homens, mas de todos os gestores que estão na liderança das grandes empresas como Apple Inc, Microsoft ou Samsung Electronics etc. De acordo com esses privilégios, eles se tornaram o objeto principal de uma “teoria dos gestores” ou “doutrina gerencialista”, que os considera componentes de uma classe social distinta, por um lado, dos proletários por sua renda elevada e pelos privilégios de que desfrutam, e, por outro lado, dos capitalistas, pelo fato de que controlam as empresas, as administram sem serem, no entanto, seus proprietários únicos ou principais.

Essa teoria dos gestores como uma nova classe está, historicamente, ligada à “revolução gerencial” de Burnham (1941), segundo a qual a sociedade, da transição entre os anos de 1930 e 1940, passava por inflexão rumo a uma condição social de não ser nem capitalismo nem socialismo. Uma sociedade na qual os gestores seriam a nova classe dominante. Com suas ideias ancoradas numa revolução gerencial, Burnham desembocou em uma espécie de irracionalismo. A propositura analítica de Burnham foi duramente criticada por Lukács (2020) em *A destruição da razão* em que se demonstrou que a sustentação meramente teórica de uma transição para uma sociedade nem capitalista nem socialista reverberava as tendências da ideologia denominada “terceira via”. Segundo Lukács (1961), tal ideologia sustenta que nem capitalismo nem socialismo corresponderiam às verdadeiras aspirações humanas, tendo por função impedir que, em contexto de crise social, sejam extraídas conclusões a respeito das problemáticas essenciais e incontornáveis do modo de produção capitalista. Para o autor, a terceira via é uma apologia indireta do capitalismo, uma apologia que consiste em uma aparente rejeição do

capitalismo sem realmente rejeitar seus fundamentos. *A Revolução Gerencial* de J. Burnham conteria, portanto, uma espécie de apologia indireta do modo de produção capitalista.

Esta terceira via como formação ideal está ligada às condições que tornaram possível seu surgimento. Nenhuma formação ideal tem uma existência autônoma e, por isso, cabe tratar o assunto a partir da determinação social do pensamento (CHASIN, 2009). Além disso, como sugeriu Lukács (2020), não há ideologias inocentes. Todas as formações de pensamento têm função social e tendências ocultas que devem ser descobertas. Burnham e sua revolução gerencial não são exceções precisamente porque nas entrelinhas de sua propositura analítica, como apologia indireta ao capitalismo, há aspirações moldadas como falsa representação que devem ser desveladas. Aqui já é possível delimitar de modo inicial que a teoria dos gestores é uma expressão específica da ideologia da terceira via. Conforme veremos, é o desvelamento da apologia indireta efetivada pela teoria dos gestores que auxiliará sua especificação, isto é, a caracterização de sua diferença específica como particularidade da ideologia da terceira via.

A teoria dos gestores cortou todo o século XX, ganhando expressão em diferentes autores de diversos matizes inclusive no século corrente. Uma das elaborações mais recentes, e que remonta a meados da década de 1970, encontra autoria nos autointitulados marxistas Gerard Duménil e Dominique Lévy (2018), cuja propositura analítica não é inteiramente diferente da de Burnham em termos de forma, ou seja, uma sociedade com gestores no controle. Como autores ainda ativos neste assunto e com considerável difusão internacional, a tarefa é analisar se é persistente uma apologia indireta ao capitalismo não obstante as possíveis particularidades comparativas, incluindo o fato de que enquanto Burnham estava imerso nas decorrências da crise de 1929 e da segunda guerra mundial, Duménil e Lévy testemunham os efeitos da crise dos anos de 1970. A partir daí, dois fatos chamaram nossa atenção sobre este assunto. Seja Duménil, Lévy ou Burnham, suas discussões aparecem após períodos de grande crise no sistema capitalista. O segundo fato é que, apesar das posições destes homens, como Burnham é de direita e Lévy e Duménil se autodenominam marxistas, suas posições sobre este assunto não divergem inteiramente.

Após a observação destes fatos, chegamos a três aspectos importantes para o presente trabalho e que decorreram das sucessivas aproximações realizadas durante a pesquisa. O primeiro é que esta teoria apareceu em sua gênese como uma tentativa de propor uma nova administração do capital, ou seja, uma tentativa de encontrar uma solução para a “incontrolabilidade do capital”, para usar a acepção de Mészáros (2011). Se for admitido explicitamente, no entanto, que o capital é incontrolável em sua essência, que as medidas têm eficácia contingente e de temporalidade demarcada, ou se for aceita a conclusão de que os

problemas das crises do capitalismo vêm de seus fundamentos, isto significaria reconhecer a falência do próprio pensamento burguês. Por esse motivo, há uma constante fuga desse pensamento para o reino dos métodos de administração política do capital. O segundo aspecto sugere que esta teoria apareceu como uma ideologia utilizada na luta entre capitalismo e socialismo. Como veremos em maiores detalhes – incluindo a determinação ontológica da ideologia –, a teoria sustenta uma terceira via inexistente. E, como nos ensinou Lukács (1961), qualquer ideologia que contenha uma terceira possibilidade entre capitalismo e a alteração estrutural das relações sociais de produção como alternativas históricas é uma apologia indireta do capitalismo uma vez que não atinge, jamais, seus fundamentos. Esta terceira via, segundo Lukács (2020, 1961), foi arma de primeira ordem dos intelectuais burgueses para combater a ideologia proletária na figura do materialismo histórico. O terceiro aspecto, e de certa forma aglutinador dos dois primeiros, é que a teoria dos gestores, em sua função ideológica, é muito bem-sucedida até os dias correntes porque sustentar os gestores como a nova classe dominante pode não ser o verdadeiro propósito da ideologia, sendo este apenas seu modo de aparência mais superficial. Como dizia Engels, as forças que impulsionam as ideologias estão ocultas, não estão à mostra em uma primeira mirada (ENGELS, 1893). Defenderemos ao longo do trabalho que o propósito fundamental da teoria dos gestores é o de convencer amplas camadas das classes sociais de que o capital pode ser administrado indefinidamente e, assim, fazer frente a qualquer ideologia revolucionária que se coloque para além do capital. O fato de esse aspecto não estar à mostra *prima facie* pode explicar a adesão mesmo de autointitulados marxistas, como Duménil e Lévy, a uma posição equivocada dessa natureza.

A chamada teoria dos gestores ou “doutrina gerencialista” (ZEITLIN, 1989), conforme tratada na presente dissertação, sempre esteve diretamente presente nos estudos na área de administração ainda que de modos variados. Um desses modos pode ser observado no lugar de importância que os gestores em geral têm para o pensamento administrativo apesar de sua determinação como classe ser menos afirmada.

Nessa direção, é possível rastrear certa exaltação dos gestores desde o século XIX, nas figuras de David Ure e Alfred Marshall, ganhando ímpeto marcadamente na área de administração com a disseminação do taylorismo e das ideias de Peter Drucker no século seguinte (PAÇO CUNHA, 2016). Essa observação ganha respaldo não apenas nos notórios termos normativos e exortativos do pensamento administrativo, mas também nos fundamentos de algumas teorias de grande difusão, como as teorias dos custos de transação, da escolha racional, da racionalidade limitada, da gestão estratégica e da teoria da agência (PAÇO CUNHA; JORGE, 2022). Em tais fundamentos haveria lugar reservado ao debate a respeito

dos gestores como agentes maximizadores de resultados tendo em vista a separação entre gestão e propriedade nas grandes corporações capitalistas (aspecto central, como veremos, para a “doutrina gerencialista” ou “teoria dos gestores”). Essa linha de presença da doutrina em tela obteve uma expressão acentuada em Alfred Chandler (1977) para quem os gestores encarnariam a “mão visível” que direciona as mudanças das grandes corporações e, por decorrência, ajudam a modelar a dinâmica histórica dos mercados.

Mesmo as correntes consideradas mais críticas nos estudos na área de administração aderiram de modos variados à teoria dos gestores como classe social. No campo de estudos denominado administração política, não foi infrequente observar essa clara tomada de posição (CARIBÉ, 2006; 2008; MOREIRA, 2008). Por decorrência das críticas à experiência soviética, essa mesma posição pode ser observada no campo mais ligado aos estudos organizacionais, sobretudo nos exemplos de Fernando Prestes Motta e Maurício Tragtenberg os quais ecoaram as ideias do lusitano João Bernardo de muitos modos (PAÇO CUNHA, 2016). Levando-se em conta que Motta e Tragtenberg são considerados autores centrais ao desenvolvimento dos estudos organizacionais no Brasil, fica sugerida uma difusão nada desimportante daquela “doutrina gerencialista” ainda que com inclinações distintas das observadas na literatura diretamente normativa e exortativa antes indicada.

Talvez o caso mais desenvolvido no Brasil e com amplas repercussões na área de administração seja a produção intelectual de Bresser-Pereira. Sob considerável influência do keynesiano J.K. Galbraith, o autor brasileiro tem defendido desde a década de 1960 que as transformações ocorridas apontam para a transição para um novo “modo de produção tecnocrático” no qual os gestores ocupariam lugar central como classe dominante (BRESSER PEREIRA, 1977; 1981). O autor também empregou “gerencialismo democrático”, buscando expressar as alegadas mudanças identificadas:

O gerencialismo democrático manterá muitas características do capitalismo – lucros e acumulação de capital, trabalho assalariado, coordenação de mercado de setores competitivos. A diferença fundamental é que a coordenação econômica da economia será feita de acordo não com a lógica do liberalismo econômico que fracassou, mas do desenvolvimentismo, que é a alternativa óbvia a esse liberalismo. Assim, assume-se que a classe gerencial dos gestores privados e funcionários públicos terá o papel estratégico de comandar o processo de acumulação e inovação do capital e, portanto, a tarefa de governar. (BRESSER PEREIRA, 2021, p. 10)

Para o autor, o chamado “gerencialismo democrático” vigerá “depois do capitalismo”, como sugere o título do seu artigo citado, e sob o domínio dos gestores como classe social. E

isso ainda que o modo de produção permaneça essencialmente tão capitalismo quanto antes?

Essas ideias, normativo-exortativas ou (aparentemente) críticas, estão presentes de muitas maneiras nos estudos na área de administração e nos estudos organizacionais. De fato, é mesmo possível dizer que fizeram parte da forja histórica de importantes correntes de pesquisa nesses campos de estudos. Cabe trazê-las para o primeiro plano por intermédio da discussão proposta, uma vez que não apenas Burnham fora autor decisivo para estabelecer certos elementos fundamentais da doutrina que encontramos nos estudos em administração e sobre organizações como também Duménil e Lévy têm se mostrado como plataforma de renovação desses mesmos elementos. A contribuição fundamental da presente pesquisa, portanto, pode ser identificada no tratamento crítico dado aos fundamentos da “doutrina gerencialista” que, de modos variados, ajudaram a moldar as teorias críticas ou não nos estudos da área.

Desenvolveremos, como dito, a teoria dos gestores como particularidade da ideologia da terceira via e de seu caráter fundamental como apologia indireta do capitalismo. Assim, a questão orientadora do nosso trabalho é a seguinte: considerando a teoria dos gestores em sua gênese e função social como uma apologia indireta do capitalismo, podemos afirmar que essa tendência persiste para o caso de Duménil e Lévy dada a adesão a tal teoria? Para responder a essa questão central, teremos que desmascarar as reais tendências por meio da análise imanente dos principais textos da dupla francesa como abordagem, cujos elementos centrais serão descritos junto aos aspectos metodológicos adiante.

Com efeito, o restante do trabalho está dividido em 5 partes, além da presente introdução. Na primeira parte serão apresentados os aspectos metodológicos, seus fundamentos e definições operacionais. Na segunda parte, trataremos dedicadamente da determinação social da ideologia da terceira via. Na terceira parte trataremos da gênese e dos elementos fundamentais da teoria dos gestores a partir da literatura sobre o assunto. Na quarta parte, discutiremos a apologia indireta em James Burnham, seguindo as considerações estabelecidas por Lukács (2020) e a persistência dessa apologia ao capitalismo na propositura analítica de Duménil e Lévy. Por fim, pretendemos apresentar as considerações finais como última parte.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Antes de fazer uma breve descrição da natureza de nosso trabalho, deve-se entender que nenhum trabalho de pesquisa pode ser feito sem um método científico, pois todo trabalho científico deve estar equipado com métodos que correspondam ao seu objeto do trabalho. Minayo (2001) comentou que o método é o caminho que foi construído para canalizar a pesquisa de modo a não cair na incoerência total, dada nossa mediocridade diante do conhecimento. A partir disso, definiremos a natureza de nossa pesquisa. Ela pode ser caracterizada, inicialmente, pela perscrutação da teoria dos gestores tal como apresentada sobretudo por Burnham e Duménil e Lévy, em sua gênese e função social como apologia indireta do capitalismo. Assim, a investigação possui um caráter geral de pesquisa qualitativa, uma vez que, pela própria natureza do objeto sob análise, ela “não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados” (GODOY, 1995, p. 58).

O trabalho está entre aqueles tipos de pesquisa que se baseiam na análise dos “objetos ideológicos” (CHASIN, 1978) registrados nos textos dos autores relacionados acima. De tal modo, convencionalmente classifica-se tal fenômeno social como não quantificáveis, pois seria difícil quantificar a informação do nível de realidade relacionada ao pensamento (PAIVA e al., 2011). Baseado em Dumez (2011), também é possível observar a proximidade da presente pesquisa com os trabalhos de tipo bibliográfico, ou seja, é uma pesquisa que consiste em utilizar textos já escritos no passado a fim de preencher a lacuna de nosso não conhecimento, uma vez que as revisões bibliográficas são nosso museu do conhecimento e que contêm as diferentes ideias, hipóteses etc.

Em termos gerais, e com base nos trabalhos de Marconi e Lakatos (2003), Günther (2006) e Dumez (2011), podemos concluir que nosso trabalho é de natureza qualitativa e operacionalizado por abordagem bibliográfica. Entretanto, nossa abordagem de análise destes dados extraídos de revisões bibliográficas não é uma técnica convencional que se encontra com bastante frequência na pesquisa científica, pois é uma abordagem com um fundamento filosófico e que é utilizada principalmente no campo dos estudos sistemáticos de um autor ou de um grupo de autores.

Silva (2016) ressalta que essa abordagem permite a análise de obras literárias. Este tipo de abordagem tem semelhanças com outras maneiras de tratar textos, como exegese e hermenêutica. Entre os autores que operacionalizaram esta técnica, Adorno pode ser considerado um dos principais e que influenciou muito o campo da crítica imanente na análise

das obras literárias. Segundo Silva (2016), a obra literária não é simplesmente um objeto dado e finito, mas um “complexo de contradições históricas formalmente atenuado” para que se torne “é indispensável uma reflexão que propicie o descerramento desses conteúdos através dos conceitos, através da filosofia” (SILVA, 2016, p. 2760). Neste sentido, a análise imanente requer um complemento à reflexão filosófica, evitando que ela se limite de forma “positivo aos detalhes do objeto e esquece de se encaminhar à reflexão segunda sobre aquilo que “não é simplesmente dado”” (SILVA, 2016, p. 2761). Assim, uma crítica imanente é constituída pela análise e reflexão, indo além do simples procedimento analítico.

Na famosa polêmica sobre positivismo na Alemanha, Adorno (1996) registrou um aspecto importante da crítica imanente no campo dos problemas do conhecimento e, portanto, mais próximo do tema da presente pesquisa. O autor enfatizou o esforço de análise que vai além da captura da lógica interna de um texto, para alcançar a possibilidade de crítica de seu conteúdo. Nas próprias palavras do autor:

Nunca a crítica imanente é apenas puramente lógica, mas sempre também de conteúdo, confrontação de conceito e coisa. Cabe-lhe perseguir a verdade que os conceitos, juízos e teoremas querem expressar por si mesmos; e ela não se esgota na harmonia hermética das formações do pensamento. Em uma sociedade amplamente irracional está em discussão precisamente o primado cientificamente estipulado da lógica. O ater-se aos fatos do qual nenhum conhecimento, inclusive o procedimento puramente lógico, pode se libertar sem vestígios, exige que a crítica imanente, enquanto aplicada ao referido em proposições científicas e não a “proposições em si”, não proceda apenas de modo argumentativo, mas examine se as coisas efetivamente se passam assim. (ADORNO, 1996, p. 136)

As alusões feitas ao objeto como um complexo histórico e a necessária consideração dos conteúdos para além da mera captura da lógica do mesmo objeto, sugere um direcionamento importante. Uma análise imanente não é uma simples leitura sistemática limitada por mera revisão das bibliografias, mas uma leitura muito mais aprofundada e que vai além, que busca desvendar as estruturas importantes nos escritos de um autor ou autores, visto que em suas obras se constata que incorporam as contradições sociais de seu tempo (COUTO, 2019; PAÇO CUNHA, 2020).

Portanto, a compreensão do texto deve estar em seu conteúdo, que pode ser influenciado pela subjetividade do autor e pela objetividade de seu contexto, revelando assim a presença da história na forma do texto (COUTO, 2019), e para isso o pesquisador deve mergulhar de corpo e alma no texto a fim de desvendá-lo. Para Silva (2016), embora uma análise da forma do texto seja crucial, não devemos fazer uma análise simples que corrobore o pensamento do autor.

A aproximação realizada até aqui sobre a análise dos textos aponta para a conexão entre as formações ideias neles materializadas e as condições históricas e objetivas dessas formações. É necessário aprofundar essa conexão em termos materialistas, evitando-se certas tendências menos rigorosas e mais interessadas nos problemas políticos, como é o caso de Adorno acima.

Assim, ao seguir Lukács (2020), torna-se importante aprofundar a reflexão sobre os vínculos entre o texto analisado e as condições sócio-históricas de sua elaboração. Para isso, devemos levar em conta, como já mencionamos, o fato de que o texto (como concretização de um ideal ou formação ideal) tem uma gênese histórico-objetiva e uma função social que pode mesmo ultrapassar o seu território de origem. Levar estes aspectos em conta para a pesquisa é decisivo. É precisamente a estes aspectos (gênese e função) que está ligada a análise imanente, que também é uma crítica imanente, entendida como “um elemento legítimo e até indispensável para a exposição e o desmascaramento das tendências reacionárias na filosofia” (LUKÁCS, 2020, p. 11). O que está em jogo é a “dependência genética das forças motrizes de ordem primária” (CHASIN, 1978, p. 77), ou seja, as condições sócio-históricas sem as quais a investigação da formação de ideias se torna um exercício de arbitrariedade especulativa. É por isso que se diz que

Por análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias. O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam. (CHASIN, 1978, p. 77)

O esforço imanente de análise é enfatizado como sendo diferente de outras tradições interessadas no estudo de textos – como aquelas mencionadas anteriormente, dedicadas a obras literárias ou com interesses nos aspectos políticos envolvidos. Voltando ao ponto anteriormente mencionado sobre essas diferenças, registramos a comparação com a hermenêutica e o formalismo com o intuito de registrar os termos materialistas nos quais a presente pesquisa está fundamentada:

In limini, a subsunção ativa aos escritos investigados é sempre ponto de partida e passo fundamental no autêntico procedimento de rigor; por isso mesmo, não perde de vista a íntima vinculação dos mesmos à trama real e ideal dos quadros temporais a qual pertencem, e com a qual estabelecem

liames complexos de confluência e ruptura, num amplo gradiente de complicadas variações, que em outros passos exige esclarecimento. É da síntese – junção e interpenetração – de tais momentos analíticos que se perfaz a análise concreta de uma formação ideal. Desse modo, ao contrário das hermenêuticas da imputação, que não compreendem o que interpretam, e também dos julgamentos pelo exterior (gnosiopriorismos e tipos ideais) operados pelo neo-racionalismo, que sentenciam réus abstratos ou falecem em perplexidade, a destacada análise concreta – inclusive enquanto condição de possibilidade à efetiva integração de seus momentos analíticos, sempre reconhecidos e reconhecíveis em seus graus de maior ou menor concretude e abstratividade – exige a captura imanente da entificação examinada, ou seja, a reprodução analítica do discurso através de seus próprios meios e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades. (CHASIN, 2009, p. 40)

O destaque dessa consideração repousa sobre a necessária “subsunção ativa aos escritos investigados” os quais, por condição de existência, estão vinculados a fatores histórico-objetivos habilitadores ou restritivos das formações ideais. Respeitando a “integralidade fundamental” dos textos analisados, mesmo quando a pretensão é o “desmascaramento” das formações ideais, o impulso é o de “esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades”, como sugerido acima. Assim, a reprodução analítica por meio da qual uma crítica imanente se realiza jamais dispensa a referência às condições materiais de existência das formações ideais, prescrutando sua gênese e função social historicamente condicionadas.

O complemento necessário para estas considerações é propriamente a operacionalização do processamento dos textos analisados. O primeiro aspecto é a delimitação dos materiais que serão considerados como “objeto ideológico” de uma investigação. Esta pesquisa se concentrou especificamente no processamento de textos do Duménil e do Lévy porque são grandes expoentes atuais da teoria dos gestores. Os materiais tomados para o estudo são, por ordem cronológica de publicação, *La position de classe des cadres et des employés* (DUMÉNIL, 1975) e *Managerial capitalism* (DUMÉNIL; LÉVY, 2018). Esses dois materiais foram escolhidos por representarem, no caso do primeiro, o período de esboço inicial da teoria dos gestores pela pena de Duménil, na década de 1970, e por condensar, no caso do segundo, o itinerário dos autores sobre o assunto até o presente momento. O segundo aspecto se refere ao esforço dedicado aos materiais listados no sentido de efetivar o desmascaramento das tendências presentes no texto de conjunto, objetivando levá-lo a “assumir suas reais significações, obrigá-lo a revelar sua verdadeira natureza, e compeli-lo a mostrar a forma específica pela qual efetiva a composição de suas noções e o enlaçamento destas no arranjo de seu todo doutrinário” (CHASIN, 1978, p. 24).

Uma vez que a pesquisa foi realizada por meio desses expedientes, passaremos inicialmente aos aspectos de ancoragem material das ideias e das ideologias, particularmente aqueles aspectos tangentes à gênese e função da teoria dos gestores. Adiante, passaremos à análise imanente propriamente dita dos materiais de Burnham, Duménil e Lévy.

3 A DETERMINAÇÃO SOCIAL DO PENSAMENTO: TERCEIRA VIA

Esta parte é uma das mais importantes de nosso trabalho porque nosso “objeto ideológico” de estudo é a “doutrina gerencialista”, ou simplesmente “teoria dos gestores”, e é por isso que se faz necessário entender como o pensamento e as ideologias, sobretudo a terceira via, nascem, como eles influenciam a sociedade e como também são usadas como armas poderosas na luta de classe. É por isso que esta parte é apropriadamente nomeada de determinação social do pensamento e ascende a importantes autores tais como E. Vaisman, J. Chasin, G. Lukács e o próprio Marx. Concentrar-nos-emos nos principais elementos que são essenciais no desenvolvimento dessa seção, tais como a consciência como produto da socialização e as condições sócio-históricas do pensamento, com o objetivo de alcançar a ideologia da terceira via como ponto mais importante em relação ao nosso objeto de estudo.

3.1 Consciência como produto tardio da sociabilidade

Para tomar a consciência como produto social começaremos pelo reconhecimento que todo homem social tem uma consciência. Para que ele tenha consciência, ele deve ter uma socialização anterior. É na socialização que a consciência aparece e seu uso pelo homem lhe confere seu caráter social. Entretanto, segundo nossa análise, não é a ligação que tem entre o ser humano e sua consciência que lhe confere seu caráter social, mas sim a socialização do ser humano que lhe confere esse caráter. Se voltarmos a Chasin (1978), admitimos que o homem, ainda como um ser biológico não se afirmar como sujeito da história, portanto é um ser que ainda não tem seu caráter social resolvido e sua própria consciência não pode ter um caráter social, já que o ser em si mesmo não é social. A consciência é, de partida, um resultado tardio, produto da sociabilidade humana.

Retornemos a esta relação entre os homens, pois Marx e Engels afirmam que enquanto houver esta relação entre os homens, a consciência continuará sendo um produto social (VAISMAN, 2006). Enquanto o homem se socializar, ele terá, portanto, um caráter social que fará do homem um ser social. Esse caráter social também surge do fato de que as relações que os homens têm entre si são relações objetivas. Estando em uma relação objetiva, o homem se torna um objeto para outro, já que todos os instrumentos, materiais ou objetos úteis ao homem para suas atividades se tornam sociais (VAISMAN, 2006). É por isso que ele precisa de um ser fora de seu ser, pois do contrário ele será um ser solitário, o único ser que existe sem possibilidade de ser efetivo (VAISMAN, 2006).

Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu objeto, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo [...]. Um ser que não é objeto de outro ser, supõe, pois, que não existe nenhum ser objetivo. Tão logo eu tenha um objeto, este objeto tem a mim como objeto. (MARX, 2015, p. 127-128)

O homem sozinho não pode se transformar em um ser social e nunca poderia fazê-lo sem um terceiro ser que é seu objeto para quem ele também é um objeto. É assim que aparece o caráter objetivo e social do homem. Nesta inter-relação, o homem, tendo seus semelhantes como seu objeto, confirma-se como objeto por sua vez. Seus semelhantes tornam-se assim sociais e o homem, por sua vez, torna-se um ser social, e esta é a importância da socialização do homem. Esse processo de humanização do homem no interior e por meio de suas relações sociais tem na base sua atividade produtiva, transformadora da natureza e da própria sociabilidade, tanto em seu sentido diretamente objetivo quanto subjetivo. O homem então se torna

[...] Parte-sujeito pelo sujeito da história, na medida em que o biológico é transfigurado pelo histórico, o que vale dizer, pelo trabalho, donde o sujeito coletivo da história, produtor material, é também o produtor espiritual, eis que todo trabalho humano é prefigurado teleologicamente na mente do homem. (GOLDMAN apud CHASIN, 1978, p. 70)

O homem então evoluirá, não mais será o ser puramente biológico. Torna-se o sujeito da história. Ele é agora um ser social com consciência de caráter social, razão pela qual só podemos entender o homem social em sua relação com seus semelhantes, já que isolado ele volta ao seu nível mais trivial, ou seja, como um ser biológico, que não é um sujeito da história, um ser não social.

Dentro dessa socialização, o homem desenvolveu sua linguagem (VAISMAN, 2006), o que, ao longo da história, o tem ajudado em sua produção social. A linguagem é, portanto, também um produto histórico e social, ela também fornece a base para a produção social do homem. Sem um entendimento entre os homens, qualquer produção social desenvolvida é impossível. Na preocupação de produzir a própria vida social, o intercâmbio entre os homens tornou-se primordial e é aqui que a linguagem se tornou uma forma de consciência prática utilizada na realidade inicialmente para a produção. É o que Marx e Engels estimaram:

O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática que existe para os

outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. (MARX; ENGELS, 2011, p. 34-35)

Forma de consciência prática que surgiu da necessidade de comunicação entre os homens, como mencionado no parágrafo anterior, permitiu potencializar a transformação da natureza. Para conseguir esta transformação, o homem tenta progressivamente então dominar a natureza como algo que tem que ser trabalhado, modificado, e é então que a natureza se torna humanizada, embora antes desta transformação a natureza era o próprio fundamento inorgânico da existência do homem (VAISMAN, 2006). O homem deve então dominar a natureza sem destruí-la, sem eliminar sua condição última de existência. A natureza em seu caráter humano só existe para o homem social e assim permite que o homem demonstre sua eficiência na produção de sua vida material. É neste contexto que a sociedade aparece como uma simbiose entre o homem e a natureza. Vaisman (2006) confirma esse aspecto quando nos apontou que, segundo Marx, a sociedade realiza a plena unidade do homem com a natureza:

A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem social; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de elo com o homem, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como fundamento da sua própria existência humana, assim como também na condição de elemento vital da efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência natural se lhe tornou a sua existência humana e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a sociedade é unidade essencial completada (vollendet) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito. (MARX, 2015, p. 106-107)

Na transformação da natureza, o homem empreende uma atividade que Marx e Engels chamam de atividade objetiva autenticamente humana, já mencionada antes como trabalho, como atividade produtiva que ultrapassa o plano puramente natural. Nessa atividade, o homem começa a produzir os meios da sua vida material, um processo que o diferencia do animal. A atividade objetiva do homem é muito mais do que apenas uma atividade que o homem realiza, é uma forma de atividade que marca “a existência de indivíduos humanos” (VAISMAN, 2006, p. 7). É neste momento que o homem começa a se diferenciar do animal, como afirmaram Marx e Engels, quando o homem começa a produzir sua vida material. É dessas atividades objetivas que o homem, de uma certa forma, demonstra sua própria existência, já que o mundo humano como o conhecemos é o resultado da produção humana, tanto subjetiva quanto objetiva. Marx

e Engels indicaram que

No centro do processo objetivo real, por conseguinte, emerge a atividade objetiva, a partir da qual os homens, modificando a natureza, produzem seus meios de vida e, por via de consequência, a si próprios. Mas a produção dos meios de vida, resultante da atividade de indivíduos humanos reais, ou seja, não abstraídos das suas condições efetivas de existência, não é considerada apenas do ponto de vista de sua “reprodução física [...] Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos”. (MARX; ENGELS apud VAISMAN, 2006, p. 7-8, grifos no original)

Uma atividade que é uma resposta do homem à realidade objetiva que o cerca, respostas às alternativas que esta realidade lhe apresenta e assim transforma a natureza de acordo com suas necessidades (VAISMAN, 2009). Ao transformar o que é natural, os homens transformam a si próprios por meio de sua atividade social. As atividades sociais são então respostas do homem aos problemas que ele enfrenta por decorrência de sua interação com a realidade objetiva. É o que afirmou Vaisman (2009, p. 86, tradução nossa) quando apontou que “o homem é um ser que responde ao seu ambiente”, que dá respostas na imediaticidade de sua prática sobre a realidade natural e social. É neste contexto que a Vaisman ressaltou que:

O homem é um ser que responde ao seu ambiente e, ao fazê-lo, ele mesmo elabora os problemas, dando-lhes as respostas possíveis naquele momento. São respostas que podem, no momento seguinte, ser transformadas em novas perguntas, e assim sucessivamente, de modo que o conjunto de perguntas, bem como o conjunto de respostas, gradualmente formem os diferentes níveis de mediações que aperfeiçoam e tornam mais complexa a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam sua existência. Lukács [...] toma a seguinte posição a este respeito: “Tudo que a cultura humana criou até agora não surgiu de misteriosas motivações espirituais internas (ou algo semelhante), mas do fato de que, desde o início, os homens têm feito esforços para resolver questões emergentes da existência social. É a série de respostas formuladas para tais perguntas que chamamos de cultura humana”. (VAISMAN, 2009, p. 86-87, tradução nossa)

Respostas que ele dá ao seu ambiente lhe permitem apropriar-se das forças materiais e espirituais da sociedade através de sua socialização. Como sujeito da história, o homem se tornou um produtor espiritual e material (CHASIN, 1978). Uma das observações importantes em nossa análise é que, sem socialização, a cultura humana de que Lukács menciona não pode existir, pois é fruto do intercâmbio social entre homens. A sociabilidade determinada é condição para a formação do pensamento, como destacou Vaisman (2006). O pensamento não pode existir sem o homem social, ou seja, o pensamento não pode existir sem a socialização. O

pensamento, por conseguinte, é uma predicação social do ser social. Em conclusão “o pensamento é portanto uma atividade social, incluindo os instrumentos e materiais utilizados” (VAISMAN, 2006, p. 15). Em outros termos,

Atividade ideal é atividade social. O pensamento tem caráter social porque sua atualização é a atualização de um predicado do homem, cujo ser é, igualmente, atividade social. Na universalidade ou na individualidade de cada modo de existência teórica - cientista, pensador etc. - o pensamento é atividade social, inclusive pelos materiais e instrumentos empregados. Em síntese, consciência, saber, pensamento etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais genérica, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social. (CHASIN, 2009, p. 106)

Ao longo da existência do homem, ele se torna um ser social a partir do momento em que começa a se socializar. Esta socialização permite ao homem adquirir novas ferramentas sociais em sua produção, já que tudo que ajuda o homem em suas atividades, sejam os sentidos ou os objetos, se torna social como a consciência, as ideias, as formações do pensamento. O homem se exterioriza objetivamente na sociedade através de todos os seus sentidos, o que Vaisman (2006) aponta quando anotou que o pensamento é um meio pelo qual o homem se apropria do mundo, embora não seja o único. Sua própria existência na sociedade é uma atividade social. Embora a externalização da própria vida de início não apareça como uma expressão da vida coletiva, mas como de um indivíduo, isso não impede que ela seja “uma manifestação e confirmação da vida social”, pois cada individualidade é expressão da totalidade da vida humana. Isto é o que Vaisman (2006, p. 14-15) apontou quando escreveu que:

A atividade do indivíduo, qualquer que ela seja, enquanto meio de exteriorização de vida, implica a mediação da sociabilidade. Vale dizer, a exteriorização individual implica e confirma a sociabilidade, pois a atividade individual se dá em sociedade [...]. A sociabilidade é, portanto, condição de possibilidade para a própria efetivação individual, mas a mediação social não se faz presente apenas nessa ou naquela forma de atividade humana individual, ao revés, ela penetra em todas as suas formas de exteriorização, inclusive - é o que importa salientar aqui - na constituição o de seu pensamento. (VAISMAN, 2006, p. 15)

E Marx apontou também:

Posto que também sou cientificamente ativo etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo socialmente porque [o sou] enquanto homem. Não apenas o material da minha

atividade — como a própria língua na qual o pensador é ativo — me é dado como produto social, a minha própria existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social. Minha consciência universal é apenas a figura teórica daquilo de que a coletividade real, o ser social, é a figura viva, ao passo que hoje em dia a consciência universal é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a atividade da minha consciência universal -enquanto uma tal [atividade] — é minha existência teórica enquanto ser social. (MARX, 2015, p. 107)

Então entendemos que enquanto houver inter-relações entre os homens, as formações de pensamento permanecerão sociais à medida que são utilizadas na resolução dos problemas dos homens ou na realização de suas atividades sociais. Do mesmo jeito como afirmam Marx e Engels, enquanto houver homens a consciência será sempre social (VAISMAN, 2006). Isso é claro, como destacou Vaisman (2006, p. 21), uma vez que os homens na realização de sua produção social estabelecem relação de produção que “correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais”. O que é importante mencionar é que esta relação de produção condiciona o desenvolvimento da vida social do homem.

É neste contexto que Marx enuncia que não é a consciência que determina o homem social, mas o contrário, ou seja, é o ser social que determina sua consciência. O pensamento ou quaisquer outras representações são apenas os resultados das atividades do homem social na produção de sua vida. Como Marx e Engels afirmaram, os homens transformam sua realidade com seu pensar e os produtos de seu pensar e o que eles são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. É neste contexto que veremos como estes pensamentos, estas ideias que o homem utiliza na produção de sua vida social são respostas aos problemas que ele enfrenta e podem ser transformadas em ideologias.

3.2 Condições sócio-histórica do pensamento

Na parte anterior vimos a formação do pensamento como uma atividade social e primordial do homem na produção material e social de sua vida. Como escreveu Lukács (2020), a única maneira de entender as formações do pensamento é compreender primeiro a expressão de sua objetividade e sua eficácia através da história. Não há necessidade de ir mais longe desde que Chasin (1978, 2009) nos ensinou que o homem é um ser histórico que influencia o devir da sociedade e que durante toda a produção de sua vida o homem dá à luz o processo geral da vida social, política e espiritual.

Essas ideias, em correspondência com as relações sociais, são uma resposta do homem

ao seu contexto imediato e mediato e Lukács deixa isso claro quando sublinhou que o homem é um ser que responde. De modo direto, “um ser que dá resposta é um ser que reage às alternativas que a realidade objetiva lhe apresenta, retendo certos elementos que nela existem, transformando-os em perguntas para as quais procura a melhor resposta possível” (VAISMAN, 2009, p. 86, tradução nossa), é por isso que as formas de pensamento aparecem como respostas voltadas para a resolução de problemas no nível mais imediato da vida cotidiana. Então,

[...] A produção de ideias como um todo não tem vida autônoma, não tem história imanente, mas pertence à história humana global e é determinada ou realizada, a partir de várias mediações, pela forma como os homens produzem e reproduzem suas vidas, o momento ideal para atos ou posturas teleológicas voltadas para a prática social consiste no conteúdo dessas produções espirituais em sua função ideológica. (VAISMAN, 2009, p. 91, tradução nossa)

Assim, citando Lukács,

As atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades de alma, como a filosofia acadêmica imagina, mas várias formas com base nas quais os homens organizam todas as suas ações e reações ao mundo exterior. Os homens ainda dependem, de certa maneira, dessas formas, para a defesa e para a construção de sua existência. (LUKÁCS apud VAISMAN, 2009, p. 91-92, tradução nossa)

Dois aspectos para distinguir o papel da ideologia na sociedade são que a ideologia pode apresentar uma representação adequada das relações sociais reais, assim como uma descrição distorcida dessas mesmas relações sociais, mas nenhum deles determina o que é ou não ideologia. O que é importante ter em mente é que todas as formações de pensamento, ideias, mitos etc., podem, sendo corretas ou falsas, tornarem-se ideologias quando cumprem uma função social em relação aos conflitos que marcam uma sociedade. Uma formação de pensamento não nasce como ideologia por si só. Há um conjunto de critérios a serem respeitados, entre os quais uma formação do pensamento deve cumprir uma função social muito precisa. Muitas formações de pensamento, ideias ou teorias nunca se tornaram ideologias, mas quando começam a cumprir uma função social ou se encontram inseridas no meio de uma luta social, podem se tornar ideologias (VAISMAN, 2009). Segundo Vaisman,

Algo, então, se transforma em ideologia, não nasce necessariamente como ideologia, e essa transformação pode desenvolver uma função precisa nas lutas sociais em qualquer nível em que se situem [...] nem mesmo uma

opinião correta ou falsa é em si mesma ou por si mesma uma ideologia: ela só pode se tornar uma. (VAISMAN, 2009, p. 94, tradução nossa)

Trata-se de um fato que mostra que a ideologia, em sentido amplo, e a existência social do homem são indissociáveis. Lukács nos mostra que o homem como ser social, ele é um ser que responde, então ele tem que dar respostas aos problemas sociais que ele mesmo gerou ao longo de sua socialização e em sua vida diária. É nesse processo de encontrar uma resposta adequada a estes problemas que “o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de atuação” (VAISMAN, 2009, p. 93, tradução nossa). Homens que agem socialmente, ou seja, a socialização do homem permite o nascimento da ideologia. Entretanto, o aspecto fundamental do desenvolvimento das ideologias é o estabelecimento das relações classistas, pois as formas ideológicas, sejam elas falsas ou verdadeiras, passam a dar respostas aos conflitos estruturantes da sociedade, passam a dirimir tais conflitos, dando-lhes direção. Foi neste mesmo processo que o taylorismo, por exemplo, transformou-se em uma ideologia. Como nos mostra Paço Cunha (2020) com Coriat, o taylorismo se tornou uma ideologia porque foi usado como resposta a uma intensa luta de classes nos Estados Unidos e com efeitos peculiares:

O “nascimento e desenvolvimento do taylorismo” é uma das “respostas que o capital americano aporta para vencer a resistência dos trabalhadores e assegurar seu desenvolvimento” [...] ao fundo, trata-se de conseguir a supressão de certa classe de freios, ou melhor, de discrepâncias que obstaculizam a expansão do capital e sua valorização. (CORIAT apud PAÇO CUNHA, 2020, p. 678)

Isso confirma o que Chasin (1978) sustentou quando sublinhou que nenhuma ideologia tem uma história autônoma, não aparece independente das circunstâncias históricas. Todas têm condições sociais específicas que permitiram seu aparecimento na história ou condições sociais que permitiram que se tornassem ideologias. Ideologias, ideias, pensamentos, são todas respostas do homem aos problemas sociais que ele enfrenta em realidade objetiva e os homens precisam, de certa forma, dessas formações espirituais na construção da sua existência (VAISMAN, 2009). As formações ideológicas são ligadas, de certa forma, à existência do ser social porque, segundo Vaisman (2009, p. 93, tradução nossa), as ideologias têm a “sua gênese determinada pela atividade social dos homens”, da qual precisamente ela nasce. A ideologia e a existência social do homem são inseparáveis, o homem cria problemas e deve encontrar soluções para esses problemas. É na resolução destes problemas no decorrer da história que, como também mencionou Vaisman (2009), o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de ação. A fim de entender uma ideologia, ela tem que ser colocada em seu próprio contexto

sócio-histórico. Entender-se-á então que,

[...] A ideologia tende a se manifestar como um instrumento ideal entre os quais homens e classes se engajam em lutas sociais em vários níveis e planos. Em seu sentido estrito, a ideologia é então um instrumento de conscientização e luta social “que caracteriza pelo menos a (sociedades) da pré-história humana”, ou seja, aquelas sociedades divididas em classes antagônicas que, por meio da ideologia, tomam consciência e enfrentam conflitos derivados de seus interesses antagônicos. (VAISMAN, 2009, p. 93, tradução nossa)

Formações de pensamento, ideias, ideologias, estão então ligadas às condições sócio-históricas que permitiram o seu aparecimento. Como já vimos, as formações de pensamento tornam-se ideologias a partir do momento em que cumprem uma função social ligada às lutas sociais e não se tais ideias são falsas ou verdadeiras. É este momento histórico que nos permite traçar a gênese de uma ideologia. Por isso se diz, como exemplo, que “a luta de classes e o processo de crise do século XIX e suas relações com o processo de acumulação se apresentam como os fatores objetivos mais importantes para a determinação da gênese” de uma formação ideal como o taylorismo (PAÇO CUNHA, 2020, p. 679). A última observação nos sugere que as construções espirituais, as formações ideais não nascem sozinhas, como já demonstramos, estão todas vinculadas a condições que lhes permitiram desenvolver. É o que Marx nos afirmou quando escreveu que:

Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, 2011, p. 94)

Cada período histórico tem suas condições sócio-históricas que são específicas para cada formação de ideias. Isto não é diferente para a teoria dos gestores, que também está ligada às condições sócio-históricas próprias. Não vamos desenvolver a gênese e a função social da teoria dos gestores nesse momento, mas sim fazer a ligação da terceira via com suas condições objetivas. Com isso teremos condições de ligar adiante a teoria dos gestores com a terceira via. Mas não podemos falar em terceira via sem considerar o irracionalismo como um de seus elementos caracterizadores, em particular a partir da luta social na Alemanha.

3.3 Terceira via como ideologia

A propósito de tratarmos da terceira via como ideologia, é necessário considerar alguns aspectos do irracionalismo como elemento auxiliar de caracterização.

O irracionalismo na Alemanha foi um cume alto na luta para destronar a razão. Uma luta que aparece como uma tentativa desesperada da filosofia burguesa no momento da crise do imperialismo de não reconhecer as contradições que existem entre seu pensamento e a evolução da realidade social da qual era espectador. Diante desta crise, os filósofos burgueses começaram a duvidar das verdades que acreditavam serem eternas e se viram diante de uma importante alternativa filosófica (LUKÁCS, 1961). Para os intelectuais burgueses, ao aceitarem a falência do pensamento burguês, seriam forçados a aderir ao socialismo. Entretanto, tratando-se de uma alternativa impossível para eles, a alternativa foi declarar a queda da razão. Foi na Alemanha que esta luta atingiu seu mais alto grau de desenvolvimento no nível social. Lukács expõe como Hitler levou “para as ruas tudo que foi dito sobre o pessimismo irracionalista desde Nietzsche e Dilthey até Heidegger e Jaspers em confortáveis poltronas de couro, em salões intelectuais e cafés” (LUKÁCS, 2020 p. 78). Assim, através de universidades, conferências, imprensa, fez-se com que:

[...] Essas ideologias se estendessem às vastas massas, com certeza de modo vulgarizado, mas com isso seu conteúdo reacionário, seu íntimo irracionalismo e seu pessimismo, que se encontram em tais doutrinas, foram antes intensificados do que enfraquecidos, já que, assim, as teses centrais acabaram por predominar sobre as possíveis restrições e ponderações. As massas foram fortemente envenenadas por tais ideologias sem que jamais tenham colocado os olhos sobre a fonte direta do envenenamento. A barbarização nietzschiana dos instintos, sua filosofia da vida, seu “pessimismo heroico” etc. são produtos necessários do período imperialista, e o aceleração desse processo provocado por Nietzsche pôde surtir efeito em milhares e milhares de pessoas que sequer conheciam o seu nome. (LUKÁCS, 2020, p. 77)

Lukács (2020) considera este período como o mais triste da história alemã. Durante este período, a Alemanha quis refazer a história do mundo como um imperialismo que queria sua parte entre as colônias. O imperialismo alemão naquela época queria dividir o mundo de acordo com sua visão e defender a superioridade da raça alemã. O aviso de Lukács a todos os povos, de todas as classes de seu tempo e das gerações a seguir, é o de que serão responsáveis pelos impactos dos pensamentos, ideias ou filosofias que eles defendem ou defenderiam. Não existe

uma filosofia inofensiva, todas elas influenciam o indivíduo social de uma forma ou de outra. Mesmo as conversas mais desinteressadas sobre conteúdo filosófico são, à primeira vista, inofensivas, mas foram estes tipos de discussões que prepararam o caminho para Hitler. Isto é o que Lukács argumenta quando aponta que há

Uma advertência de que não existe uma filosofia “inocente”, puramente acadêmica, de que sempre e em todo lugar existe objetivamente o perigo de que algum incendiário, a partir do conteúdo filosófico de “inocentes” conversas de salão e de cafés, de conferências, de folhetins, ensaios etc. cause um incêndio devastador à maneira de Hitler. (LUKÁCS, 2020, p. 82)

Tendo os agentes filosóficos em primeiro plano, Lukács explica que esses intelectuais são chamados a dar respostas aos problemas sociais de seu tempo. Mas isso jamais ocorre sem complicações. O exemplo de Georges Sorel¹ relatado por Lukács nos mostra que apesar de seu desprezo pela cultura burguesa, como pequeno rebelde burguês que ele era, nunca foi capaz de se desligar da influência da burguesia, que determinou todo o seu pensamento ao longo de sua vida (LUKÁCS, 2020). O que Lukács sugere com Sorel é que existem tais intelectuais que permanecem sob a influência de suas condições sociais. Nesses termos fica clara a determinação social do pensamento, que estabelece as condições objetivas das respostas desses intelectuais diante de certos problemas sociais. Isso ilumina, como aponta Lukács (2020), como intelectuais, pensadores, filósofos etc., estacionaram diante de certos problemas sociais quase resolvidos e voltaram-se para a direção oposta de sua resolução real. Nessa direção, podemos ler que

[...] As condições sociais dominam os pensadores em questão sem que eles se deem conta disso, até em suas convicções mais originais, até em sua maneira de pensar, em seu modo de colocar os problemas etc. [...] Os filósofos – conscientemente ou não, querendo ou não – sempre estão, também interiormente, envolvidos com sua sociedade e, nela, com uma determinada classe, com suas aspirações progressistas ou retrógradas. E justamente aquilo que em sua filosofia é realmente pessoal, realmente original, é nutrido, determinado, formado e guiado por esse terreno (e pelo seu destino histórico). (LUKÁCS, 2020, p. 90)

Como Lukács menciona, para entender a profundidade filosófica de um pensador ou intelectual, é importante entender o nível em que ele vem a dominar as questões cruciais de seu

¹ Georges Eugène Sorel foi um teórico francês muito conhecido no meio sindicalista francês. Como nos diz Lukács, foi ele quem desenvolveu com sua teoria da revolução proletária pura o mito da greve geral. Aos olhos de Lukács, Sorel aparece como o exemplo típico do filósofo burguês cujas condições sociais têm um peso muito forte em seu pensamento, apesar de seu desprezo pela cultura burguesa. “Sorel odeia e despreza a cultura da burguesia, mas em nenhum ponto concreto pode se desprender ideologicamente da influência dessa cultura que determina todo o seu pensamento” (LUKÁCS, 2020, p. 33).

tempo, isto é, a “capacidade que terá de elevá-las às mais altas esferas da abstração filosófica e se a distância do ponto de vista da classe à qual ele pertence lhe permite ir até o fundo dessas questões e extrair delas todas as consequências” (LUKÁCS, 2020, p. 14). Se eles se deixarem ditar por suas condições sociais, eles estarão prontos para guerras de propaganda sem nenhuma base razoável a fim de manter o *status quo* ou derrubá-lo em favor de sua classe.

A razão que Lukács nos dá é que as condições sociais às vezes ditam seu modo de pensar. Lukács nos deu uma pequena descrição de uma situação que ocorreu na Alemanha no início do século XX com os filósofos burgueses alemães. Com a crise da filosofia burguesa, os filósofos burgueses, vinculados por suas condições sociais, não podiam aceitar o fracasso de seu pensamento cheio de contradições. Eles então tentaram proclamar a queda da razão a fim de poder responder ao seu adversário.

[...] Os filósofos burgueses já estavam privados da capacidade e da vontade de conhecer o adversário, de empreender esforços para refutá-lo seriamente. É o que ocorre já com Nietzsche, e, quanto mais decididamente aparece o novo adversário – especialmente desde o Grande Outubro de 1917 –, tanto mais baixo se torna o nível da vontade e da capacidade para combater com as armas leais do pensamento o adversário real e corretamente identificado, tanto mais decisivamente intervêm a distorção, a calúnia e a demagogia no lugar da polêmica científica honesta. (LUKÁCS, 2020, p. 12-13)

Os filósofos burgueses não são mais capazes de responder a seu oponente de forma racional e científica sem usar propaganda ou calúnia. É por isso que eles declaram a queda da razão, distorcendo a realidade social. Distorções as quais levam à criação de mitos. A razão para a elaboração desses mitos é clara: a capacidade dos filósofos burgueses de fazer frente a seu oponente se foi. Eles são incapazes de enfrentar seu oponente e refutá-lo em uma luta honesta. Não é sem razão que os mitos se opõem principalmente ao conhecimento científico, uma vez que sua principal missão é “ocultar e obscurecer as consequências sociais das aquisições da ciência” (LUKÁCS, 1961, p. 52, tradução nossa) e é por esse motivo são construções de pensamento que visam dar uma representação superficial da realidade social. Sua função evoluiu durante o período imperialista, pois consistiu em sugerir “uma concepção do mundo que corresponda à da filosofia do imperialismo” (LUKÁCS, 1961, p. 53, tradução nossa). O que é surpreendente é que no período da filosofia clássica, os mitos se apresentavam no aspecto do conhecimento científico, como anotou Lukács. Todavia são

Somente essas construções da mente, tomadas por realidades, contêm, neste estágio novamente, os elementos de uma exploração completamente honesta da realidade. Ainda é perfeitamente possível reconhecer em toda parte os

elementos da realidade de que essas construções da mente são a primeira revelação e a representação desfigurada no plano do pensamento. (LUKÁCS, 1961, p. 52, tradução nossa)

Uma representação desfigurada da realidade social pode também se expressar como filosofia reacionária quando ela tem uma dose de irracionalismo. Como escreveu Lukács (2020, p. 9), “não exista filosofia reacionária sem uma certa dose de irracionalismo, o raio de ação da filosofia burguesa reacionária é bem mais amplo do que o da filosofia irracionalista em seu sentido próprio e estrito”. Esta dose de irracionalismo é representada por “depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista” (LUKÁCS, 2020, p. 15). Estes são meios que o irracionalismo, em suas diferentes fases, tem usado na luta contra os conceitos dialéticos e históricos de progresso ou contra o materialismo histórico e dialético. Assim podemos entender que

Em cada época, cada classe que combate no campo da filosofia coloca, de forma variada, o problema esboçado de início, e do qual, sob determinadas circunstâncias, pode brotar o irracionalismo. A tensão dialética entre a formação racional dos conceitos e a sua matéria real é mesmo um fato geral da relação cognitiva com a realidade; mas a maneira como esse problema se apresenta em cada caso, como a solução do problema é encarada ou, então, como ela é evitada, como se dá o recuo diante dela é, de acordo com a situação histórica, de acordo com os desdobramentos históricos das lutas de classes, algo qualitativamente diverso. (LUKÁCS, 2020, p. 91)

Essas lutas filosóficas são apenas o reflexo das lutas de classes que cortam a sociedade (LUKÁCS, 2020). Falar de irracionalismo é falar das diferentes fases da crise burguesa e esta parte da pesquisa não pretende fazer um grande desenvolvimento desta crise, mas não podemos ignorá-la dado que é durante este período de crise que os filósofos reacionários defenderam uma terceira via filosófica (LUKÁCS, 2020, 1961). É importante saber que a terceira via apareceu como uma defesa da filosofia burguesa contra o novo perigo na figura do proletariado que deveria ser combatido em todos os planos, filosófico ou social (LUKÁCS, 1961). A filosofia do proletariado, isto é, o “materialismo dialético e histórico”, é o adversário a ser combatido. Como sublinhou Lukács (2020), as características desta filosofia terão uma profunda influência no desenvolvimento do irracionalismo, já que as diferentes fases do irracionalismo representam respostas da filosofia burguesa para os problemas da luta de classes. A filosofia burguesa, com gênese na fase em que prevaleceu a economia imperialista, era o

[...] Reflexo, no pensamento, do próprio imperialismo, isto é, da fase suprema do capitalismo, que é também a mais rica em contradições. As contradições próprias da sociedade capitalista, que determinaram a evolução, a forma e o conteúdo da filosofia burguesa, aparecem no imperialismo de uma forma objetiva levada ao extremo. Fundamental e irreconciliável, mais clara é a ruptura - a própria causa da crise da filosofia - entre o pensamento filosófico e a evolução da sociedade. (LUKÁCS, 1961, p. 25-26, tradução nossa)

A filosofia burguesa na época da expansão do capitalismo era rica em contradições profundas e irreconciliáveis. O que Lukács (1961) aponta é que os filósofos burgueses fizeram de tudo para evitar reconhecer estas contradições. Reconhecendo a natureza contraditória de seu pensamento, os filósofos burgueses seriam então forçados a aceitar a vitória da filosofia proletária, uma possibilidade que jamais considerariam. Essas contradições, como a contradição entre o pensamento burguês e a realidade social do imperialismo, ou entre a evolução social e a superfície diretamente perceptível da realidade social, estão entre as contradições que têm provocado a crise da filosofia burguesa. Uma observação a ser feita é que estas contradições consistem em fetichizar as manifestações ideológicas, borrando assim a realidade social, permitindo que as relações humanas apareçam na forma de coisas (LUKÁCS, 1961). Nesta fase da filosofia do imperialismo, o fetichismo das relações humanas torna-se uma prioridade desta filosofia porque permite manter seu domínio e esse fetichismo é inerente as todas as manifestações ideológicas. Este fetichismo tem um efeito antidialético sobre o pensamento.

Do ponto de vista da filosofia, é importante lembrar que essa estagnação do fetichismo tem um efeito antidialético sobre o pensamento. Cada vez mais, a sociedade se apresenta ao pensamento burguês como uma massa de coisas mortas e relações entre objetos, em vez de se refletir ali como é, ou seja, como reprodução ininterrupta e relações humanas em constante mudança. O clima mental assim criado é muito desfavorável ao pensamento dialético. (LUKÁCS, 1961, p. 27-28, tradução nossa)

Ao mistificar as relações humanas na forma de coisas, a ruptura entre a realidade social só se torna mais pronunciada com a evolução social. Lukács (1961, p. 28, tradução nossa), na sequência, sublinhou que “qualquer mudança no desenvolvimento social se apresenta ao pensamento como uma ruptura inesperada e não pode causar uma série contínua de crises”. As respostas devem ser dadas pela filosofia burguesa, evitando reconhecer a natureza contraditória de seu pensamento, pois isso levará a aceitar o socialismo como uma solução para esta crise. As crises de incontrolabilidade do capital, entendida como certos limites dentro dos quais se podem dar respostas diretoras sobre os rumos da vida econômica, levam os ideólogos a aceitar

um sistema que lhes dará munição contra o socialismo, mas que estará a serviço duma apologia da ordem econômica estabelecida (MÉSZÁROS, 2011). A terceira via era reposta dessa crise e, de outro lado, uma ofensiva contra o socialismo, contra a ideia de progresso social etc. A filosofia burguesa,

[...] Não está em posição de produzir argumentos sérios contra as concepções do socialismo; portanto, finge acreditar e se esforça para fazer crer que a ciência especializada da economia nacional burguesa há muito dilacerou a doutrina econômica do marxismo [...] O florescimento de filosofias antiprogressivas constitui a segunda grande ofensiva ideológica contra o socialismo. (LUKÁCS, 1961, p. 46-47, tradução nossa)

Esta rejeição do socialismo como alternativa é acompanhada também por certa crítica ao capitalismo e é a ideia de progresso que está no centro deste debate, mas Lukács acresceu dizendo que, “esta ousada posição do problema é apenas o reflexo ideológico da evolução da burguesia, evolução que a opõe ao progresso” (LUKÁCS, 1961, p. 39, tradução nossa). É um dos grandes períodos do irracionalismo moderno de luta contra o materialismo histórico e contra o método dialético (LUKÁCS, 2020, 1961). Nessa fase, o irracionalismo tenta desnaturar os problemas para transformá-los em soluções e “proclamando a suposta impossibilidade de princípio de resolver o problema como uma forma superior de compreensão do mundo” (CHASIN, 1978, p. 611). Como avançou Lukács (1961), surge então a necessidade de uma ideologia para exercer esse papel que o irracionalismo pretendeu cumprir. A gênese da terceira via filosófica pode ser traçada desde a época em que o irracionalismo estava em seu apogeu na Alemanha em sua luta para destronar a razão e encontrar uma solução para a crise da filosofia burguesa e do capitalismo. É por isso que Lukács argumenta que

No momento da crise do imperialismo, quando tudo está vacilante e à beira do colapso, a “intelligentsia” burguesa, forçada a duvidar das verdades que acreditava serem eternas, se vê diante de uma alternativa filosófica. Em um caso, ela deve reconhecer que é incapaz de abraçar intelectualmente toda a verdade. Neste caso, a própria realidade não ficaria privada de seu caráter racional, o que provaria a falência do pensamento burguês. (LUKÁCS, 1961 p. 59, tradução nossa)

Desde o início da crise da filosofia burguesa, os filósofos burgueses não podiam aceitar o fato de que a filosofia proletária poderia sair vitoriosa, pois reconhecer o fracasso de seu pensamento é aceitar a predominância do materialismo dialético e histórico. Desde o início foi uma luta filosófica contra o materialismo dialético, ou seja, contra o socialismo. A ideia básica era impedir que a intelligentsia começasse a considerar a possibilidade de inflexão profunda do

modo de produção capitalista. É digno de nota que se tratava de uma intelligentsia que era a princípio uma “guarda de fronteira” da ordem estabelecida que assegurava a estabilidade de um compromisso social duradouro com as forças de reação (LUKÁCS, 2020). Era importante evitar que ela virasse as costas à sociedade imperialista. O objetivo verdadeiro dessa ideologia da terceira via era então

[...] Evitar que o descontentamento gerado pela crise se volte contra os alicerces da sociedade capitalista e assegurar que a crise não possa fazer com que a “intelligentzia” se levante contra a sociedade do imperialismo [...] A crítica da cultura capitalista constitui, ao contrário, o tema central desta nova filosofia. À medida que a crise continua, o conceito de “terceira via” está ganhando terreno mesmo no plano social: é uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade. (LUKÁCS, 1961, p. 45-46, tradução nossa)

A função da ideologia da terceira via é impedir que se chegue à conclusão de que o problema reside nos fundamentos do capitalismo. Para Lukács (1961), isso a torna uma apologia indireta do capitalismo por fazer certas críticas à cultura desse sistema sem deitar o pensamento sobre as suas raízes. A filosofia burguesa consiste, inicialmente, em propor ideologias que, no plano social, impedem a ultrapassagem dos limites que possam levar a conclusões potencialmente prejudiciais ao regime capitalista (LUKÁCS, 1961), cumprindo a missão de guarda de fronteira desde que isso assegurasse um certo compromisso social. Um meio social onde as massas são hostis ao capitalismo e desapontadas pelas promessas de socialização é um meio social propício a este tipo de ideologia. Não é por acaso que foi após a crise de 1929 que o fascismo de Hitler assegurou uma base popular na forma do Partido Nacional Socialista, um período que provocou uma onda de anticapitalismo. Os monopólios capitalistas usaram esta situação em seu benefício para propagar sua ideologia. Como Lukács nos mostra nesse período,

A função social da ideologia, isto é, dos mitos, é, portanto, atualmente a seguinte: sugerir uma concepção de mundo que corresponda à da filosofia do imperialismo onde a ciência se mostra incapaz de oferecer um panorama e substituir a perspectiva oferecida pela ciência sempre que contradiz a concepção proposta pela filosofia paradoxal da etapa do imperialismo: a filosofia mantém por um lado a teoria do conhecimento do idealismo subjetivo herdado do agnosticismo, mas por outro lado, estamos na presença de uma função completamente nova de esse agnosticismo, função que consiste em criar um novo pseudo-objetivismo, cruzando o limite que o separa do mito. (LUKÁCS, 1961, p. 52-53, tradução nossa)

Essa tentativa apenas reforçou a crise, levando a visões de mundo do fascismo hitlerista, que também é uma apologia indireta do capitalismo, assim como a teoria dos gestores de James Burnham, cuja propositura analítica apresenta sociedade gerencial como alternativa de meio-termo, conforme desenvolveremos adiante. A função social da terceira via ajuda a jogar luz, assim, sobre a função da teoria dos gestores. Porém, antes de desmascarmos as tendências apologéticas existentes na teoria dos gestores, devemos delimitar as suas características fundamentais como componente ativo da ideologia da terceira via, pois, se esta, mais negativa, obstrui o direcionamento do descontentamento contra o capitalismo, a primeira, mais afirmativa, apresenta a possibilidade de esse sistema poder ser manipulado *ad infinitum* supostamente conforme os desígnios das consciências de determinadas classes dirigentes.

4 GÊNESE, FUNÇÃO E ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA DOUTRINA GERENCIALISTA

Nesta parte do trabalho nos concentraremos nos elementos essenciais que caracterizam a ideologia dos gestores. Esta ideologia constitui uma análise de realidade em que a sociedade está sob o controle dos gestores como a nova classe dominante. É claro que ela propõe em seu cerne a existência de uma sociedade gerencial já existente ou em transição, cujos contornos se tornarão evidentes na evolução social. Como todas as formações de pensamento, a ideologia dos gestores está ligada a condições sócio-históricas que permitiram sua formação, já que as ideias e ideologias não surgem por si só. Sem quaisquer condições de inocência, são chamadas a desempenhar funções sociais em lutas sociais. Na medida em que apresenta uma suposta transição para outra sociedade alternativa a qual não seria nem capitalismo nem socialismo, a teoria dos gestores mostra sua ligação com a terceira via.

Tentaremos estabelecer a gênese e função desta teoria no período em que atingiu seu mais alto nível de desenvolvimento. É importante o que Lukács (2020) destacou sobre a gênese e função de uma formação de pensamento, para compreender plenamente um sistema de pensamento ou filosofia, a descoberta de sua gênese e de sua função social é importante. Tão importante quanto é encontrar, por meio da análise imanente, os mascaramentos, a distorção das questões fundamentais da realidade social. Nesta parte do trabalho, contentar-nos-emos em expor apenas as circunstâncias relacionadas com as características da teoria e sua gênese, também os elementos essenciais nos quais se baseiam seus defensores. Os autores que utilizaremos neste trabalho não são os únicos que escreveram sobre este assunto, mas como nos concentraremos apenas nos elementos essenciais, isto não será realmente um fator dificultador aos propósitos da investigação.

4.1 Gênese da doutrina gerencialista no caso clássico estadunidense

Esta teoria, como qualquer outra formação de pensamento, não surgiu por si mesma. Houve momentos na história, em um lugar específico, no qual todas as condições essenciais para seu surgimento se reuniram e alcançaram seu mais alto grau de desenvolvimento. Como vimos seguindo Lukács (2020), essas condições são ligadas a uma determinada situação da época que permitiu sua formação ideal em termos de gênese histórico-objetiva. A pesquisa realizada nos levou a considerar dois momentos históricos nos quais eventos sociais têm permitido tal formação ideal. Em um primeiro momento, é emblemática a crítica de Bruno

Rizzi² segundo a qual haveria um processo de *burocratização do mundo* a partir dos desdobramentos da revolução russa. Tais acontecimentos, marcadamente a ascensão do estalinismo e o fracasso do proletariado, permitiram a consideração de que os novos homens à frente da burocracia estatal soviética e das empresas eram uma nova classe. Mandel apontou uma análise de Trotsky sobre a situação na União Soviética após a Revolução de outubro.

O estalinismo, a vitória da burocracia na URSS, é o resultado das derrotas parciais da revolução mundial. A revolução ainda não se espalhou vitoriosamente para os países avançados. Mas também não foi esmagado ao ponto de poder ser restaurado o capitalismo na Rússia (o imperialismo tentou alcançar esta restauração, primeiro em 1918-1921, depois em 1941-1944, finalmente, indiretamente, em 1947-51). O destino final da União Soviética depende do resultado final da luta de classes entre Capital e Trabalho em escala mundial. Se o proletariado mundial for definitivamente esmagado, a burocracia se tornará uma classe dominante (se é uma “nova classe dominante” ou uma burguesia mais ou menos clássica é outra questão). (MANDEL, 1980, recurso online, tradução nossa)

Este período sombrio na história da URSS permitiu a primeira aparição desta formação ideal já no final da década de 1930³. Pode ter começado na Rússia pelas mãos de Rizzi, mas foi nos EUA que atingiu seu mais alto grau de desenvolvimento com as grandes corporações, as intensificações das lutas sociais acompanhadas do desenvolvimento do capitalismo, as diversas crises do capitalismo naquela época, apresentando-se como segundo momento e, de fato, como o caso clássico da teoria dos gestores. Nesse segundo país, para o qual deslocou-se o centro irradiador do desenvolvimento do modo de produção capitalista, reuniram-se as condições necessárias e suficientes em mais alto grau para o desenvolvimento de tal teoria dos gestores. Nisso reside sua classissidade. É por isso que quase todos os principais ideólogos, como Berle, Means, Burnham, Parsons, Galbraith ou Chandler, têm uma coisa em comum: os EUA e o crescimento do capitalismo corporativo. Até mesmo Duménil e Lévy (2005, 2008, 2012) se basearam no que aconteceu nos EUA na primeira metade do século XX em suas elaborações sobre este tema.

Destacaremos alguns dos fatores que compuseram as condições para delimitação dos EUA como caso clássico para a gênese da teoria em questão: separação entre propriedade e

² Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/rizzi/bureaucratization/index.htm>, acesso em 06 de outubro de 2021.

³ É importante dizer que os episódios desenrolados na União Soviética não deixaram de influenciar o desenvolvimento da teoria dos gestores ao longo do século XX, sobretudo as tendências das análises libertárias e anarquistas como, por exemplo, o brasileiro Maurício Tragtenberg e o lusitano João Bernardo.

administração e a incontrolabilidade do capital. Ao fundo, opera o processo de desenvolvimento da grande corporação capitalista nas condições de crises do século XX e dos conflitos que têm, assim, ensejo.

Duménil e Lévy (2008), por exemplo, afirmaram que a separação da propriedade da gestão apareceu com uma grande revolução dentro do capitalismo nos EUA que teria provocado enormes mudanças nas estruturas de classe. Para estes dois autores, isso deu origem a uma nova classe dos gestores. Num artigo, Duménil e Lévy (2012) tratam de uma revolução gerencial que permitiu aos gestores cumprir tarefas organizacionais puramente capitalistas, mas é a separação da propriedade da gestão que acentua seu caráter de classe ao lado dos capitalistas e proletários através das funções que cumprem (a constituição da luta tripolar, à qual voltaremos na parte adiante dedicada ao assunto).

Muitos dos dados apresentados por esses autores vêm de análises empíricas que se concentram no controle que os gestores têm sobre essas grandes corporações nos EUA e separação da propriedade e da gestão. O exemplo de Galbraith em Mészáros (2011) também é importante, já que a elaboração de seu *Novo Estado Industrial* se baseia em dados nos EUA. De acordo com esses dados, foi a separação da propriedade da gestão que permitiu que os gestores assumissem o controle dessas empresas. É por isso que alguns autores se concentram no fato de que o poder e a influência dos gestores vêm da propriedade privada que dirigem e das funções que desempenham no lugar dos capitalistas nas empresas. É talvez sobre estes fatos empíricos que Burnham acredita que o poder reside no controle sobre as propriedades privadas (MILLS, 1963). Assim como Galbraith que sustenta que o poder reside nas mãos daqueles que tomam decisões em grandes corporações capitalistas (MÉSZÁROS, 2011). Em uma síntese:

Os fatos da separação entre gestor e proprietário, e o poder indireto do proprietário, são conhecidos há muito tempo. Tais fatos, no entanto, desde pelo menos o início deste século, têm sido ampla e erroneamente considerados como significando que “uma revolução gerencial” tem ocorrido e está em curso e que a grande administração, substituindo a grande propriedade, está prevista para ser a próxima classe dominante. (MILLS, 1969, p. 101, tradução nossa)

Como já mencionamos, esta teoria está ligada a condições que se uniram e permitiram sua formação. A separação da propriedade e da gestão desempenhou um papel importante na sua ascensão, assim como o crescimento das grandes corporações nos EUA. Essa separação fez com que autores como Burnham, Duménil e Lévy acreditassem, cada um a seu tempo, que a sociedade já estaria caminhando para uma dominação dirigida por gestores.

Há outro fator que foi decisivo na gênese de tal teoria. A busca realizada por diferentes intelectuais de uma solução para os problemas da incontrolabilidade do capital parece ser uma determinante importante para a formação ideal. É preciso mencionar que muito antes da separação da administração da propriedade ou das grandes corporações, os problemas de incontrolabilidade do capital estavam em quase todos os debates com duas visões diferentes.

Há os problemas de incontrolabilidade de acordo com a posição socialista e os problemas de incontrolabilidade de acordo com a posição de vantagem do capitalista. É esta posição capitalista a respeito da incontrolabilidade do capital que nos interessa neste trabalho. Esta posição de vantagem do capital abrangeu grandes pensadores como Adam Smith, segundo Mészáros. A posição em tela, diante das crises e riscos inerentes ao sistema do capital, procura remediar teoricamente os problemas em lugar de uma “reconsideração de seu sistema geral” (MÉSZÁROS, 2011, p. 137). Talvez Smith não tenha detectado as contradições entre o seu próprio pensamento e a realidade social, ou a contradição entre a evolução real da sociedade e a superfície perceptível dessa mesma realidade social, isto é, aquela “tensão dialética entre a formação racional dos conceitos e a sua matéria real” da qual nos falou antes Lukács (2020, p. 91) e que provoca a variação de respostas intelectuais. Entendemos melhor quando Lukács também nos ensina que a contradição entre a evolução real e a realidade social perceptível faz com que alguns pensadores se percam na representação da realidade social. Uma contradição que “explica porque alguns pensadores, mesmo estando de boa-fé, nos dão uma representação completamente distorcida da realidade social, simplesmente porque se limitam ao exame desta superfície diretamente perceptível” (LUKÁCS, 1961, p. 26, tradução nossa). Não se pode afirmar se Smith estava de boa-fé ou não, mas pode-se dizer que esta posição do capital o fez procurar o problema da incontrolabilidade do capital onde ele não deveria, como mostra Mészáros:

E, precisamente porque o sistema do capital não pode funcionar de nenhuma outra maneira que não a identificação da pessoa ao ponto de vista do capital, como o faz Adam Smith, exclui-se a possibilidade de buscar soluções que prescindam da aceitação incondicional do quadro de referências estrutural do sistema – com sua incontrolabilidade objetivamente imposta – como “natural” e “perfeito”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 138)

É uma visão que leva Smith e seus discípulos a verem os problemas do capital em termos das intenções e da motivação da pessoa que o controla. Mészáros (2011) expõe que o problema da incontrolabilidade do capital nunca foi de fato um problema para Smith e seus sucessores. Quando os problemas sobre o controle do capital tinham atingido seu auge, não querendo

admitir que os problemas estão ligados aos próprios fundamentos do capital, os intelectuais burgueses se depararam assim com um dilema: seja defender um sistema sem controle ou ainda identificar uma pessoa para o controle (MÉSZÁROS, 2011).

Há uma famosa citação de Smith que nunca se poderia deixar de fora, pois é um argumento central:

Assim como todo indivíduo se esforça o quanto pode para empregar seu capital em apoio à indústria nacional e assim orientar essa indústria de modo a dotar seu produto do maior valor possível, cada indivíduo necessariamente trabalha para tornar o rendimento anual da sociedade tão grande quanto possível. Em geral, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe o quanto o está promovendo. Ao preferir apoiar a indústria nacional e não a estrangeira, ele visa apenas sua própria segurança; e, ao orientar essa indústria de modo a que seu produto tenha o maior valor, visa apenas seu próprio ganho, e neste caso, como em muitos outros, é guiado por uma mão invisível para promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. ... Ao buscar seu próprio interesse, é comum que promova o da sociedade com eficácia maior do que quando tenciona realmente promovê-lo. ... É evidente que o indivíduo, em sua situação local, poderá julgar, muito melhor do que qualquer estadista ou legislador, em que espécie de indústria nacional poderá empregar seu capital e qual o produto com a probabilidade de ter o maior valor. O estadista que tentasse dirigir as pessoas quanto à maneira de empregar seus capitais não apenas se sobrecarregaria de cuidados bastante desnecessários, mas assumiria uma autoridade que não se poderia confiar seguramente, não apenas a pessoa alguma, mas a nenhum conselho, senado ou qualquer outra instituição; em lugar algum essa autoridade seria tão perigosa quanto nas mãos de um homem que tivesse tolice e presunção suficientes para acreditar-se adequado para exercê-la. (SMITH apud MÉSZÁROS, 2011, p. 135)

Para abreviar sem a necessidade de desenvolver seu argumento, Smith queria deixar claro que os capitalistas individuais poderiam enriquecer sua sociedade sempre que quisessem. Sem querer, o capitalista, ao procurar maximizar seu bem-estar, também ajuda a sociedade, pois o capitalista individual é ajudado por um mecanismo chamado “mão invisível” (MÉSZÁROS, 2011). A mão invisível de Smith significa admitir um sistema sem controle. Como se o capital pudesse se controlar a si mesmo. Do ponto de vista do capital, foi necessário encontrar uma solução sem afetar os marcos referenciais da estrutura do próprio capital (MÉSZÁROS, 2011), e foi o que Smith fez. Entretanto, contrariamente às representações derivadas desse tipo,

[...] O sistema do capital permanece incontrolável precisamente porque o relacionamento estrutural objetivo entre a intenção consciente e a exigência expansionista objetiva não pode ser revertido dentro dos parâmetros deste sistema sociometabólico particular em favor de intenções verdadeiramente controladoras (isto é, intenções que deixariam a própria expansão sujeita ao teste das limitações positivamente justificadoras). Não pode haver espaço para intenções operacionais conscientemente executadas – ou seja, realmente

autônomas – no quadro de referências estrutural do capital, porque os imperativos e as exigências rigorosamente instrumentais do sistema como um todo devem ser impostos e internalizados pelas personificações do capital como “suas intenções” e “suas motivações”. Qualquer tentativa de afastamento da necessária instrumentalidade resulta em intenções frustradas e nulificadas, ou seja, inteiramente quixotescas. O sistema segue (e implacavelmente afirma sobre todos os indivíduos, inclusive suas personificações “controladoras”) as próprias “determinações férreas”, não importando a gravidade de suas implicações até para a sobrevivência humana e num prazo nem assim tão longo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 140)

A incontrollabilidade é um problema ligado à própria essência do capital, já que a própria determinação do sistema de capital está orientada para a expansão. Segundo Mézáros (2011, p. 138), “significa que está voltado nessa direção a partir de seu próprio ponto de vista objetivo – e é impelido pela acumulação, em termos da necessária instrumentalidade de seu objetivo projetado”. Mas se a única solução para a incontrollabilidade é negar totalmente o capital, podemos pedir à Stanley Jevons que abandonasse seu navio naufragado? Como grande ideólogo do capital, sempre procurará encontrar uma solução a ponto de considerar as crises do capitalismo como crises passíveis de resolução em equações matemáticas⁴. Os ideólogos burgueses evitam a mirada direta dos problemas e de seus elementos essenciais já que isto consistirá em aceitar que a incontrollabilidade do capital. A resolução em falsas representações da realidade se expressa em variadas formas teóricas, “como a benevolente “mão invisível” de Adam Smith, os “capitalistas cavalheirescos” instituidores do nacional-socialismo de Alfred Marshall ou à “tecnoestrutura” universalmente benéfica “produtora da convergência” de Galbraith etc., etc.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 160).

Os fatores considerados para a gênese da teoria embarçam-se em influências recíprocas:

A separação da gestão da propriedade e a proliferação de grandes corporações atendeu a certas necessidades teóricas da posição de vantagem do capital. Os instrumentos de produção são agora controlados por novos agentes na pessoa dos gestores. Não é mais uma questão de

⁴ Mézáros (2011) apresenta W. Stanley Jevons como um dos pioneiros da revolução marginalista na economia clássica. Ele acreditava que as crises do capitalismo podem ser resolvidas por métodos científicos rigorosos ligados a instrumentos matemáticos. Em palestra que foi produzida em homenagem ao centenário da Riqueza das Nações de Adam Smith, ele propôs então uma ciência do dinheiro e da flutuação comercial que visaria compreender as causas das diversas crises. Como disse Mézáros, “desde então persistiu a ilusão, arraigada num otimismo exagerado, de que tal ciência – capaz de eliminar as deploradas “flutuações comerciais” e crises periódicas ou, na expressão de Jevons, “reviravoltas” – seria viável dentro dos parâmetros estruturais do capital, desde que fossem adotados “métodos quantitativos rigorosos” (encerrados em fórmulas matemáticas) por seus representantes; e na verdade rapidamente o foram, constituindo uma característica distintiva da nova ortodoxia” (MÉSZÁROS, 2011, p. 134).

revolução marginalista, agora é uma questão de revolução gerencial. Uma nova era está se abrindo e os gestores se tornaram aos olhos daqueles intelectuais uma espécie de socorristas do capital. Não é mais uma questão de controle sem um controlador, mas sim um controlador que não é capital ou trabalho, mas um terceiro.

Estamos agora diante de uma nova representação da realidade objetiva. A mão invisível de Smith havia dado aos capitalistas o controle operacional do sistema, agora os gestores estão assumindo o controle através da tecnoestrutura. Do ponto de vista do capital, a incontrolabilidade foi vista como um problema relacionado às personificações do capital e não às contradições que existem entre produção e controle na qualidade de falhas centrais do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2011). Agora, ainda que por vezes de modo implícito, pretende-se sustentar que diante do fracasso dos capitalistas individuais cede-se lugar aos gestores profissionais capazes de efetivamente controlar o capital. Assim, o surgimento das grandes corporações simultaneamente à separação da administração da propriedade serviria aos propósitos de preservação do sistema como um todo ainda que a sociedade assim nascente não se parecesse mais, como sustentam aqueles ideólogos, uma sociedade autenticamente capitalista. Ainda assim, não é possível eliminar as contradições objetivas por meio de operações puramente teóricas e com doses de esperança. Mas isso não impediu, a partir do surgimento da grande corporação e da separação entre administração e propriedade que a acompanhou, o surgimento de ideologias e teorias que propunham um melhor controle do capital por um novo grupo de homens especializados. Para resumir, a maioria dessas teorias tem uma aparência anticapitalista e anti-socialista – porque a luta contra o socialismo ainda está em curso – e sustentam haver uma terceira possibilidade então em desenvolvimento para a sociedade com uma nova classe dominante⁵.

Embora sua influência seja socialmente implícita, a busca de uma solução para a incontrolabilidade do capital tem desempenhado um papel importante na formação da teoria, na medida em que os ideólogos assim orientados têm se deixado levar por pseudo-fatos para fatos. Como explicou Zeitlin, os pseudo-fatos “servem para desviar a atenção dos aspectos críticos da estrutura social, das relações sociais determinantes e dos processos sociais básicos. Eles podem inspirar não apenas “explicações”, mas também “inferências” e “teorias”, que confundem e obscurecem ainda mais a realidade social” (ZEITLIN, 1974, p. 1074, tradução

⁵ A terceira via é uma luta contra o socialismo. No Volume I da *Destruição da Razão* por Lukács, o ódio anticapitalista que havia tomado a massa foi utilizado pelos filósofos burgueses a seu favor propondo uma terceira possibilidade que nada mais é do que uma luta contra a filosofia proletária "**O materialismo dialético e histórico**" (LUKÁCS, 2020, 1961).

nossa). O caso da separação da propriedade do controle é então considerado como um pseudo-fato que permitiu o surgimento de uma teoria a respeito de uma nova classe social que tomou o lugar dos capitalistas. Com esta separação, Zeitlin (1974) nos diz que a visão dominante na época enfatizava as empresas modernas com seus grupos gestores e acionistas, o que permitia uma ruptura abrupta entre as famílias capitalistas e os meios de produção, mudando assim a estrutura de classe e a economia política do capitalismo. Para Parsons e Smelser, por exemplo, isso provaria que as famílias que estavam à frente das grandes empresas capitalistas não foram capazes de consolidar seu domínio, já que uma nova classe de gestores não proprietários as substituiu e o velho modelo de relações de classe não existe mais (ZEITLIN, 1974). Com esta separação entre a administração e a propriedade,

O conflito social básico não é mais entre capital e trabalho porque na sociedade pós-capitalista as classes dirigentes e sujeitas da indústria e da sociedade política não são mais idênticas; ... há, em outras palavras, em princípio [sic], duas frentes de conflito independentes.... Isto acontece cada vez mais, pois dentro da indústria a separação da propriedade e do controle aumenta e à medida que os capitalistas mais universais são substituídos por gestores. (ZEITLIN, 1974, p. 1076, tradução nossa)

Na era das grandes corporações, os gestores tornaram-se pessoas importantes por causa das funções que desempenham no sistema de produção capitalista. Para Pereira (2014), estamos diante de uma revolução organizacional onde as empresas familiares são substituídas por organizações empresariais “que é o sistema social administrado segundo o critério da racionalidade instrumental no qual o lucro é o objetivo e a administração eficiente, o meio para alcançá-lo” (PEREIRA, 2014, p. 168). Mandel (1982) mostra que nesta busca de maximização do lucro ou do capital por parte das grandes empresas, estas últimas adotam modelos organizacionais adaptados aos objetivos estabelecidos e assim delegam a um grupo de gestores um certo poder sobre os meios de produção. Como diz Mandel,

A profunda tecnicidade e racionalização da administração de empresas e companhias representa uma unidade dialética de dois processos opostos – por um lado a delegação crescente do poder de decisão sobre questões de minúcia, e por outro lado a concentração crescente do poder de decisão sobre questões cruciais para a expansão do capital. Técnica e organizacionalmente, isso se exprime pela corporação “multidivisional” e pela compulsão a subordinar, ainda mais rigorosamente do que antes, a delegação de autoridade às considerações sobre a lucratividade global da empresa. A tendência para a direção do “processo imediato de produção” ser tecnicamente separada do processo de acumulação de capital, uma tendência que se manifestou pela primeira vez com o aparecimento das sociedades por ações [século XIX] (...) alcança larga difusão na época do capitalismo tardio (...) [1950 em diante]. A

unidade entre a delegação de poder para decidir minúcias e a concentração de poder para decidir questões concernentes à valorização do capital forma assim uma unidade de opostos, na qual a relação definidora do capital, isto é, a possibilidade de dispor dos maiores montantes de capital, constitui o árbitro final. O erro dos que sustentam a tese da “burocratização” das grandes empresas ou o predomínio da “tecnoestrutura” [expressões variantes da teoria dos gestores] prende-se ao fato de confundirem a articulação técnica do exercício do poder com seu fundamento econômico – a fonte efetiva desse poder. (MANDEL, 1982, p. 171-172, grifos no original)

Não há necessidade de acrescentar ao que Mandel disse. A separação da administração da propriedade nas grandes corporações fez com que muitos autores sustentem a tese duma nova classe em uma nova sociedade administrada. Ao delegar poder para as mãos de certos gestores não foi eliminado o fundamento econômico, as necessidades de valorização e reprodução do capital. Entretanto, é a busca de uma solução para a incontabilidade do capital que leva os intelectuais em vista destes eventos sustentam a existência de uma terceira via, uma nova classe para o domínio social da sociedade, uma terceira possibilidade que não é nem o socialismo nem o capitalismo. Mas o capital e os fundamentos econômicos permanecem nessa considerada “nova” sociedade. Na sua gênese, já é possível apontar que a teoria em tela é uma variante de apologia indireta do capital e dos fundamentos do capitalismo, mas o capitalista como uma personificação do capital pôde ser substituído teoricamente pelo *manager* que expressaria supostamente uma terceira posição entre capital e trabalho, entre capitalismo e socialismo.

4.2 Elementos fundamentais da doutrina gerencialista e sua função social

Para começar, devemos voltar a insistir que a teoria dos gestores consiste em apontar para a constituição histórica de um outro tipo de sociedade que não é nem socialismo nem capitalismo, mas supostamente uma sociedade gerencial. Houve e haverá, a depender do tempo histórico de cada ideólogo considerado, um momento em que os gestores assumem o controle da sociedade e ela passa a ser uma sociedade gerenciada por essa classe. Para esta teoria, a evolução social da sociedade habilitou novos entrantes ao jogo de dominação social do qual surge uma transição para uma sociedade dirigida por gestores. Nas palavras de seu ideólogo,

A teoria sustenta, para começar, que estamos agora em um período de transição social no sentido que foi explicado, um período caracterizado, isto é, por uma taxa de mudança extraordinariamente rápida dos mais importantes aspectos econômicos, sociais, políticos, e instituições culturais da sociedade. Essa transição é do tipo de sociedade que chamamos de capitalista ou burguesa

para um tipo de sociedade que chamaremos de gerencial [...] O que está ocorrendo nessa transição é um impulso para o domínio social, para o poder e o privilégio, para a posição de classe dominante, pelo grupo social ou classe dos gestores [...] no final do período de transição os gestores terão, de fato, alcançado o domínio social, serão a classe dominante na sociedade. (BURNHAM, 1941, p. 71-72, tradução nossa)

A teoria admite através de Burnham (1941) que as ideologias capitalistas se tornaram obsoletas por não responderem mais à realidade social. As várias crises pelas quais o capitalismo passou enfraqueceram suas bases ideológicas. Agora são os gestores e as ideologias gerenciais que começaram a subsistir, apontando para o fim do capitalismo. Não é apenas Burnham, mas quase todos os autores com ligações com a teoria dos gestores sustentam que as ideologias capitalistas se tornaram obsoletas e irrelevantes com a evolução social.

As ideologias capitalistas estão agora se desgastando, junto com a sociedade capitalista da qual são ideologias; e muitas novas ideologias estão lutando pelos empregos que ficaram vagos. [...] Na atualidade, as ideologias que podem ter um impacto poderoso, que podem fazer verdadeiros avanços, são, naturalmente, as ideologias gerenciais, pois são elas que só correspondem à direção real dos acontecimentos. [...] No lugar dos conceitos capitalistas, existem conceitos adequados à estrutura da sociedade gerencial e ao governo dos gestores. (BURNHAM, 1941, p. 190, tradução nossa)

Para os adeptos da teoria, o enfraquecimento das ideologias capitalistas traria consigo o fim do capitalismo.

A teoria dos gestores também admite o plano político uma vez que reconhecem a gestão no interior do Estado e os processos de consolidação de uma espécie de controle sobre os instrumentos de produção em que os gestores, administradores ou tecnocratas desempenham a função principal. Segundo Mézáros (2011), Galbraith argumentou a respeito de um “Novo Estado Industrial” com amplas ressonâncias com a caracterização fornecida por Burnham. Tal como este, Galbraith acreditava que o controle estatal dos instrumentos de produção permitiria aos gestores na estrutura estatal o controle da sociedade, de modo que a planificação substituiria o mercado em que o Estado é chamado a dar respostas aos problemas que a fraturam, tais como a estabilização dos preços e salários. Assim, a teoria sustenta haver uma nova estrutura econômica que estaria sob o controle do novo Estado Industrial e estabeleceria a base para o domínio social dos gestores. Por este motivo, lemos que:

Quando, finalmente, a maior parte dos instrumentos de produção passa a ser propriedade e controle governamental, a transição está, em seus fundamentos, concluída. O “estado limitado” do capitalismo é substituído pelo estado

gerencial “ilimitado”. A sociedade capitalista não existe mais ou perdura apenas quando um remanescente temporário da sociedade gerencial tomou seu lugar. (BURNHAM, 1941, p. 118, tradução nossa)

Uma estrutura econômica baseada na propriedade estatal dos principais instrumentos de produção fornece o enquadramento para o domínio social dos gestores. Deve também notar-se que esta é aparentemente a única estrutura econômica através da qual o domínio social dos gestores pode ser consolidado. (BURNHAM, 1941, p. 130, tradução nossa)

Não é nosso alvo particularizar as considerações para destacar o envolvimento do Estado na ascensão e no domínio social dos gestores de acordo com teoria, sobretudo a partir de uma suposta instauração, como informou Burnham (1941), de uma nova estrutura econômica por meio do aparelho estatal, isto é, uma estrutura econômica que desconhece capitalismo ou socialismo. Nossa preocupação no momento está ligada mais às considerações gerais daquela teoria dos gestores. Nesse diapasão, a despeito de algumas diferenças a serem destacadas mais tarde entre Burnham e Duménil e Lévy, importa sublinhar que suas proposituras analíticas básicas têm em comum o controle ou dominação de classe exercida pelos gestores. Assim, nas empresas e nos Estados, tais gestores aparecem como aqueles que, segundo esta teoria, terão o controle da sociedade, da economia etc., com o desaparecimento do capitalista.

Em termos mais simples, a teoria da revolução gerencial afirma apenas o seguinte: A sociedade moderna tem sido organizada através de um certo conjunto de instituições econômicas, sociais e políticas que chamamos de capitalistas, e que exibiram certas grandes crenças ou ideologias sociais. Dentro desta estrutura social encontramos que um determinado grupo ou classe de pessoas - os capitalistas ou a burguesia - é a classe dominante no sentido que foi definido. Atualmente, estas instituições e crenças estão passando por um processo de rápida transformação. A conclusão deste período de transformação, a ser esperado num futuro relativamente próximo, encontrará a sociedade organizada através de um conjunto bastante diferente de grandes instituições econômicas, sociais e políticas e exibindo crenças ou ideologias sociais bastante diferentes. Dentro da nova estrutura social, um grupo ou classe social diferente - os gestores - será a classe dominante ou governante. (BURNHAM, 1941, p. 74, tradução nossa)

Em geral, esta teoria faz dos gestores a nova classe dominante. Sua ascensão ao poder dentro das estruturas estatais e corporativas é o início da destituição dos capitalistas na sociedade, com as ideologias capitalistas já obsoletas e com o decorrente abrandamento do controle que elas teriam sobre as estruturas importantes relacionadas aos instrumentos de produção. Esta teoria sustenta o fato de que os gestores que assumiriam o controle da sociedade

o fazem sem que os capitalistas percebam. Segundo Kaya e Martin (2016), a globalização⁶ já permitiu uma interligação entre os gestores do mundo inteiro. A globalização, segundo esses autores, surgiu como um fator chave que lhes permitiu ter uma consciência de classe e que todos eles estão ligados através de alianças transfronteiriças e grandes fusões comerciais importantes feitas entre as grandes empresas mundiais (KAYA; MARTIN, 2016). A globalização reestruturou também as relações econômicas e as estruturas de classe na sociedade e criou as condições para o surgimento desta nova classe formada por líderes de grandes corporações mundiais:

Embora a maioria das evidências apresentadas pela literatura do TCC⁷ se concentre no surgimento do TCC como um local objetivo de classe, a formação de classes também envolve uma experiência subjetiva compartilhada dentro da sociedade global. Uma literatura mais ampla descreve como a globalização está criando possibilidades para novas formas de mobilização de classes. A reestruturação do capital global inspirou alianças de trabalho transnacionais e novas formas de organização transfronteiriça [...] enquanto as lealdades ligadas à geografia se tornaram mais fluidas e cada vez mais misturadas com outras fontes de identidade que se estendem além das fronteiras nacionais e do senso de “territorialidade” [...] No entanto, os impactos gerais da globalização sobre a identidade são desiguais, pois a crescente integração na economia global pode provocar movimentos reacionários e balcanização entre as massas enquanto promove as identidades transnacionais e a solidariedade entre as elites [...]. (KAYA; MARTIN, 2016, p. 234, tradução nossa)

Com essas alianças transfronteiriças, a “nova elite global” formada pelos gestores de grandes empresas está começando a formar uma identidade de classe, segundo os propositores acima. Tais gestores tomariam decisões para seus interesses e objetivos comuns. Os autores supracitados nos sustentam que,

⁶ Para muitos adeptos da teoria, a globalização não tem sido realmente considerada como um elemento fundamental da teoria. Entretanto, obras recentes de autores como Kaya e Martin (2016), Intan Suwandi e John Bellamy Foster (2016) e Vasudevan (2017) têm em suas visões que as grandes corporações, ao se tornarem multinacionais, permitiram aos gerentes controlar a economia mundial e também aumentar muito mais suas fortunas. Intan Suwandi e John Bellamy Foster mostram que, com a globalização, as grandes corporações se tornaram tão influentes que “exerceram um poder de empurrar e puxar sobre os estados nos quais estavam sediados, ao mesmo tempo em que frequentemente o dominavam sobre os estados mais fracos nos quais introduziram o investimento estrangeiro direto” (SUWANDI; FOSTER, 2016, p. 121, tradução nossa). A questão, porém, não repousa em admitir o poder do capital concentrado na forma das grandes corporações, mas que elas seriam índice de uma transição societal que expressaria o término do capitalismo, a evitação do socialismo e a constituição de uma terceira classe dominante. O trabalho de Vasudevan (2017), com base no trabalho de Thomas Piketty, argumenta que a ascensão global das grandes corporações significa que os super-gestores estão ficando mais ricos a cada dia e estão acentuando ainda mais a desigualdade social dentro da sociedade.

⁷ “TCC” é acrônimo em inglês para “classe capitalista transnacional”, composta pelos principais gestores, administradores, etc.

Nesta fase atual do capitalismo mundial, uma classe de elite de investidores, empresários e os dirigentes de empresas multinacionais formam cada vez mais colaborações com aliados em governos nacionais e agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a fim de moldar o discurso político e forjar os contornos da economia mundial em seu benefício mútuo. (KAYA; MARTIN, 2016, p. 232, tradução nossa)

Burnham (1941) tinha insinuado isso quando mencionou que a economia mundial estaria sob o controle dos gestores e que eles poderiam colocar capitalistas para fora da economia. Por outro lado, Chesnais (2000) sustentou que a globalização permitiu aos novos proprietários de capital aumentar seu domínio através de empresas multinacionais, ou seja, é o capital financeiro que está na liderança com seus investidores institucionais e seus administradores de fundos de investimento. Embora esta discussão sobre a globalização não seja unânime, o surgimento de grandes empresas e o poder e influência que elas têm na sociedade está no centro do debate. A pergunta que precisa ser feita primeiro é: Quem são os gestores que controlam essas grandes corporações? Quais são suas ligações com os proprietários? De onde vêm suas fortunas?

Este debate sobre a participação da classe dos gestores começou com a separação da administração da propriedade nas grandes corporações, como vimos antes. A maioria dos defensores desta teoria, como no exemplo do que sustenta Burnham (1941), acredita que estes homens não vêm da classe capitalista, mas também não são proletários por causa das fortunas que possuem. Para Baran e Sweezy (1966), eles são os porta-vozes da classe capitalista, representam o escalão superior da classe proprietária, sua vanguarda. Para Pereira (2018), eles são profissionais experientes e qualificados nas melhores escolas e que também ocupam cargos importantes em grandes empresas. No entanto, Mills (1981) sugeriu sociologicamente que muitos deles vieram dos degraus mais baixos da escada social. Mais consistentemente, Zeitlin (1989) mostrou ainda que as famílias desses gestores estão mais ou menos intimamente ligadas aos grandes capitalistas. Assim, eles podem ter integrados a mesma classe social através de laços sociais íntimos, casando-se com as filhas de grandes banqueiros ou a casa de um grande monopólio industrial (ZEITLIN, 1989; MANDEL, 1968).

A experiência prática mostra que os grandes “administradores” que chegaram ao auge de suas carreiras acumulam grandes fortunas, tornam-se grandes burgueses e consideram como o auge lógico de seu “sucesso” o casamento com a filha de um grande banqueiro ou do chefe de um grande monopólio industrial, tornando-se assim absorvidos pelos estratos superiores da grande

burguesia e suas “grandes famílias”. (MANDEL, 1968, p. 540, tradução nossa)

Como também expõe Mandel, “nos Estados Unidos (...) dois terços de todos os quadros superiores e três quartos dos quadros financeiros, eles mesmos são originários da elite da sociedade” (MANDEL, 1968, p. 540, tradução nossa). Uma coisa é certa: eles são super ricos e são considerados parte da elite da sociedade (MILLS, 1981; ZEITLIN, 1989; BARAN; SWEEZY, 1966). E isso corrobora a ideia de que tais gestores se apresentam como uma espécie de fração ativa, uma vanguarda dos proprietários.

Porém, para alguns autores como Duménil (1975), o fato (ou pseudo-fato) de serem super ricos faria com que seus rendimentos não respeitassem a teoria do valor-trabalho tal qual se vê para o caso do proletário tradicional. Seus rendimentos são, na verdade, uma porcentagem do valor excedente extraído da mais-valia. Ora, o fato de serem remunerados como capitalistas não os identifica de certa maneira? Como destacaram Baran e Sweezy (1966), as garantias sobre as ações e dividendos que embolsam à frente da empresa são notórias, o que os coloca no topo da escada econômica. Para a teoria dos gestores, isso seria em si um índice de desenvolvimento de uma classe social. Vasudevan, nessa linha, afirma que:

As elites gerenciais dominantes não são simplesmente os 'agentes pagos' do capital corporativo. Ao contrário, elas exercem controle sobre os excedentes da rede corporativa global dos EUA e são a 'face' do capital corporativo. Assim, a transformação histórica do papel da elite gerencial em uma classe que representa o alcance global do capital corporativo dos EUA é um importante impulsionador da tendência distinta de remuneração paga à elite gerencial. (VASUDEVAN, 2017, p. 2, tradução nossa)

Embora venham das elites da sociedade, com a separação da gestão da propriedade, os ideólogos da teoria dos gestores sustentam que os gestores estão se distanciando cada vez mais da classe capitalista. Isto é o que Burnham afirmou ao mencionar que o controle dos gestores sobre a propriedade privada lhes permite distanciar muito mais os instrumentos de produção dos capitalistas. Então é o controle sobre os instrumentos de produção capitalista que dita as regras de domínio social de acordo com o autor. Os gestores são, para Burnham (1941, p. 77), aqueles que mais provavelmente assumiam o controle da sociedade, uma vez que esses instrumentos de produção estão sob seu controle. A observação que Burnham fez na sua tese se baseia, segundo Mills, na hipótese de que “enquanto os proprietários estiveram ausentes, seus gestores funcionais vêm ganhando poder” (MILLS, 1963, p. 62, tradução nossa). Burnham acredita então que ausência de capitalistas nas empresas modernas deixa certa liberdade aos

gestores porque a teoria dos gestores, como já mencionamos, sustenta que o poder reside no controle da propriedade privada e não em sua posse. Mas não há dúvidas quanto ao crescimento do poder encarnado nas posições estratégicas das grandes corporações. Como sugeriu Mills,

Na medida em que os homens podem fazer o que quiserem com a propriedade que possuem ou que eles administram para os proprietários, eles têm poder sobre outros homens. As mudanças no tamanho e na distribuição da propriedade trouxeram consigo um poder maior para alguns e uma impotência correspondente para muitos. [...] A posse da propriedade agora significa muito mais do que poder sobre as coisas que são propriedade; significa poder sobre os homens que não possuem essas coisas; seleciona aqueles que podem comandar e aqueles que devem obedecer. (MILLS, 1969, p. 105-106, tradução nossa)

Controle sobre as pessoas e controle sobre a propriedade são sinônimos de poder, de acordo com os ideólogos. Difícilmente se pode ignorar elemento tão empírico, pois o que tais gestores “fazem, no agregado, tem grande impacto sobre a dinâmica do sistema, efetivando, retardando, ou anulando tendências, além de afetar a vida de milhões” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, p. 2). A aqui se mostra aquela presente “tensão dialética entre a formação racional dos conceitos e a sua matéria real” da qual nos falou Lukács (2020, p. 91). A questão não está em admitir aquela concentração de força econômica nessas posições estratégicas de comando do capital, mas tomar esse dado imediato como evidência de transição para outro modo societal, com nova classe dirigente. Nosso comentário se baseia no fato de que em geral os ideólogos da teoria sob análise acreditam que aquela separação entre propriedade e gestão favoreceu a ascensão dos gestores, com os capitalistas cada vez mais distantes dos instrumentos de produção, e que sua influência continuará a crescer a ponto de assumir o controle da sociedade. Eles são influentes, podem mobilizar milhares de pessoas em muitas direções. Eles são os chefes das grandes corporações e suas decisões podem influenciar a vida de muitas pessoas. É nesse sentido que Galbraith acreditava que é a empresa que lhes dá essa influência:

Na empresa industrial, o poder está nas mãos dos que tomam as decisões. Na empresa madura, esse poder passou, de modo inevitável e irrevogável, do indivíduo para o grupo. Isto ocorre porque somente o grupo tem a informação que a decisão exige. Embora a constituição da corporação coloque o poder nas mãos dos donos, os imperativos da tecnologia e do planejamento transferem-nos para a tecnoestrutura. Como tecnologia e planejamento são o que confere poder à tecnoestrutura, ela obterá poder onde quer que eles sejam um aspecto do processo de produção. (GALBRAITH apud MÉSZÁROS, 2011, p. 164)

Não é segredo que foram as grandes corporações que permitiram aos gestores serem

responsáveis pelas funções e instrumentos de planejamento da produção capitalista dada a complexificação quantitativa e qualitativa das tarefas envolvidas na valorização e reprodução do capital. Na transição das empresas familiares tradicionais para as grandes corporações modernas, os gestores foram habilitados a assumirem funções que antes eram desempenhadas por um único proprietário-gerente, mas que agora estão divididas em diferentes papéis nas empresas modernas (CHANDLER, 1977; ZEITLIN, 1974). De acordo com Baran e Sweezy, o capitalista individual não tem mais muita influência sobre a empresa moderna. O controle das empresas modernas “repousa nas mãos da administração, ou seja, do conselho de administração mais os diretores executivos” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 15-16, tradução nossa).

Segundo Daniel Bell, assistiu-se a uma ruptura do capitalista familiar, que tem sido considerada a base da classe burguesa (ZEITLIN, 1974). Os ideólogos da teoria sustentam que os gestores não proprietários substituem seus antecessores capitalistas, mas com motivações e comportamentos diferentes deles – agora mais orientados para resultados de longo prazo e para certa função social das empresas para a sociedade como um todo. Existe alguma outra motivação além de extrair mais lucro? O lucro é e continua sendo a função objetiva pela qual o desempenho gerencial de uma organização é avaliado, como diz Zeitlin, de modo que seus gestores devem respeitar seu compromisso com a sobrevivência da empresa sob risco de serem excluídos de suas posições.

[...] Mesmo se os “gestores” tivessem o controle total de cada corporação, eles ainda teriam que tentar obter o maior lucro possível dos trabalhadores e tirar o máximo proveito dos investimentos da corporação. A conduta dos administradores é moldada acima de tudo pelos imperativos da acumulação de capital - a luta competitiva entre os gigantes (agora global e não nacional), os tipos de investimentos que eles fazem e os mercados em que penetram, e as relações que eles têm com seus trabalhadores. A alta renda e o status gerencial dependem, direta e indiretamente, de altos lucros corporativos. As “opções de ações” e bônus e outras formas de “remuneração” de executivos além dos salários estão intimamente ligados às taxas de lucro corporativo. Quaisquer que sejam suas assim chamadas motivações profissionais ou impulsos de poder, seu trabalho em equipe tecnocrático e sua mentalidade burocrática, a decisão dos gestores sobre como organizar a produção e as vendas têm que ser medida em relação ao resultado final: eles não ousam colocar em risco a lucratividade corporativa. (ZEITLIN, 1989, p. 160, tradução nossa).

Um desvio do objetivo de maximização do lucro levaria, segundo a Zeitlin, à substituição imediata do órgão administrativo existente.

Socialmente, a separação da gestão da propriedade continua sendo os fatores-chave na formação social da teoria dos gestores. Considerando-a como uma falsa representação da

realidade por se limitar a modificações de superfície, então a base principal de sua formação talvez seja mal considerada por seus defensores. A separação da administração pode não ser um fato social, mas um pseudo-fato que tem sido capaz de confundir a realidade social levando à conclusão segundo a qual os administradores são a nova classe numa nova sociedade simultaneamente não capitalista e não socialista. Em sua pesquisa, Zeitlin (1974) chegou à conclusão de que a separação da gestão da propriedade é um pseudo-fato que pode ser um daqueles que são amplamente aceitos nos círculos científicos que sobrecarregam a ciência com teorias inválidas. Erros de pseudo-fatos para fatos sociais podem levar a raciocínios falsificados, teorias falsificadas como no caso da teoria dos gestores. Talvez assim também se explica a excessiva confiança de Berle e Means, entre os maiores propagadores da separação entre gestão e propriedade, em uma definição operacional de controle em vez de levar em conta questões analíticas (ZEITLIN, 1974).

Se o controle se refere à capacidade de determinar as políticas gerais de uma corporação, então se refere a uma relação social, não a um atributo. O controle (ou poder) é essencialmente relativo e relacional: quanto poder, com respeito a quem? [...] Portanto, o controle é conceituado aqui da seguinte forma: quando a estrutura concreta de propriedade e de relações intercorporativas torna provável que um grupo identificável de interesses proprietários seja capaz de realizar seus objetivos corporativos ao longo do tempo, apesar da resistência, então podemos dizer que eles têm “controle” da corporação [...] Para estimar a probabilidade de que um determinado indivíduo ou grupo controle uma corporação, então, devemos saber quem são os rivais ou potenciais rivais de controle e que ativos eles podem trazer para a luta. (ZEITLIN, 1974, p. 1090-1091, tradução nossa)

A teoria coloca os gestores como protagonistas nesta luta pelo domínio social numa sociedade alternativa, mas na realidade é uma luta pela permanência do capitalismo. É importante ter claro que os gestores na teoria são figuras que obstruem a apreensão do verdadeiro propósito da teoria. Não se pode estacionar na parte imediata da realidade social como de resto opera a teoria dos gestores. É necessário ir mais fundo para desvendar as próprias relações sociais que permitiram a formação da sociedade e as lutas sociais que surgiram dentro dela, o que talvez nos leve a compreender a representação superficial que se expressa como teoria dos gestores.

A teoria dos gestores teve e tem um papel importante na conformação do desenvolvimento do modo capitalista de produção ao longo do século XX diante das suas contradições imanentes. Esse papel como ideologia não é proporcionado por ser uma representação falsa da realidade ao afirmar a transição para outra sociedade alternativa sob

domínio de uma terceira classe enquanto o capital permanece sendo o eixo articulador principal e os principais gestores das corporações globalmente articuladas funcionam como personificações do capital. É possível destacar a conversão dessa teoria em ideologia ao considerarmos sua missão e funcionalidade objetiva.

Como indicado antes, na sociedade burguesa, em que a luta de classe se tornou muito mais intensa, a ideologia assume dimensão também intensificada:

Na medida em que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas agora transpassados por este conflito básico, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. (VAISMAN, 2010, p. 50).

Nas lutas de classes capitalisticamente orientada, cadeias inteiras de classes produzem representações que podem exercer importantes papéis na manutenção do status quo social. No momento da crise da filosofia da burguesa da sociedade capitalista, a terceira via apareceu como uma solução para os problemas da crise, como um tipo de resposta particular para os dilemas socialmente postos. No plano social, esta ideologia rejeita superficialmente o capitalismo e rejeita totalmente o socialismo. A teoria dos gestores parece ser um ramo mais ativo da ideologia da terceira via, uma variante de inclinação mais afirmativa. Enquanto a terceira via, classicamente considerada, tinha por função obstruir a conclusão a respeito da conexão entre os problemas imediatamente postos e os fundamentos do capitalismo, a teoria dos gestores é mais positiva, habilitadora do entendimento de que o sistema do capital pode ser administrado indefinidamente por uma nova classe mais apta⁸.

Essa posição encontrou importante expressão teórica e prática, por exemplo, por meio do desenvolvimento da macroeconomia keynesiana e sua aposta na administração econômica por parte dos novos quadros técnicos na empresa e, sobretudo, no Estado. Não é possível subestimar a penetração do keynesianismo por mediação das políticas econômicas ao longo do século XX. Diante disso, é autorizado considerar o keynesianismo também como um modo de difusão da teoria dos gestores, sobretudo no que diz respeito ao aspecto ativo que precisa ser destacado quando a consideramos uma variante de terceira via. Nessa direção, ao considerarmos

⁸ A teoria dos gestores parece ser a ideologia mais ativa da terceira via filosófica, pois sustenta outro tipo de sociedade na qual o capitalista perderá sua posição de domínio social, mas não será o socialismo que o substituirá, mas uma sociedade gerencial. Como mencionamos anteriormente, a Terceira Via propõe uma ideologia que não é nem capitalismo nem socialismo como a melhor possibilidade para a sociedade. Abriremos um pouco mais sobre isso na próxima seção.

o desenvolvimento do keynesianismo como renovação do liberalismo no quadro da terceira via, é central sublinhar que passou a ser:

[...] Necessário desenvolver métodos capazes de responder aos imperativos postos, ainda que os diagnósticos (...) paguem tributos à superfície e jamais alcancem a forma histórica das relações sociais de produção ao fundo. A finalidade progressivamente colocada na ordem do dia é, diante dos problemas decorrentes do capitalismo e no evitamento da transformação das relações sociais de produção, convencer amplas camadas sociais de que as perturbações que abalavam a vida econômica da sociedade podem ser administradas ao infinito, cabendo encontrar ou desenvolver os métodos mais adequados para isso e que não firam, de modo algum, os princípios fundamentais. (...) trata-se de encontrar ou desenvolver métodos de administração do capital que respeitem os parâmetros reprodutivos da forma histórica, postergando sua transição para sempre. (PAÇO CUNHA, 2022, p. 8)

Como missão e função, parece que a teoria dos gestores foi historicamente muito bem-sucedida. Vê-se isso precisamente no progressivo desaparecimento das alternativas revolucionárias e a predominância, seja keynesiana ou de posições adversárias (austríacos, escola de Chicago etc.), de tendências que, ao invés de colocar no horizonte a transformação das relações sociais de produção, buscaram alimentar o estoque de medidas manipulativas de alterações superficiais no ímpeto de preservação do próprio modo de produção capitalista. A teoria dos gestores, ao promover a existência de uma alternativa que não seria capitalista, procura não apenas retirar de cena esse impulso, mas também convencer classes sociais de que é possível administrar o sistema e corrigir suas disfunções meramente contingentes.

Assim, é possível destacar o verdadeiro objetivo por trás da teoria dos gestores tornada ideologia, qual seja, fornece uma solução para a incontrolabilidade do capital que insistentemente se coloca em evidência contrariamente aos desejos teóricos. Ao fundo é possível entrever a busca de nova modalidade de administração do capital. A separação da administração parecia então a ocorrência de uma autêntica revolução, promovendo uma nova classe ao controle do capital. Burnham relatou como a separação da propriedade da gestão permitiu aos gestores se aproximarem mais dos instrumentos dos produção capitalista e possibilitou, ao mesmo tempo, o início do fim do capitalismo. Lukács considerou Burnham como um apologista indireto do capitalismo porque ele se deixa influenciar pela terceira via filosófica que sustenta uma terceira possibilidade para sociedade, como se, ao cabo, esse terceiro termo não fosse simplesmente capitalismo. A posição de Burnham sustenta que a sociedade gerencial se colocaria como a melhor resposta para crises ameaçadoramente recorrentes. Na próxima seção, tentaremos analisar como Burnham máscara sua apologia do

capitalismo, servindo ao propósito de fixar a teoria dos gestores como uma variante de apologia indireta desse modo de produção.

5 APOLOGIA INDIRETA AO CAPITALISMO: DA *REVOLUÇÃO GERENCIAL* DE J. BURNHAM AO CAPITALISMO GERENCIAL DE G. DUMÉNIL E D. LÉVY

Este capítulo da dissertação contém duas seções que são consideradas importantes. A primeira seção destacará a revolução gerencial de Burnham como uma apologia indireta ao capitalismo baseada na análise de Lukacs (1961, 2020) com alguns complementos laterais. A segunda e última seção apontará para G. Duménil e D. Lévy como apologistas que seguem certa linha de continuidade a partir de Burnham. Esta última seção mostrará a persistência da apologia indireta ao capitalismo em suas propostas analíticas ainda que sejam autores autoproclamados marxistas.

5.1 Apologia indireta do capitalismo em *A Revolução Gerencial* de James Burnham

Nesta primeira seção, o objetivo é proceder a análise da sugestiva revolução gerencial de Burnham através da análise imanente, seguindo as considerações estabelecidas por Lukács (2020) a respeito do autor. Não vamos retomar uma exposição sobre análise imanente, mas apenas sublinhar novamente que esta abordagem consiste na análise de produtos ideológicos, apreendendo suas ligações com as suas condições objetivas, particularmente as forças motrizes primárias e desmascarando as tendências que ali podem ser encontradas. É neste sentido que a análise imanente nos ajudará a detectar, seguindo Lukács (2020), a tendência irracionalista que existe em Burnham de modo a possibilitar com isso nossa pretensão fundamental: a determinação da teoria dos gestores não apenas como falsa representação da realidade, mas principalmente como expressão da terceira via que efetiva uma apologia indireta do capitalismo. Na subseção 4.2 vimos que a teoria dos gestores sustenta a possibilidade duma outra forma de sociedade que não é o capitalismo ou o socialismo. Entretanto, como já mencionamos, ela aparece como uma variante socialmente ativa, mais afirmativa da terceira via, uma vez que no plano social cumpre a função de sustentar indefinidamente a administração do sistema do capital e, como tudo indica, tem funcionado como ideologia bem-sucedida.

Como já vimos também, Lukács nos mostrou que a concepção da terceira via no plano social é uma ideologia que, a princípio, nega o capitalismo e o socialismo. Esta é a posição que Parsons e Smelser tomaram diante do diagnóstico de Schumpeter sobre o direcionamento da sociedade do pós-guerra rumo ao socialismo:

Schumpeter não foi capaz de avaliar a importância da terceira possibilidade. Contrariamente à boa parte da opinião anterior, sentimos que o “capitalismo clássico”, caracterizado pela dominância do papel da propriedade no processo produtivo, não é um caso de “emancipação total” da economia do controle “político”, mas antes um modo particular deste controle. ... [No entanto, o tipo moderno de economia] não é capitalismo no sentido clássico (e, em nossa opinião, nem no marxista) nem socialismo. (PARSONS; SMELSER apud MÉSZÁROS, 2011, p. 162)

Esta também é a posição de Burnham quando ele afirmou que seria falso que o socialismo seja “a única alternativa ao capitalismo. É falso que o capitalismo continue. É falso que o socialismo o substitua” (BURNHAM, 1941, p. 219, tradução nossa). Esta também é a posição de Galbraith quando sustentou que o poder teria passado para as mãos daqueles que tomam decisões. Quando Galbraith escreveu *O novo Estado industrial*, a separação do controle da propriedade havia colocado os gestores no controle das grandes corporações. Assim, Galbraith estava apresentando uma nova classe dominante: “os tecnocratas”. Quer sejam os tecnocratas (GALBRAITH, 1969), as classes profissionais (PEREIRA, 2018), os administradores de carreira (PARSONS; SMELSER, 2005), ou os gestores de Burnham, todos eles são propostos ou supostos como ascensão de uma nova classe dominante numa nova forma social que não é nem socialismo nem capitalismo. Uma teoria que ainda hoje está ativa nas discussões no palco mundial na figura de Piketty, Dumenil e Levy na França ou Bresser-Pereira no Brasil. É isso que faz dela algo presente e com efeitos no tempo corrente. Como uma apologia indireta do capitalismo, a terceira via se reflete na revolução gerencial de Burnham através da teoria dos gestores ali esboçada. É o caráter apologético indireto do capitalismo que tentaremos trazer à tona em Burnham, seguindo as trilhas de Lukács, e depois veremos o que está por trás de suas ideias, procurando destacar a função da teoria dos gestores como expressão positiva da ideologia da terceira via.

Com efeito, depois da análise do material de Lukács (2020, 1961), podemos voltar a sublinhar que a gênese desta forma de apologia presente na terceira via teve desenvolvimento clássico na Alemanha, país em que encontrou efetivação prática com amplos efeitos sob a forma do nazifascismo germânico. A apologia indireta do capitalismo não surgiu apenas na Alemanha, inclusive sob a influência da denominada Terceira Via filosófica. No entanto, foi naquele país que atingiu seu ponto mais alto e todos os elementos fundamentais estavam reunidos. Segundo Lukács (2020, 1961), a apologia indireta é uma defesa do capitalismo de forma subtil, ou seja, aparece sob a forma de uma rejeição ou crítica a certos aspectos do capitalismo, principalmente aqueles atinentes à sua cultura. Na Alemanha, o nazifascismo disfarçou o capitalismo monopolista como uma revolução proletária chamada Nacional Socialismo que lhe permitiu

mobilizar as massas de uma forma grandiosa. Forjou-se “uma ideologia concreta e diabólica eficaz, que, apesar de – ou justamente por causa de – apresentar o mais baixo nível espiritual e moral alcançado até então pela história humana, demonstrou possuir uma enorme e perigosa força mobilizadora das massas” (LUKÁCS, 2020, p. 686).

A função social dessa apologia indireta era a de impedir a alternativa socialista. Em um ponto da crise, os fundamentos do capitalismo foram abalados e foi necessário usar todos os meios para impedir que as massas vissem o socialismo como alternativa adequada. Lukács (2020) considerou a crise de 1929 como o ativador desta onda anticapitalista. Ele nos ensinou que “Assim se colocou uma nova tarefa para os reacionários do capitalismo monopolista: explorar essa disposição anticapitalista das massas para a consolidação do próprio domínio [...]” (LUKÁCS, 2020, p. 73), e para evitar que as massas tivessem empatia pelo socialismo. É por isso que, do ponto de vista filosófico, a terceira via tinha a função social de impedir que os intelectuais chegassem à conclusão de que os problemas da crise provêm dos fundamentos do capitalismo. Funciona como uma espécie de blindagem que encobre a verdadeira realidade por trás dos movimentos que parecem rejeitar o capitalismo, já que “não envolve mais elogios diretos e grosseiros à sociedade capitalista, como os assalariados ou os trovadores voluntários praticaram no passado” (LUKÁCS, 1961, p. 45, tradução nossa).

Isto é o que tentaremos fazer com Burnham, recuperando os avanços de Lukács no desmascaramento do caráter apologético da teoria dos gestores em Burnham como apologia indireta do capitalismo e as reais tendências por trás de sua chamada revolução gerencial. Socialmente, Burnham é um dos que tentaram cumprir a função proposta pela terceira via filosófica porque sua revolução gerencial, conforme os fundamentos da teoria dos gestores, rejeita o capitalismo de forma aparente e rejeita radicalmente o socialismo como a alternativa viável, sustendo uma sociedade governada pelos gestores como terceira via, ainda que tal sociedade seja, em todos os seus fundamentos reais, a mesma sociedade capitalista.

Como todos os intelectuais burgueses que se deixam envolver na deriva do irracionalismo em defesa do capitalismo em suas fundações, Burnham não é menos diferente na elaboração da revolução gerencial, já que as condições sociais dos pensadores os dominam e às vezes sem seu conhecimento. A forma como os intelectuais colocam problemas, pensam em uma solução é sempre influenciada por sua posição de classe a despeito de não ser um fatalismo (CHASIN, 1978; LUKÁCS, 2020). A escolha entre o racional e o irracional por parte do intelectual está ligada às raízes de sua classe diante das circunstâncias problemáticas que se apresentam.

Daí já se pode entrever que a escolha entre ratio e irratio nunca é uma questão filosófica “imane”nte”. Quando um pensador escolhe entre o novo e o velho, o determinante – em primeiro plano – não são considerações intelectuais e filosóficas, mas, sim, a sua situação de classe e os vínculos com uma classe. Visto da ampla perspectiva de séculos, às vezes chega a ser quase inacreditável que pensadores importantes, no limiar de problemas quase solucionados, deixem de avançar, e até mesmo recuem, tomando a direção contrária à da solução já iminente. Só o caráter de classe de seus posicionamentos pode explicar tais “enigmas”. (LUKCAS, 2020, p. 89)

Fugir do problema ou convertê-lo em uma solução proclamando sua impossibilidade de solução como forma superior de entender o mundo não é menos característico do irracionalismo (CHASIN, 1978; LUKÁCS, 2020). E isso porque a “transformação artificiosa da suposta insolubilidade em solução e a pretensão de que nessa recusa do problema, nesse desviar-se dele, nessa fuga diante de uma resposta positiva, esteja contida a “verdadeira” apreensão da realidade é a marca decisiva do irracionalismo” (LUKÁCS, 2020, p. 93).

A proposta de Burnham é vista como uma tentativa de escapar do problema real do capitalismo ao se deixar levar por suas condições de classe e depois cair no irracionalismo e na elaboração de mitos⁹. No capítulo III de sua revolução gerencial, Burnham justifica 9 razões pelas quais o capitalismo encontraria seu fim¹⁰. Nas razões apresentadas, Burnham evita chegar à raiz do problema do capitalismo como capital, sendo um exemplo claro o do desemprego como uma praga do sistema e ele é a primeira destas razões que empurrarão o capitalismo para seu fim:

O desemprego contínuo em massa não é novidade na história. Na verdade, é um sintoma de que um determinado tipo de organização social está prestes a terminar. Ele foi encontrado entre os cidadãos mais pobres durante os últimos anos de Atenas, entre o “proletariado” urbano (como eram chamados) no Império Romano, e muito notavelmente, no final da Idade Média, entre os servos e vilões despossuídos que haviam sido expulsos da terra para dar lugar ao uso capitalista - da terra. O desemprego em massa significa que o determinado tipo de organização social se desmoronou, que não pode mais fornecer a seus membros funções socialmente úteis, mesmo de acordo com

⁹ Burnham evita críticas ao capitalismo que possam afetar seus fundamentos. É por isso que ele aceita que o capitalismo está chegando ao fim. Ele apresenta o desemprego como um dos problemas que causarão o fim do capitalismo, ele o apresenta como um fato de decadência de qualquer sociedade, não como um problema ligado à acumulação de capital etc.

¹⁰ Burnham desenvolve 9 razões que causarão o fim do capitalismo, tais como: as recorrentes crises econômicas que continuam enfraquecendo o capitalismo e que são seguidas pela depressão econômica paralisam o sistema capitalista. Há também, segundo Burnham, os altos níveis de dívida pública e privada que não podem mais ser administrados. Há muitas outras razões, como desafios tecnológicos e também a incapacidade das grandes nações capitalistas de resolver os problemas da agricultura, que é um elemento importante da economia, segundo ele. A ver também: Burnham, James. **The Managerial Revolution: The Theory of the Permanence of Capitalism**, Cap. 3, 1941.

suas próprias ideias do que é socialmente útil. Ela não pode apoiar essas massas por qualquer período ocioso, pois seus recursos não são suficientes. Os desempregados pairam à margem da sociedade, por um lado como um peso terrível arrastando-o para baixo e sangrando-o até a morte, por outro como um constante irritante e reservatório de forças dirigidas contra a sociedade. (BURNHAM, 1941, p. 31-32, tradução nossa)

Para Burnham o desemprego excessivo no capitalismo é um sinal de sua decadência, como todas as outras sociedades que o precederam. Antes de continuar, é importante saber quem são desempregados? Na análise marxista os desempregados são o que Marx e Engels indicaram como exércitos de reserva industrial à disposição da burguesia em sua luta contra a classe trabalhadora (LE MENSUEL, 2020). Burnham comenta sobre o desemprego como o fim do capitalismo, mas ele é usado também como um meio de pressionar o proletariado a aceitar sua condição de exploração¹¹.

Uma análise mais profunda nos mostra que o desemprego é uma das leis de acumulação de capital, ou como diz Bihr, o desemprego não é apenas um resultado do processo de acumulação de capital, é também uma condição dele (BIRH, 2009). O desemprego é um efeito do problema da acumulação do capital¹². Para resolver o problema do desemprego, não é

¹¹ Bihr nos mostra que o desemprego tem uma função importante para os capitalistas, ou seja, permite que eles pressionem os trabalhadores assalariados a aceitar suas condições de exploração com medo de ser demitidos e substituídos por outros. O desemprego é uma ferramenta para disciplinar os trabalhadores e também para exercer pressão sobre os sindicatos. (BIRH, 2009).

¹² Essa análise de Bihr é importantíssima por entender isso. Ele afirma que “A acumulação de capital produz assim dois efeitos opostos sobre o volume da força de trabalho empregada: seu aumento absoluto e sua diminuição relativa. Sob estas condições, a qualquer momento, o resultado dos dois depende da intensidade relativa com que cada um destes dois efeitos ocorre. Mas, em geral e a longo prazo, qual dos dois efeitos acaba prevalecendo sobre o outro? Aqui novamente, as coisas não são simples. Por um lado, o primeiro efeito tende a superar o segundo. Em outras palavras, o crescimento absoluto da demanda de mão-de-obra supera seu declínio relativo. E, conseqüentemente, o número de trabalhadores empregados continua a crescer absolutamente, apesar de sua relativa diminuição, enquanto a acumulação de capital continuar. Mas este resultado geral não ocorre de forma contínua nem uniforme. Isso só é conseguido através de importantes variações temporárias (diminuição em alguns anos, estagnação em outros, aumento em outros ainda); e com importantes disparidades de situação entre os diferentes ramos, as diferentes regiões, os diferentes países, o número de trabalhadores empregados diminuindo em alguns casos e aumentando em outros. Encontramos aqui o efeito das diferentes combinações possíveis entre o aumento absoluto da demanda de mão-de-obra produzida pela acumulação de capital, e sua relativa diminuição produzida pelo aumento da produtividade do trabalho. Por outro lado, se o primeiro efeito prevalece globalmente sobre o segundo, o segundo é, no entanto, cada vez mais sentido e se reflete em uma diminuição constante da taxa de aumento da demanda absoluta de trabalho (da força de trabalho) por parte do capital. Em outras palavras, conforme a acumulação de capital se desenvolve, a demanda absoluta de mão de obra aumenta, mas sua taxa de aumento está constantemente diminuindo. Conseqüentemente, a força de trabalho empregada pelo capital continua a crescer, mas sua taxa de crescimento decresce constantemente. Assim, necessariamente chega um momento em que a taxa de aumento da demanda de mão de obra (de novas forças de trabalho) torna-se inferior à taxa de aumento da oferta de mão de obra, pois ela resulta de movimentos demográficos e

necessário rejeitar alguns aspectos do capitalismo como Burnham faz crer, mas, como sugere Mészáros (2011), negar completamente o capital em suas fundações. Burnham não vê o desemprego como um problema de acumulação de capital, mas sim como um fato que marca o fim de qualquer sociedade, como um fenômeno desconectado com as particularidades sociais. Como já vimos, Burnham tenta escapar do problema real do capitalismo ligado à acumulação do capital em seus fundamentos e se deixa cair na elaboração de mitos.

Em todas as críticas de Burnham, os fundamentos do capitalismo não são questionados. O mote são questionamentos feitos aos capitalistas e suas ideologias consideradas agora obsoletas. Nessa direção, fica sugerido que “Burnham também fala de uma revolução, mas mesmo em sua exposição permanece intacto todo o habitáculo do capitalismo e, em especial, sua relação com as massas trabalhadoras. A revolução se opera exclusiva e visivelmente na camada dos dirigentes” (LUKÁCS, 2020, p. 685). Como qualquer bom ideólogo da terceira via, Burnham evita criticar os próprios fundamentos do capitalismo em geral. Então ele procura uma saída através de seus gestores e de sua sociedade gerencial. É por isso que se compreende bem que em cada época de intensa luta de classe podem surgir filosofias reacionárias, já que cada filósofo de cada classe pode cair involuntariamente no irracionalismo, deixando-se conduzir pelas condições sociais de sua classe (LUKÁCS, 2020). Foi talvez nesta armadilha que Burnham foi capturado.

Burnham, por outro lado, sustenta uma sociedade gerencial em sua maneira de lidar com os problemas do capitalismo. Parafraseando Lukács (2020), Burnham coloca os gestores como um denominador comum aos vários desenvolvimentos que ocorreram na economia contemporânea, seja no fascismo europeu, no comunismo russo ou no liberalismo anglo-americano. Colocar o fascismo e o comunismo na mesma cesta não deixa dúvidas quanto à influência que Burnham está experimentando através destas ideias, já que o fascismo é o oposto do comunismo. O fascismo não é senão o exagero da crise da filosofia burguesa e não teve oposição das filósofas burguesas (LUKÁCS, 1961). A posição de Burnham é totalmente

sociológicos (taxa de natalidade, taxa de mortalidade, movimentos migratórios, comportamento de atividade, etc.). E é assim que a acumulação de capital, com seus efeitos contrários, produz necessariamente uma superpopulação relativa entre os "trabalhadores livres", ou seja, entre aqueles cuja única propriedade é sua força de trabalho e que só podem contar com a venda desse poder para poder viver (para obter os recursos monetários indispensáveis à satisfação de suas necessidades vitais no âmbito de uma economia de mercado). Uma parte da população de "trabalhadores livres", que poderiam participar da produção e, portanto, trabalhar, não encontra ou não encontra mais uma maneira de ser empregada pelo capital, de vender sua força de trabalho a ele, simplesmente porque não precisa mais dela (pelo menos imediatamente) para se valorizar. E, como o processo continua se repetindo em uma escala sempre crescente, esta relativa superpopulação não pára de crescer com a acumulação de capital” (BIRH, 2009, p. 4-5, tradução nossa).

influenciada por seu caráter de ideólogo burguês que luta contra o socialismo e isto não é surpreendente já que, desde Nietzsche, as ideologias burguesas imperialistas combatem o socialismo em todas as frentes. Podemos compreender sua posição porque todos os apologistas do capitalismo “dão uma resposta puramente negativa a todas as questões do presente: o comunismo jamais, tudo menos isso; e se não temos nenhum ideal positivo para propor, então que o ideal seja o nada” (LUKÁCS, 2020, p. 693).

Burnham quer então mostrar que é errado que o socialismo seja a única alternativa ao capitalismo. Tudo aponta para o fato de que Burnham ignora que o dilema entre o socialismo ou o capitalismo é um imperativo histórico. O fato de que na realidade social, Lukács (2020) nos diz que o Não e o Sim estão intimamente ligados em uma dialética inextricável e que não há Não que não contenha algo positivo. A rejeição total do socialismo é uma aceitação do capitalismo e vice-versa. Sua posição radical contra o socialismo lhe impõe então a escolha do capitalismo, mas disfarçado na forma de uma sociedade gerencial, como Hitler havia feito com seu nacional-socialismo. Burnham procura então, da mesma forma que Hitler, consolidar o capital monopolista. Desde então,

Como fundamento desse estado de espírito entre os apologistas ideológicos do imperialismo, não figura apenas a impossibilidade de uma solução teórica satisfatória para os problemas do capitalismo monopolista, que deixe intacta sua dominação e que, ao mesmo tempo, venha a aplacar a hostilidade das massas contra esse regime, mas também o estado atual da luta contra o inimigo principal, contra o socialismo. (Pois é óbvio que essa questão central determina também de um modo decisivo a situação existente no campo da filosofia). Ora, toda a ciência capitalista está, hoje, ideologicamente estruturada para afastar de modo convincente do campo do pensamento a alternativa socialista, que se impõe de modo cada vez mais inexorável. (LUKÁCS, 2020, p. 681)

Em conclusão, a apologia indireta do capitalismo é uma rejeição superficial do capitalismo sem tocar seus fundamentos e uma oposição feroz ao socialismo. O que faz da revolução de Burnham uma apologia indireta do capitalismo? A primeira coisa a entender é que Burnham resiste a qualquer ideia de possível socialismo para substituir o capitalismo. O exemplo é claro, ao longo de seu livro Burnham rejeita a alternativa socialista apesar de suas razões para acreditar que o capitalismo não será duradouro. A posição dos marxistas segundo a qual o socialismo substituirá o capitalismo como a única alternativa é, segundo Burnham, completamente falsa. Para Burnham, o socialismo não é, nem nunca será, a única alternativa ao capitalismo porque existem variáveis possibilidades que podem substituir o capitalismo.

O argumento é uma dedução da teoria metafísica do “materialismo dialético”. Sustenta-se que a lógica metafísica de Hegel de tese, antítese e síntese de alguma forma garante que do choque das duas classes antitéticas, burguesia e proletariado, o socialismo irá emitir. A dedução pode ser certa, mas nenhuma dedução de qualquer teoria metafísica pode nos dizer o que vai acontecer no mundo real do espaço e do tempo; isto podemos prever, com alguma medida de probabilidade, apenas a partir da experiência e das inferências que fazemos a partir da experiência. Este argumento, portanto, não precisa nos preocupar mais. A primeira premissa é colocada pelos marxistas (e outros) desta forma: que o socialismo é a “única alternativa” ao capitalismo. Eles então afirmam, com efeito, o seguinte silogismo: como o capitalismo não vai durar (o que nós concedemos) e como o socialismo é a única alternativa ao capitalismo, portanto, o socialismo vai vir. O silogismo é perfeitamente válido, mas sua conclusão não é necessariamente verdadeira, a menos que a segunda premissa seja verdadeira: e este é apenas o problema em disputa. É difícil saber exatamente o que significa a afirmação de que o socialismo é a “única alternativa” ao capitalismo. Se esta é outra dedução da metafísica, não faz sentido prever o futuro. Logicamente, há qualquer número, um número teoricamente infinito, de alternativas ao capitalismo, incluindo todos os tipos de sociedade que já existiram e tudo o que qualquer um pode imaginar. Praticamente, sem dúvida, a maioria delas pode ser desconsiderada, pois são fantásticas em relação à situação real do mundo. Mas pelo menos alguns certamente não podem ser descartados de antemão sem examinar as provas reais. (BURNHAM, 1941, p. 40-41, tradução nossa)

Agora Lukács (1961) nos diz que a tentativa de se estabelecer uma terceira via não foi mais do que uma apologia indireta do capitalismo. De uma certa forma, Burnham procurou reviver o tipo de apologia praticada por Hitler. Nesse sentido, vemos que

A tentativa mais conhecida e eficiente de encontrar uma base teórica nova e mais eficaz por meio de uma mudança de rumo em direção à apologética indireta tão eficazmente utilizada por Hitler e seus ideólogos é o livro *The Managerial Revolution*, de Burnham. Nele, pode-se ver com grande clareza um desejo de assimilar e desenvolver a estrutura decisiva da apologética indireta: Burnham não pretende negar as contradições do capitalismo monopolista, nem simplificá-las como uma “perturbação” de fácil remoção. Pelo contrário, encara essas contradições, da mesma forma como Hitler o fez, como ponto de partida, procurando obter de sua análise uma nova e atraente perspectiva demagógico-social. Como se trata de um renegado trotskista, é muito fácil para ele operar com a equiparação entre o bolchevismo e o fascismo. Como complemento tomado diretamente da tecnocracia (cujo germe se encontra já em Thorstein Veblen), ele acrescenta o expediente que consiste em sustentar que também sob o capitalismo normal se opera um processo análogo, a saber, que os próprios capitalistas, possuidores legais dos meios de produção, se distanciam cada vez mais da produção, participam de forma cada vez menos ativa de sua direção, deixando que os altos funcionários, os managers de Burnham, ocupem esse lugar. (LUKÁCS, 2020, p. 683-684)

O fato é simples, o socialismo e o capitalismo estão em um silogismo dialético. A triste

realidade do povo russo sob Stalin depois de 1917 é prova para Burnham de uma terceira possibilidade porque a revolução não levou ao socialismo na Rússia, “mas a algo muito diferente do socialismo” (BURNHAM, 1941, p. 48, tradução nossa). O autor também conclui que a Rússia não voltou ao capitalismo e que também pegou um outro caminho. Esta outra forma de sociedade que a Rússia encaminhou nada mais é do que uma fase em direção à sociedade gerencial, segundo Burnham. Por esse motivo, o autor sustentou que,

Na verdade, não existe uma identidade formal, mas um vínculo histórico que une o estalinismo (comunismo), o nazismo (fascismo) e o New Dealism. Contra diferentes contextos de desenvolvimento e em diferentes estágios de crescimento, todas elas são ideologias gerenciais. Todas elas têm a mesma direção histórica: longe da sociedade capitalista e em direção à sociedade gerencial. (BURNHAM, 1941, p. 196, tradução nossa)

No capítulo XIV de seu livro, Burnham traça a história de uma Rússia de acordo com sua versão que corria para uma sociedade gerencial, apesar do terror que Stalin fez o país negar. Burnham traça sua visão da história desde a Idade Média até a sociedade capitalista, mostrando que as guerras e ditaduras são etapas essenciais na mudança de uma sociedade para outra. Isto não é surpreendente, já que no Capítulo I de seu livro Burnham elogia a guerra como uma fase importante de qualquer revolução. O que estava acontecendo na Rússia na época com o terror de Stalin nada mais era do que uma fase da sociedade gerencial segundo sua análise, pois no capítulo XI Burnham discorre sobre o totalitarismo como uma fase da revolução gerencial. Versou então que a consolidação da estrutura da sociedade gerencial transformará sua fase ditatorial em uma fase democrática. Sua hipótese era que o estalinismo se tornaria uma sociedade gerencial depois do terror do Stalin. A razão de sua posição é simples, ele não quis aceitar nenhuma possibilidade de que o socialismo pudesse substituir o capitalismo porque o capitalismo foi vencido na Rússia em outra direção, entretanto. Segundo Lukács, para Burnham e seus acólitos

[...] o perigo real reside, para eles, na difusão do comunismo, pois veem neste, e não no Estado socialista, seu adversário real. O que nos interessa aqui são os aspectos ideológicos desse complexo de questões; por isso não é novidade alguma esse antagonismo aqui observado. O inimigo principal da ideologia burguesa imperialista é, desde Nietzsche, o socialismo. É certo que essa luta foi durante muito tempo uma luta predominantemente ideológica [...]. (LUKÁCS, 2020, p. 689)

Como já mencionamos, não há Não na realidade social que não contenha algo positivo. Negar não ao socialismo é dizer sim ao capitalismo.

A segunda coisa a entender sobre Burnham é que sua rejeição do capitalismo em sua revolução gerencial nada mais é do que uma rejeição da classe capitalista. O autor da revolução gerencial nos diz:

Este desenvolvimento é, por sua vez, parte do processo geral de transição social que está ocorrendo, um processo análogo ao que aconteceu na transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Através deste processo, cujo ritmo é acentuadamente acelerado pela guerra e revolução, sustento que *a posição dos capitalistas como classe dominante* e, na sociedade, está sendo minada em breve, entrará em colapso. (BURNHAM, 1941, p. 112, tradução nossa, sublinhado nossa)

Esta revolução consiste em eliminar os capitalistas do domínio social. Os problemas do capitalismo lhe parecem estar ligados às pessoas dos capitalistas. Burnham não pensa em questionar a incontrolabilidade do capital como um problema inerente ao capitalismo, e por isso aceita que o capitalismo está chegando ao fim, mas não pela causa que os marxistas reivindicam. Como ele mesmo diz, o fato de os marxistas acreditarem que o capitalismo não durará é “idêntico à conclusão do Capítulo III, e eu naturalmente não tenho nenhuma objeção com ele, embora não concorde com todas as razões pelas quais os marxistas acreditam no avanço” (BURNHAM, 1941, p. 40, tradução nossa). A incontrolabilidade do capital não parece para Burnham ser a causa da série de crises no capitalismo. Já se sabe que a teoria dos gestores como apologia indireta por sua gênese sustenta de forma abstrata que o capital sob o controle de uma pessoa qualificada pode ser dominado. Isto é confirmado por Burnham quando diz:

Finalmente, como já mencionei, a economia gerencial, em virtude do controle centralizado da economia como um todo, é um plano capaz de para e com a economia como um todo de uma forma que não é possível para a economia capitalista, com seu sistema de controle divisório e descoordenado. Surge uma comissão de planejamento “cinco anos” ou “dois anos” ou “quatro anos” ou “dez anos” para a economia como um todo. Assim como o próprio conceito de tais comissões de planejamento é diametralmente oposto ao capitalismo de ideologias individualistas, também o fato de sua existência ser impossível para o capitalismo em qualquer sentido, exceto num sentido puramente nominal. (BURNHAM, 1941, p. 135, tradução nossa)

Burnham, com sua revolução, queria mostrar em suas análises que existe uma alternativa para o controle do capital. É por isso que em sua sociedade gerencial, o capital continua sendo um elemento essencial, mas não é mais a pessoa do capitalista que o fornecerá, mas sim o Estado, ““Capital” na medida em que seria apropriado usar o termo, será fornecido inteiramente, ou quase inteiramente, através do Estado” (BURNHAM, 1941, p. 123, tradução

nossa). É por isso que Burnham (1941) argumentou que o controle da sociedade reside na propriedade privada e nos instrumentos de produção capitalista, ao assumir o controle deles ele também controla o capital. A terceira via que Burnham aplica à sua revolução consiste no nível social na proposição de uma eliminação da burguesia na economia gerencial ou, nas palavras de Burnham, uma extinção dos capitalistas, ou seja, a revolução gerencial “não trará nenhum benefício aos capitalistas como classe, a menos que a extinção seja uma bênção, já que não haverá classe capitalista na sociedade gerencial” (BURNHAM, 1941, p. 136, tradução nossa), e uma opressão da massa para fazê-los aceitar o sistema econômico estabelecido. Um sistema de exploração que não é diferente do capitalismo, como diz Burnham (1941, p. 123).

As massas serão reprimidas, em parte pela repressão armada, em parte pela consolidação das instituições e ideologias gerenciais, o que terá, como um efeito, a mudança da luta das massas do objetivo revolucionário do período de transição - quando a velha sociedade está indo aos pedaços - para objetivos reformistas dentro da estrutura agora estabelecida de uma nova sociedade que tem um período histórico ainda antes dela. (BURNHAM, 1941, p. 157-158, tradução nossa)

Como diz Lukács, “afirmação e negação se referem a uma e mesma realidade objetiva e expressa – sob formas não raro distintas e, eventualmente, com certas divergências de conteúdo – o mesmo conteúdo de realidade” (LUKÁCS, 2020, p. 691). Burnham quis negar o capitalismo na pessoa do capitalista, mas acabou por defender a permanência do capital com a sua revolução. Burnham sustenta uma nova administração do capital com seus gestores. É também isso que podemos identificar as diretrizes da terceira via nessas considerações. Elas sustentam uma sociedade que elimina os capitalistas e reprime as massas. Negar algumas personificações do capital sem negar o capital é não rejeitar o capitalismo. Como diz Mészáros (2011), para que o socialismo se torne realidade, o capital deve ser totalmente negado em todos os seus fundamentos. Enquanto essas bases existirem, qualquer disfarce que um novo sistema assumir será sempre capitalismo ou será uma apologia indireta do capitalismo, assim como a revolução gerencial de Burnham. Mas é preciso destacar que nessa teoria dos gestores não estão manifestos apenas atributos da terceira via. Pela natureza de sua apologia indireta, a teoria dos gestores é francamente positiva no sentido de prolongar indefinidamente a administração do capital como possibilidade de organização social.

Não por menos, Burnham se opõe abertamente a qualquer ideia de socialismo e sustenta o fim do capitalismo que vai ser substituído pela sociedade gerencial, ou seja, ele acredita que existe uma terceira possibilidade além do capitalismo e além do socialismo, e isto faz dele um

apologista indireto do capitalista porque, segundo Lukács (1961), qualquer tentativa de uma terceira via é um apologista indireto do capitalismo uma vez que não existe esse terceiro termo para o caso. Duménil e Lévy, por outro lado, são bem diferentes. O gerencialismo no contexto de Burnham foi uma resposta à alternativa socialista, era uma “cruzada contra o comunismo anunciada por Burnham tratava de mobilizar não apenas o povo americano, mas os povos de todos os países” (LUKÁCS, 2020, p. 693). Todavia, Duménil e Lévy viam no gerencialismo uma etapa para uma possibilidade de uma sociedade sem classe, ou seja, o socialismo, conforme declararam.

5.2 Persistência da apologia indireta na doutrina gerencialista de Gerard Duménil e Dominique Lévy

Como já vimos antes, a doutrina gerencialista descreve os gestores como uma terceira classe social ao lado de proletários e capitalistas. Eles estão no controle dos meios de produção capitalistas. Eles não apenas controlam o sistema de capital, mas também estão em marcha para o controle do domínio social. Uma classe social que permitirá o fim do domínio social pelos capitalistas. Trata-se de um contexto propício para a terceira via porque essa teoria, em sua determinação, sustenta a existência de outro tipo de sociedade já em vias de instauração para além do socialismo e do capitalismo. Esse “novo modo de produção”, tão capitalista quanto antes, entretanto, mostra-se integralmente como uma forma de terceira via. Assim, a “doutrina gerencialista” se confirma como uma variante da terceira via, uma apologia indireta ao capitalismo.

Burnham, um dos intelectuais que mencionou que a sociedade capitalista estava passando por uma profunda transformação prestes a dar origem a um novo modo de produção foi criticado por Lukács (2020, pp. 683-684) como um apologista indireto do capitalismo. Esta sociedade gerencial, cujas características começam a aparecer de acordo com seus defensores, é simplesmente uma apologia indireta do capitalismo. Considerando Duménil e Lévy como difusores desta teoria, esta parte do trabalho consiste em ver a persistência da apologia indireta ao capitalismo em sua proposta analítica.

Entretanto, há dois aspectos a serem levados em consideração. O primeiro e mais importante é sua adesão a esta teoria, já que sendo uma apologia indireta ao capitalismo, sem dúvida fará com que qualquer indivíduo que sustente tal teoria se torne apologista indireto do capitalismo. O segundo aspecto a considerar é sua posição em relação aos gestores como agentes capazes de administrar indefinidamente o capital, superando todas as suas contradições.

É neste contexto que esta teoria aparece como uma resposta ao problema da incontrollabilidade do capital na qualidade de um dos fatores de sua gênese social. Alimentar esta visão dos gestores no contexto da incontrollabilidade é entrar na mesma linha apologética que Galbraith, Parsons ou Burnham.

Duménil deixa transparecer sua adesão à teoria que vê nos gestores uma nova classe social em movimento para o controle da sociedade a partir de seu livro intitulado *La position de classe des cadres et employés*, de 1975. Ele e seu companheiro Lévy fizeram, ao longo dos anos subsequentes, uma análise mostrando que a chegada dos gestores traz uma mudança na questão da luta de classes nas empresas capitalistas. Teríamos passado, segundo sustentam, de uma luta bipolar para uma luta tripolar. “Com base nisso, obtém-se o padrão de classe tripla, ou seja, capitalistas, gestores (dentro de empresas e instituições governamentais) e classes populares (trabalhadores da produção e todos os funcionários subalternos)” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 57, tradução nossa).

Duménil e Lévy, como todos os outros defensores da teoria, enfatizam a questão da separação do controle da propriedade que foi considerada por esses teóricos como um fato marcante. Particularmente para os autores franceses, essa questão foi decisiva na configuração dessa luta tripolar, na ascensão dos gestores como uma classe distinta do proletário e do capital. A questão do domínio social baseia-se, então, no controle dos meios de produção capitalistas e não na propriedade. É por isso que Duménil e Lévy se concentram nas funções que os gestores desempenham nas empresas capitalistas. Funções que permitem a expansão e acumulação de capital. Eles não veem na chegada dos gestores no controle das empresas capitalistas como uma exigência do sistema cujas determinações são empurradas para a expansão e acumulação de capital. Mas eles veem esse aumento como um fenômeno que traz uma reestruturação da dinâmica de classe nos países capitalistas, de modo que esse fenômeno assumiria então “todo o seu significado se fosse colocado no centro da mutação geral e permanente das relações capitalistas de produção” (DUMÉNIL, 1975, p. 105, tradução nossa).

Com a importância que foi dada ao controle dos meios de produção capitalistas como meio de domínio social, a separação permitiu aos gestores cumprir essas funções de controle em empresas capitalistas. Neste contexto, os capitalistas não conseguiram consolidar seu poder sobre o controle da empresa, eles estão então condenados a desaparecer. Uma coisa que Duménil e Lévy devem saber é que a função que os gestores desempenham é função do capital. Ela pode “ser repartida entre frações do trabalhador coletivo e do capitalista coletivo sem que com isso, forme-se uma nova classe fundamental ao lado” dos capitalistas e proletários (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, p. 7). Mas isso não impede Duménil de anotar que “no exercício

dessas funções um corpo muito grande de quadros e funcionários gradualmente substituiu o próprio capitalista que permanece ou, talvez, desaparece [...]” (DUMÉNIL, 1975, p. 34, tradução nossa).

A separação do controle da propriedade tornou possível engendrar uma forma de sociedade híbrida que Dumenil e Lévy chamam de *capitalismo gerencial dividido em ordem social*¹³. Uma forma de sociedade que reside entre o capitalismo e o gerencialismo, eles

¹³ É possível observar em Duménil e Lévy que o surgimento do capitalismo gerencial, ao qual eles se referem como um tipo híbrido de sociedade na qual se encontram sociedades contemporâneas. Segundo eles, as crises de rentabilidade da década de 1890 permitiram a transição para o capitalismo gerencial com a aliança de gestores e grandes capitalistas. As características gerenciais foram reforçadas com a separação da gestão da propriedade, o que permitiu aos gestores afirmarem suas posições à frente das empresas capitalistas. O capitalismo gerencial é então visto como uma forma de transição para o gerencialismo, ele já está em sua 4ª fase ou ordem social. Como dizem, “as sociedades contemporâneas são formações sociais híbridas, combinações de capitalismo e gerencialismo, e, como tal, são denominadas “capitalismo gerencial”” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 57, tradução nossa). Como já mencionamos, o capitalismo gerencial está até agora dividido em 4 ordens sociais de segundo Duménil e Lévy. A primeira ordem social e a terceira ordem social são chamados de período de hegemonia financeira por causa da aliança entre os gestores e a classe capitalista. Entretanto, há uma grande diferença entre as duas hegemonias financeiras, segundo Duménil e Lévy. Na primeira hegemonia, a aliança de classes estava sob a liderança dos capitalistas. Como escreveram, “a relação entre os grandes capitalistas, por um lado, e os chefes de pequenas empresas e a classe de gestores, por outro, foi a expressão de uma forma de aliança social desigual sob a liderança dos grandes capitalistas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, 97, tradução nossa). Durante a segunda hegemonia, os gestores haviam tomado sua autonomia em relação aos capitalistas. Eles são então os garantes desta aliança. Para Duménil e Lévy, há três aspectos importantes na reversão dos gestores para se aliarem aos capitalistas, entre os quais dois aspectos são vantajosos para eles: “[...] o aumento da distribuição de dividendos; e [...] o aumento da remuneração dos altos gestores em salários e suplementos” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 105, tradução nossa). A segunda ordem social é marcada pela aliança entre os gestores e a classe trabalhadora após a Segunda Guerra Mundial. Uma aliança que Duménil e Lévy chamam de um compromisso social-democrata, o que não significa necessariamente que os social-democratas estavam no poder nos Estados Unidos, mas este nome atesta a aliança entre os gestores e a massa popular. Assim, “a nova ordem social foi a expressão de um compromisso político entre as classes populares e as classes em ascensão de gestores públicos e privados no contexto criado pela depressão e pela guerra, e foi mantida durante as três primeiras décadas do pós-guerra” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 99-100, tradução nossa). Já a quarta ordem social começou depois a crise de 2007-2008, segundo Duménil e Lévy, o fim das ordens sociais é marcado por crises estruturais como as de 2007 e 2008. “A crise do neoliberalismo de 2007-8 foi uma crise estrutural, como tal sugerindo a entrada em uma nova ordem social, como foi o caso depois de cada uma das três crises anteriores. A crise foi inquestionavelmente “a crise do neoliberalismo”, profundamente enraizada nos mecanismos internos da nova ordem social” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 109, tradução nossa). Com a crise de 2007, as medidas tomadas para lidar com ela podem então levar à última ou penúltima ordem social. Se olharmos de perto, poderá ser o último antes de iniciarmos o gerencialismo, será o neogerencialismo que é o quarto ordem social. É por isso que eles afirmam no capítulo 10 do segundo livro: “Se as orientações políticas contemporâneas serão efêmeras ou serão consolidadas durante as próximas décadas permanece uma questão pendente”. Uma primeira opção poderia ser descrita como neoliberalismo “administrado”, ou seja, neoliberalismo combinado com políticas mais fortes. Se as novas tendências forem prolongadas ou mesmo melhoradas, a referência ao neoliberalismo administrado se tornará menos apropriada, e o uso de uma noção como “neomanagerialismo” ganhará relevância como uma nova ordem social” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p.

argumentam que “a transição entre capitalismo e gerencialismo ainda está em caminho; bem avançado, não concluída. A formação social híbrida resultante é conhecida como capitalismo gerencial” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 2, tradução nossa). Para Duménil e Lévy, a marcha dos gestores em direção ao domínio social já começou como já mencionamos e já passaram quartos períodos que poderiam ser chamados de período de transição segundo Duménil e Lévy. Este período de transição para o gerencialismo está dividida em várias ordens ou alianças sociais entre as três principais classes da sociedade. Estas alianças estão entre a classe capitalista, uma nova classe dos gestores e a classe popular. Para Duménil, não podemos negar essas transformações que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas somente se afirmar

[...] Que nada mudou qualitativamente, que o trabalho sempre foi trabalho e que a empresa continua sendo a empresa mesmo que sua escala tenha aumentado consideravelmente; ou que, desesperadamente agarrada a uma aparência de análise marxista, a questão é definitivamente resolvida tornando cada empregado um proletário. (DUMÉNIL, 1975, p. 87, tradução nossa)

Ele aceita que as relações capitalistas de produção foram reestruturadas por causa dos gestores e que “o desenvolvimento de um grande grupo de gestores e funcionários expressa apenas as muitas facetas de uma evolução cuja unidade é indiscutível” (DUMÉNIL, 1975, p. 87, tradução nossa). As relações capitalistas de produção, como as conhecemos, não existem mais segundo eles. As ideologias dominantes sobre a questão da luta de classes tornaram-se obsoletas do seu ponto de vista, uma vez que não há mais uma questão de luta bipolar, mas de luta tripolar, uma vez que “o trabalhador, por sua vez, não se engana, ele reconhece em 'o pequeno chefe' a encarnação do capital em função” (DUMÉNIL, 1975, p. 100, tradução nossa). Embora desfrutem de grandes privilégios nas empresas capitalistas, Duménil (1975) concorda que isso não os torna capitalistas, mas os diferencia do proletariado. Eles aparecem como uma fração de uma nova burguesia (DUMÉNIL, 1975).

É por isso que a sociedade contemporânea que nos apresentam com as ordens sociais não poderia compreender apenas duas classes sociais, mas três, a terceira das quais seria a dos gestores, que aparecem como uma nova pequena burguesia que, como escreveu, é “muito diferente das antigas frações; esta é, sem dúvida, em dia de hoje, a forma mais precisa de dar uma expressão especificamente capitalista à sua posição social” (DUMÉNIL, 1975, p. 113,

110, tradução nossa). Estas quartas ordens sociais representam três etapas importantes na marcha rumo ao gerencialismo que já havia começado com a primeira hegemonia financeira.

tradução nossa). Do ponto de vista desta mutação das relações de produção, se existe uma terceira classe, então existe uma terceira possibilidade para o controle do domínio social. Nesta luta social, se os proletários a vencem, teria início o socialismo. No caso em que são os gestores que controlam o domínio social, que tipo de sociedade seria então? Segundo eles, seria o gerencialismo e, “os gestores serão a classe alta do gerencialismo como um novo modo de produção” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 3, tradução nossa).

Por qual motivo uma mudança na forma política, com uma nova configuração da classe diretora, implicaria necessariamente em um novo modo de produção, é uma questão que permanece aberta. Mas é, ao mesmo tempo, sintomática da posição dos autores. Parece posição indicativa de que Duménil e Lévy inclinam-se para certa adesão à ideologia da terceira via e, por consequência, herdam as problemáticas decorrentes já longamente consideradas anteriormente.

Como sugeriram na direção de sua adesão, “A ascensão do novo grupo social que estamos estudando é lenta, mas permanente; coletivamente gestores e funcionários assumem que o “comportamento do proprietário” que ocupa um lugar tão importante no manuscrito “Formen” do “Grundrisse” (DUMÉNIL, 1975, p. 111, tradução nossa). É o termo “Ascensão” que levamos em conta nesta declaração de Duménil. Declarar a ascensão dos gestores como defendem Duménil e Lévy é sustentar sua marcha rumo à hegemonia mundial. Os gestores foram os auxiliares dos capitalistas que, à medida que as relações de produção mudavam e evoluíam, tornaram-se substitutos do capitalista, substituindo-o em todas as funções importantes, no decorrer da transformação das relações de produção. E isso se dá de tal maneira que “o corpo de gestores e funcionários é transformado do “servidor” que era principalmente - de forma coletiva - em um determinado estágio histórico, no “substituto” que se torna predominantemente quando o capitalista ativo desaparece completamente.” (DUMÉNIL, 1975, p. 107, tradução nossa).

No capítulo 2 de *Managerial Capitalism*, eles se baseiam em um estudo de uma equipe de econofísicos para confirmar que os gestores não vivem no mesmo mundo que as massas populares, havendo um grande abismo relacionado aos privilégios sociais desfrutados pelos gestores. Segundo eles, o estudo comprova que existe outra categoria social.

O objeto de investigação é menos a avaliação agora familiar dos graus e tendências de desigualdade de renda do que a revelação do padrão de classe predominante nos Estados Unidos: Uma categoria social superior é apontada. As implicações das desigualdades de renda em relação às estruturas sociais são tão flagrantes que, independentemente dos fundamentos teóricos, a referência

aos padrões de classe veio espontaneamente à tona na apresentação dos resultados pelos autores. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 9, tradução nossa)

A observação que segue esta pesquisa, segundo eles, apoia as análises que fizeram anteriormente, permitindo então destacar uma nova estrutura social tripolar nas sociedades contemporâneas que podem ser identificados em três categorias de classe, incluindo a classe de beneficiários de alta renda de capital “que contém a classe de capitalistas e a dos gestores, e a classe de baixa renda da qual as massas populares fazem parte” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018)¹⁴. Segundo Duménil e Lévy (2018), a questão de uma luta tripolar torna-se muito mais gritante nas empresas capitalistas. Todavia, não há uma questão real de luta tripolar nos países capitalistas. Como sugeriu Mandel (1980), “Qualquer definição errônea da natureza de classe das principais forças envolvidas implica o risco de adotar posições políticas anti-trabalhadoras, antissocialistas e pró-capitalistas nas lutas da 'classe em curso” (MANDEL, 1980, recurso online, tradução nossa). Assim como Burnham, eles aceitam ver os gestores como uma classe social, em um silogismo perfeito, eles aceitam que há uma possibilidade ao lado do capitalismo e do socialismo que é o gerencialismo como um modo de produção alternativo. Isso sugere a tomada de uma posição pró-capitalista ou, nos termos de Lukács (2020), trata-se de fazer a apologia ao capitalismo de forma indireta. Esta é uma posição que Duménil não parece negar em seu primeiro livro quando afirmou que “o modo de produção capitalista poderia ser sucedido por um novo modo antagônico, ou seja, uma realidade social diferente da sociedade sem classe” (DUMÉNIL, 1975, p. 113, tradução nossa). Em *Managerial Capitalism* ocorre então uma revisão para deixar claro que o capitalismo “não é o último modo de produção na cadeia de modos baseado em antagonismos de classe” e que o gerencialismo é o modo de produção, cuja classe dominante é a classe dos gestores, que sucederá o capitalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2018). Se realmente, como Duménil e Lévy afirmam, o fim do capitalismo não seria alcançado por uma revolução proletária, mas sim por uma revolução gerencial, pode-se adotar a sugestão cáustica de Mandel quando ele diz que essa possibilidade de uma terceira forma de produção tornaria as principais obras de Marx totalmente obsoletas:

Pois se a sociedade burguesa não liderou, não lidera e não levará - pelo menos no futuro previsível - a uma revolução proletária, mas ao surgimento de uma “nova classe dominante burocrática”; se há hoje no mundo não uma dúzia de estados trabalhadores, mesmo que eles sejam fortemente burocratizados, mas doze países onde a regra de uma nova classe dominante despótica sucedeu a do Capital, então não havia apenas algo fundamentalmente errado nas perspectivas

¹⁴ Ver Capítulo 2 do livro *Managerial Capitalism* intitulado « *Patterns of income distribution* » para mais detalhes sobre os dados desta pesquisa.

e projeções históricas de Marx e Engels, mas também em sua análise social, econômico e político da própria sociedade burguesa, de suas contradições internas de suas leis de desenvolvimento, e especialmente em sua análise da própria natureza do proletariado. (MANDEL, 1980, recurso online, tradução nossa)

Entretanto, isto não impediu que Duménil e Lévy, que são autoproclamados marxistas, se referissem ao gerencialismo como um modo de produção que poderia substituir o capitalismo. O gerencialismo é um novo modo de produção que sucederá o capitalismo, segundo Duménil e Lévy (2018), cuja classe superior é a classe dos gestores. Para uma definição mais clara em suas próprias palavras, [...] ““gerencialismo” refere-se “a sociedades que adquiriram níveis avançados de socialidade em relação à produção e, mais geralmente, às relações sociais sob a égide de gestores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 200, tradução nossa). No mesmo livro, eles afirmam que os gestores desempenham o papel central.

Os gestores desempenham um papel central no gerencialismo nos dois aspectos acima, dominações de classe e socialidade: simultaneamente como classe social e por serem os principais agentes da socialização. Os gestores serão a classe alta do gerencialismo como um novo modo de produção; novos graus serão alcançados no processo histórico de socialização graças à capacidade organizacional dos gestores, ultrapassando assim o potencial inerente às relações capitalistas de produção. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 3, tradução nossa)

O primeiro livro foi o início de suas ideias sobre a teoria dos gestores, uma vez que traça sua chegada como uma classe ao lado dos capitalistas. As funções e privilégios que eles desfrutam permitiram que eles se distinguissem dos proletários. Essas funções que cumprem parecem importantes para Duménil para explicar seu surgimento em uma nova forma de produção. Sem dúvida, é por isso que insistem nesta famosa frase de Marx: *Com base na produção capitalista, o capitalista dirige os processos de produção*. Parecem fazer, a partir daí, uma exigência lógica: não sendo o capitalista o dirigente, logo não seria mais uma produção capitalista. Esta formulação é implícita na teoria dos gestores através de autores como Burnham, Duménil e Lévy. Uma formulação que permite mostrar que existe de fato uma semelhança entre tais autores. Assim, é mais fácil entender porque a separação da gestão da propriedade privada desempenhou um papel importante como um fator chave no surgimento da teoria dos gestores para todos seus defensores. Os capitalistas e gestores estavam dirigindo juntos os processos de produção capitalista, todavia os gestores antes da separação da gestão da propriedade não desempenhavam as funções de circulações e de valorização de capital. Assim, o próprio Duménil afirmou que nesse período “a grande parte da atividade dos gestores foi dedicada a

disciplinar os trabalhadores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 45, tradução nossa). O que é importante mencionar é que, se se entende corretamente o pensamento de Duménil, os gestores eram somente agentes sem importância que não tinham muita autonomia dentro da empresa, mas a separação da gestão da propriedade lhes permitiu ocupar posições importantes relacionadas dentro dos processos de produção capitalista. Depois da separação, as funções dos gestores não foi somente lidar com os trabalhadores, mas também começam ocupar um papel importante do lado do capital. Assim que os capitalistas começaram a afastar-se dos processos de produção, este afastamento deu origem a muitas suposições sobre o chamado início de uma conquista de poder por parte dos gestores. Como todos os defensores da teoria, para Duménil e Lévy esta separação transformou o ambiente da empresa capitalista e mudou a estrutura de classes da sociedade.

Quer os gestores participem ou não da propriedade do capital (estejam ou não na origem do adiantamento), a separação é doravante consagrada, generalizada: Transformação do capitalista realmente ativo em simples gestor e administrador do capital dos outros, e dos proprietários do capital em simples proprietários, em simples capitalistas financeiros. (DUMÉNIL, 1975, p. 32, tradução nossa)

A separação da gestão da propriedade, segundo Duménil, reestruturou até mesmo o avanço do capital no processo de produção. Isso quer dizer que não somente o capitalista pôde avançar o capital para produção capitalista como também se tornou “o negócio de uma parte relativamente maior da população” fora dessa classe (DUMÉNIL, 1975, p. 33, tradução nossa). O capitalista começa a desaparecer em meio à produção capitalista, à medida que as funções que desempenhava não são mais consideradas como função que somente a classe então dominante poderia desempenhar. Progressivamente, os gestores começaram a substituí-lo. As funções de circulação e valorização do capital são cumpridas pelos gestores e funcionários e são funções tomadas como a razão do poder dos capitalistas. Como o capitalista não está mais nos processos de produção e sua propriedade privada pertence ao *sistema bancário*¹⁵ que contém os acionistas e os financiadores, o capitalista desaparece totalmente da produção. O desaparecimento do capitalista no processo de produção capitalista dá lugar a um maravilhoso sistema *do capitalismo sem um capitalista*.

¹⁵ Zeitlin (1974) já nos mostrou como certos filósofos que viam o gestor como uma nova classe são enganados pela ilusão de que o sistema bancário é controlado pelos gestores. Em seu trabalho, como vimos acima, Zeitlin mostrou que por trás desses gestores estão as grandes famílias capitalistas que puxam os fios e ditam as regras. Ver também ZEITLIN, Maurice. Propriedade e Controle Corporativo: A Grande Corporação e a Classe Capitalista. Universidade de Wisconsin, 1974.

Aquela formulação de Marx que ligou o capitalista como dirigente da produção capitalista foi interpretada por Duménil tirando-a de seu contexto histórico. Na sua interpretação, a produção capitalista não pode continuar com o desaparecimento do capitalista nos processos de produção capitalista, uma vez que o processo de produção capitalista deve ser retomado pelos próprios capitalistas. Se outras posições assumem o comando da produção, não será mais uma produção capitalista, mas outro tipo de produção. Assim, entendemos por que a chegada dos gestores faz aparecer a possibilidade de outro modo de produção entre os defensores da teoria. É importante entender que não é o capitalista que é a base do sistema capitalista, mas o capital, o capitalista tornou-se simplesmente uma personificação do capital assim como os gestores. Desde que o capital seja permanente, o sistema é permanente. A alteração da forma não implica diretamente a mudança do conteúdo. Sob a capa de comando dos gestores tem continuidade a produção de mercadorias em que o regulador principal continua sendo o capital. Como disse Mészáros (2011, p. 133) “é por isso que os socialistas, para ter alguma esperança de sucesso, devem negar o próprio capital”.

Daí deve-se dizer que Duménil e Lévy, talvez sem saber, realizar uma forma de apologia ao capitalismo, mas de forma indireta. Qualquer que seja sua forma ou nome, qualquer sociedade ou qualquer outra forma de produção cujos fundamentos permanecem no capital, continua sendo uma sociedade capitalista.

A interpretação para o contexto histórico desta formulação talvez não seja apenas o caso de Duménil e Lévy, mas também aqueles filósofos que acreditam que o controle dos gestores sobre os instrumentos de produção é a fase de um novo modo de produção. Tal representação calcada em modificações superficiais poderia sugerir que se os capitalistas não dirigissem mais os processos de produção, não seria a produção capitalista propriamente dita. Duménil e Lévy sugerem que, ao cumprir *as funções de valorização e circulação de capital*¹⁶, os gestores começam a entrar no esquema geral de outro modo de produção. O fato de cumprir essas funções nas empresas traz uma mudança em sua própria produção capitalista segundo Duménil (1975). Ao comentar sobre Marx, escreveu que:

O autor do Capital atribuiu uma importância considerável, mas não sem ambiguidade a esta extensão do capital social, ele o viu como uma forma de transição para um novo modo de produção: é a negação do modo de produção capitalista dentro deste mesmo sistema, e, conseqüentemente, uma contradição que se suprime e que representa, à primeira vista, um simples momento de

¹⁶ Duménil e Lévy (2018) definem valorização como a extração e realização de capital enquanto a circulação se refere às várias formas de mudança de capital, tais como “*capital monetário*”, “*capital de mercadorias*” e “*capital produtivo*”.

transição para um novo tipo de produção. (DUMÉNIL, 1975, p. 33, tradução nossa)

A ideia de que os processos sociais são guiados pelo desenvolvimento de sua contradição interna é um dos pontos destacados, mas uma vez exagerado faz aparecer aos olhos de Duménil e Lévy novas relações de produção ou uma mutação das relações de produção capitalista em sua essência. Uma coisa que precisa ser clara é que as contradições internas que negam a direta lógica do capital não são em si mesmas um novo modo de produção. Podem sugerir uma linha de alteração, mas não são a própria alteração. Ao considerá-las como um novo modo de produção, Duménil então sustenta a teoria dos gestores que retira dessas contradições internas uma presumida nova forma de produção com gestores no controle – ainda que, como já destacamos, a produção permaneça sendo a produção de mercadorias capitalisticamente orientada. Duménil e Lévy aceitam, portanto, o duplo caráter dos gestores em acordo com a teoria que sustentam:

Dentro de uma marca bastante distinta de literatura, a ênfase foi realmente colocada na transformação das relações de produção (mesmo que a frase não tenha sido usada), criando assim uma ligação estreita com nossa própria análise. [...], os gestores não são mais vistos como agentes das classes capitalistas, mas como um grupo autônomo na busca de seus próprios objetivos. O dilema foi, portanto, bem definido, ou seja, se os gestores devem ser entendidos como novos atores em um estágio mais avançado do capitalismo ou como promotores de uma nova sociedade além do capitalismo... Recordamos que nossa própria resposta é “Ambos”. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 66, tradução nossa)

Como novos atores e promotores de uma nova sociedade não mais capitalista, o gerencialismo é então esta terceira possibilidade, isto é, “um novo modo de produção cuja classe alta é a classe de gestores” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 2, tradução nossa), um modo de produção que a teoria dos gestores sustenta com os gestores como a classe dominante. Esse novo modo de produção é resultado dos conflitos entre as forças produtivas da sociedade e as relações de produção existentes, segundo os autores. Para apoiar sua análise, Duménil e Lévy nos atestam que as condições são criadas para a revolução das relações de produção: “Por um lado, são criadas condições; por outro lado, a transformação é uma tarefa que a humanidade se coloca para si mesma” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 22, tradução nossa). Essa transformação da sociedade não ocorrerá para o socialismo, uma vez que a massa popular deve ter, em primeiro lugar, um alto grau de consciência de classe que, por enquanto, segundo Duménil e Lévy (2018), ainda não é o caso. O caso da URSS é a prova dessa transformação onde as massas não tomaram o poder, mas sim outra classe: os burocratas.

Segundo Duménil e Lévy (2018), as massas não têm a capacidade e os meios para assumir o controle do domínio social, mesmo nos países autoproclamados socialistas, como massas nunca estão no poder. “Como as classes populares não estavam no comando: Uma classe hegemônica de funcionários exercia o poder em aliança com gestores de empresas; essas sociedades eram “gerências burocráticas”, com altos graus de centralização” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 183, tradução nossa). Como diria Mandel (1980), o fato de considerarem a burocracia do período soviético como uma nova classe não é compatível com a análise da economia real da URSS naquela época e de sua sociedade. Se um novo modo de produção tivesse realmente existido ou estivesse prestes a aparecer, seria o primeiro na história das sociedades de classe, por várias razões. Uma das razões é que esta seria a primeira vez na história que uma classe dominante não existia como uma classe antes de assumir o poder (MANDEL, 1980), uma classe que apareceu como uma classe apenas quando chegou ao topo. Como eles podem tomar o poder sem ter uma existência anterior? A resposta é simples, burocratas nunca foram uma classe social. Por outro lado, alguns filósofos burgueses argumentam que esta classe é o resultado da revolução que ocorreu na URSS. Como Mandel (1980) explicou, as revoluções sociais podem transformar estas relações de produção, mas não podem trazer novas relações, nem novas classes. Talvez ignorem que “classes sociais são grupos de seres humanos que estabelecem relações específicas entre eles enraizadas no processo social de produção ('relações de produção')” (MANDEL, 1980, recurso online, tradução nossa). No entanto, Duménil e Lévy sustentam posição divergente quando declaram:

Não há dúvida de que a abordagem acima rígida da luta de classes no capitalismo como confronto de classe deliberada e radical entre a burguesia e o proletariado é um pilar da teoria da história de Marx. Essa abordagem deve, no entanto, ser considerada com cautela, uma vez que uma avaliação muito rigorosa pode levar a perspectivas extremamente estreitas depreciando as múltiplas lutas entre classes populares e segmentos distintos das classes altas. Não só a análise de conflitos específicos do passado está em jogo, mas também a capacidade de interpretar dinâmicas históricas gerais no passado e dentro do capitalismo contemporâneo. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 30, tradução nossa)

Eles consideram que a revolução na URSS de fato gerou uma nova classe burocrática. A URSS não era definitivamente um sistema socialista, afirmaram Duménil e Lévy (2018). “Não havia nada mais do que um “capitalismo de Estado” na URSS, ou seja, uma suposta sociedade capitalista sem uma classe dominante de carne e osso” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 186, tradução nossa). “Mas o epílogo é ainda mais decepcionante, pois todas essas experiências realizadas em nome do socialismo científico fracassaram, e os países do socialismo

autoproclamado se juntam às fileiras do capitalismo gerencial” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 183, tradução nossa). O capitalismo gerencial que Duménil e Lévy mencionam, é uma variante desta forma de sociedade híbrida que mencionamos acima na qual existe uma luta tripolar latente governada por alianças de classe. Essa ideia de que a burocracia soviética é uma classe traz novamente a questão da luta tripolar, mas no contexto soviético que Mandel (1980) viu como um crescimento cancerígeno no corpo do proletariado, um produto da sobrevivência do capitalismo. Nos países capitalistas, os gestores são apenas personificações de capital que seguem as exigências do sistema. Eles não são nada além das engrenagens de um sistema cujas determinações empurram para a expansão e acumulação. Duménil e Lévy jamais poderiam “admitir que – apesar de todas as mistificações teóricas e práticas – o sujeito real do sociometabolismo reprodutivo sob a regra do capital continue sendo o trabalho e não as personificações do capital sob qualquer forma ou molde” (MÉSZÁROS, 2011, p. 159).

Essa nova sociedade que a teoria dos gestores sugere existir ou estar em vias de constituição é uma resposta dos intelectuais burgueses aos problemas da incontabilidade do sistema de capital que existe um possível controle *infinito* do sistema de capital com os gestores no comando dos direcionamentos econômicos a depender das alianças políticas. As críticas de Duménil e Lévy ao modo de produção capitalista se limita em grande medida precisamente a essa composição política de direção da vida econômica. Uma dada aliança pode ser mais ou menos benéfica para a classe popular. A sugestão de um novo modo de produção a partir dessas mudanças na composição política é evidência de que estamos diante de uma apologia indireta do capitalismo.

É importante considerar como as determinações dessa teoria se manifestaram em Duménil et Lévy uma vez que, como já dizemos, a teoria dos gestores aparece como variante mais propositiva da terceira via. Nos capítulos anteriores vimos que a terceira via, como todas as outras formações de ideias e pensamentos, é importante para o homem na produção de sua vida material e social.

Como já chamamos a atenção, há aquelas formações de pensamento que se tornam ideologias por causa de seu envolvimento em lutas sociais, provocando alterações sobre a realidade. A terceira via é um exemplo que destacamos ao longo do presente trabalho. Essa ideologia apareceu, como vimos, como resposta aos problemas postos pelo modo de produção capitalista, entre os quais destacamos a incontabilidade do capital. Era importante tentar evitar que a intelligentsia se levantasse contra a sociedade capitalista e aceitasse a alternativa socialista, que colocasse em primeiro plano a necessária alteração das relações sociais de produção. No nível social, ela se manifesta através de uma terceira possibilidade além do

capitalismo e do socialismo. A teoria dos gestores como uma ideologia aparece como um subproduto, uma variante de tonalidade mais propositiva, mais ativa, pois defende esta terceira possibilidade através dos gestores capazes de administrar e corrigir para todo sempre os problemas da vida econômica da sociedade.

Aderindo à teoria, Duménil e Lévy aceitam os gestores como uma classe percorrendo o caminho da dominação social. Nesta cruzada para assumir o controle da empresa, é seu controle sobre as funções de valorização e circulação do capital que está na raiz dessa cruzada segundo Duménil e Lévy (2018). É por isto que é importante de demonstrar como Duménil e Lévy veem no gestor um agente capaz de administrar infinitamente o sistema de capital, mas sem deixar inteiramente de lado um possível alternativo socialismo. Todavia, os autores sustentaram que essa possibilidade não se efetivaria “por razões econômicas e políticas, não haverá um salto direto do gerencialismo, como um novo modo de produção, para uma sociedade sem classes” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 5). O que parecem também sustentar com o raciocínio de fundo é a proclamação de que a sociedade permanecerá estagnada no gerencialismo, nunca transitando de fato para uma sociedade sem classes. A razão é simples, sendo promulgadores desta teoria, Duménil e Lévy veem nos gestores a capacidade de administrar indefinidamente o sistema de capital e de superar suas contradições.

Desde a introdução do livro Duménil e Lévy nos alertaram da sua posição quando afirmaram que os gestores serão “a classe alta da gestão como um novo modo de produção; novos graus serão alcançados no processo histórico de socialização graças à capacidade organizacional dos gestores, superando assim o potencial inerente às relações capitalistas de produção” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 3, tradução nossa, grifo do autor). Ao tornar a capacidade organizacional dos administradores uma virtude sem qualquer contradição, Duménil e Lévy se unem às fileiras dos intelectuais burgueses em sua veneração aos gestores para um possível controle sobre o sistema de capital, uma capacidade que permitira os gestores administrarem o capital indefinidamente. Como disse Lukács (2020, p 680), para algo que no presente ponto encontra ecos, “apologistas e vulgarizadores do passado sufocaram a verdade da economia, distorceram os nexos da realidade, escamotearam os problemas autênticos por meio de falsos problemas”. Em vez de enfrentar os problemas reais em duas determinações essenciais, os intelectuais burgueses permitem que outra representação distorcida da realidade do sistema de capital surja, uma realidade na qual supostamente aqueles gestores são capazes de administrar e controlar voluntaristicamente um sistema como o do capital. Essa teoria que coloca os gestores como agentes capazes de administrar o capital indefinidamente é fraca e engenhosa. Porém, é “bem mais fraca” do que as respostas anteriores sobre o problema do

sistema do capital ao procurar “justificar a permanência de um sistema profundamente perverso, expondo-se também ao risco de ser atacada no caso de falha na eficácia e de tropeço na promessa de “realmente funcionar”” (MÉSZÁROS, 2011, p. 158).

Para apoiar sua posição, Duménil e Lévy fazem com que os gestores apareçam como agentes de socialização por excelência, ou seja, eles possuem um alto grau de socialidade, são capazes de coordenar o trabalho de forma eficaz e eficiente. É esta capacidade de dirigir melhor o processo de trabalho que faz dos gestores os agentes de socialização por excelência segundo Duménil e Lévy (2018). Para Duménil e Lévy (2018), o progresso histórico da socialidade como processo de socialização teve um avanço considerável na produção capitalista e os capitalistas foram os pioneiros deste processo de socialização. “Os comerciantes capitalistas estavam na origem de amplas redes articuladas de produção e comércio na agricultura, e de várias formas de sistemas de “putting-out” na fabricação; depois veio o sistema de fábrica e a grande indústria (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 44, tradução nossa).

Entretanto, ao lado dos capitalistas, os gestores, se tornaram cada vez mais numerosos, têm sido os principais agentes do progresso organizacional (DUMÉNIL; LÉVY, 2018). A capacidade dos gestores de organizar processos de projeto não é nova,

A construção de pirâmides no Egito foi realizada sob o controle de “gestores”! Não apenas a disciplina teve que ser imposta aos trabalhadores; o projeto também teve que ser concebido e seu progresso colocado sob rigorosa supervisão. Sem sequer mencionar a condução de guerras, há milênios, os navios tinham que ser comandados. Em todos os lugares, as estruturas sociais de gestão foram a progênie natural do complexo de relações sociais sobre o qual se estabeleceram as dominações de classe dentro do campo e das cidades. A delegação das tarefas de supervisão e fiscalização é, portanto, muito mais antiga do que o capitalismo maduro. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 44, tradução nossa)

Duménil e Lévy (2018) veem os gestores como os melhores agentes organizacionais. Eles estiveram em todos os projetos de construção, projetos de guerra, etc., se entendermos corretamente, eles veem os gestores como o motivo da evolução social em termos de organização e gestão. Em todos estes exemplos mencionados por Duménil e Lévy a respeito da capacidade organizacional dos gestores, mas há uma observação a ser feita é que os gestores são exigências de um sistema totalitário que não se submete a nenhuma determinação humana, que ultrapassa todos os limites impostos a ele. Suas determinações, como a expansão e a acumulação de capital, são os únicos limites que ela impõe a si mesma. Mesmo que sua capacidade organizacional exceda em muito a dos capitalistas, como Duménil e Lévy implicam, eles estarão sempre sujeitos às leis do capital, uma vez que todos eles são personificações do

capital que dirige o sistema em seu nome. Não é que Schumpeter não tenha entendido as mudanças ocorridas nas empresas capitalistas com gestores assumindo o controle que ele postulava que o socialismo é inevitável como Parsons afirmava (MÉSZÁROS, 2011), mas Schumpeter não podia negar o inevitável, todas as respostas dadas apenas evitavam os problemas reais do sistema que são inalteráveis e é por isso que o autor foi levado “mais tarde [a] assumir a obsolescência desses mesmos empresários mediante o domínio do grande capital” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, pp. 1-2).

Duménil e Lévy mencionam então que, no estágio híbrido do capitalismo gerencial, a socialização atingiu novos níveis com os gestores nos controles das empresas capitalistas. Ao substituir os capitalistas, os gestores alcançaram então um alto grau de socialização e organização, pois os gestores foram substituídos pelos capitalistas que eram “os agentes-chave da socialização da produção” nas empresas. É neste contexto que Duménil e Lévy (2018) consideram os gestores como agentes de socialização por excelência no lugar dos capitalistas, dissociando os gestores de sua verdadeira determinação de exigência do sistema de capital. Associando-os a tais características de agentes de socialização e organização, os gestores são apreendidos como capazes de dominar integralmente o capital, ou seja, a eles fica concedido “o papel principal na operação e no desenvolvimento do sistema econômico” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, p. 1) e, o capital não é mais considerado como categoria econômica e nem os gestores como personificações do capital.

Os gestores não são tomados pelo que são, como uma exigência do desdobramento do modo de produção capitalista e como uma personificação do capital para cumprir as determinações do sistema. Nesse aspecto, é importante “distinguir as singularidades humanas das categorias econômicas no interior das quais os indivíduos atuam como agentes econômicos” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, p. 4). Paço Cunha e Jorge (2018) nos mostram que, além de Duménil e Lévy, Schumpeter esteve entre os primeiros intelectuais que identificaram nos gestores-empresendedores “tipos superiores de empresários quase iluminados o mecanismo da inovação e, portanto, do desenvolvimento econômico” (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018, pp. 1-2). Um fetichismo que consistia em separar as personificações do capital de sua verdadeira determinação diante do sistema, distorcendo assim a verdadeira realidade por trás das transformações ocorridas nas sociedades por ações.

Neste ponto em que os gestores não são mais vistos como deveriam ser, surge então o mito schumpeteriano que coloca os gestores como agentes capazes de determinar os rumos da economia global sem negar que suas decisões podem “afetar a vida de milhões” de pessoas (PAÇO CUNHA; JORGE, 2018). O mito schumpeteriano é então manifestado em Duménil e

Lévy através das ordens sociais que eles caracterizam como alianças de classe onde os gestores são vistos como um vetor capaz de dirigir a ordem da economia mundial. Isto é visto a partir da segunda ordem social que eles veem como uma aliança entre os gestores e as massas populares. Foi a partir desta aliança pós-depressão que os gestores alcançaram então sua total autonomia em relação à classe capitalista de acordo com Duménil e Lévy (2018).

Esse período, no qual havia a aliança com a classe dos trabalhadores que eles denominam de segunda ordem social, foi marcado por um aumento do poder de compra das massas populares (DUMÉNIL; LÉVY, 2018). A luta contra a desigualdade foi colocada em primeiro plano e os interesses dos acionistas foram relegados para segundo plano. É por isso que eles dizem que “este foi o período em que a redução da desigualdade na distribuição da renda total, dos salários” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 99, tradução nossa). Esta redução, por assim dizer, foi a expressão desta ordem social. Os gestores inverteram as tendências econômicas em favor das massas populares. Tudo isso foi possível porque eles tomaram sua autonomia sobre os capitalistas através das funções que desempenham. Estas funções são sinônimas de poder entre os defensores da teoria gerencial.

Depois de “as três primeiras décadas do pós-guerra”, os gestores se viraram a favor dos capitalistas segundo Duménil e Lévy (2018), o que provocou uma reconfiguração das relações de classe no capitalismo gerencial. Quem se beneficiou desta nova direção econômica que os gestores tomaram? A resposta foi: as classes superiores¹⁷. Quem foi a vítima? Igualmente inquestionável: Classes populares. Esta nova direção econômica persiste até hoje através do quarto ordem social. Pode-se concluir que é graças ao seu grau de socialização e organização que os gestores foram capazes de direcionar as perspectivas econômicas a seu favor, já que “os gestores conquistaram altos graus de autonomia na gestão das empresas e na condução das políticas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 99, tradução nossa).

Através destas ordens sociais, Duménil e Lévy querem nos mostrar como os gestores têm a capacidade de controlar, moldar, dirigir a economia através das diferentes alianças de classe que eles mencionaram. Uma observação que afasta os gestores de sua posição como personificações de capital e também em sua ascensão em empresas de ações como uma exigência do sistema. Duménil e Lévy mostram então que os gestores podem, se quiserem, retardar a expansão e a acumulação de capital, o que poderia posteriormente produzir uma diminuição da desigualdade social, conforme observado na segunda ordem social. Isto provaria que o capital é realmente controlável, o que não é surpreendente, já que uma teoria dos gestores

¹⁷ Quando Duménil e Lévy falam da classe superior estão referindo-se à luta tripolar que alegam existir no capitalismo gerencial em que as classes superiores são as dos gestores e capitalistas.

na sua função quiser promover que o capital é controlável, mas somente os gestores que são capazes para o domar. Por outro lado, sua segunda ordem social foi seguida por uma grande crise econômica que ofuscou a economia mundial e deu origem à terceira ordem mundial. Já que, segundo Duménil e Lévy (2018), as crises econômicas marcam o aparecimento de uma nova ordem social, como aquele de 2007-8, que marcou a chegada do *neo-managerialismo*.

Como já vimos anteriormente, os mitos são formações de pensamento que tentam distorcer a realidade social, que tentam por todos os meios ocultá-la ou torná-la obscura e as vezes mostram uma realidade ao contrário do que ela é. É o que vemos nas análises das ordens sociais uma vez que parecem ecoar o mito schumpeteriano sobre um tipo superior de gestores-empresendedores. Ligados a esse mito schumpeteriano, Duménil e Lévy sustentam que os gestores conseguiram com facilidade passar de uma aliança com as classes trabalhadoras para uma aliança com os proprietários, uma decisão que permitiu mudar a economia em seu benefício porque, de certa forma, esta transição permitiu que eles se tornassem muito mais ricos por meio de suas rendas e privilégios nas empresas. Ao inclinar a aliança para a classe capitalista na terceira ordem, Duménil e Lévy (2018) nos mencionou que a desigualdade social aumentou exponencialmente a ponto de considerar este período “a ofensiva das classes capitalistas em aliança com a alta administração contra o trabalho e a esquerda, ou seja, um episódio de luta de classes em que as classes altas tiveram vantagem sobre as classes populares” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 99, tradução nossa). Isto nunca foi uma ofensiva dos capitalistas às classes populares, mas sim a resposta do sistema de capital às autorrestrições racionais impostas a ele após a crise de 1929, restrições que retardava a acumulação e a expansão do capital. As “ações políticas a favor do poder de compra, da educação, da saúde e da aposentadoria” eram ações controladores sobre o capital e também a “luta contra as desigualdades através da implementação de salários mínimos e da pesada tributação da alta renda e da herança”, parecem como obstáculos para expansão e acumulação do capital.

Todas essas restrições não impediram a crise dos anos de 1970 que provocou uma onda de inflação e o fracasso das políticas keynesianas por que o sistema do capital “ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes [...] se as condições o exigirem” (MÉSZÁROS, 2011, p. 103). O sistema só segue suas próprias determinações para a expansão e acumulação de capital. Isto é tão verdadeiro que os aspectos da nova orientação destas terceiras ordens respeitam o curso do desenvolvimento do sistema de capital em sua expansão como “o aumento da distribuição de dividendos” e também “o aumento da remuneração dos altos administradores em salários” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 105).

Esses aspectos implicam que o sistema do capital segue seu curso em direção a uma maior expansão, mas os gestores, cada vez que o sistema se torna mais e mais complexo e cambaleante, tornam-se cada vez mais numerosos do lado do capital para criar as condições necessárias para canalizá-lo. Para os defensores da teoria dos gestores, não é uma questão de sustentar o sistema do capital pela sua expansão, mas uma questão de administrá-lo ao infinito, uma capacidade que Duménil e Lévy veem os gestores como agentes socializantes e organizadores, os quais, para agir com mais eficácia, devem assumir o domínio social. O gerencialismo é chamado modo de produção-socialização:

A frase “modo de produção-socialização” deve ser preferida. De forma correspondente, o critério da posição em relação aos meios de produção na definição das classes deve ser estendido à consideração dos meios de produção-socialização, que também inclui os bens governamentais. Além da produção no sentido estrito, os gestores assumem a liderança na condução das tarefas primárias nas quais as principais formas de socialidade são fundamentadas. Assim, a tomada de decisões quanto ao uso dos meios de produção-socialização está concentrada nas mãos de uma fração da população, definindo sua posição como classe alta. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 54, tradução nossa)

Esta classe dominante que será responsável pela tomada de decisões sobre os meios de produção-socialização será a classe gerencial. Uma observação a fazer é que a expressão classe popular foi substituída pela classe administrada no gerencialismo. Esta classe administrada, como lhe chamam, é uma mistura entre a classe popular e a classe capitalista¹⁸. A razão é simples porque neste período de transição para o gerencialismo não há eliminação dos capitalistas nas relações de produção nem como classe nem como pessoa, eles não são enviados para casa como afirmava alguns autores. Desde o início da transição que eles mencionavam, as classes capitalistas formaram uma aliança com os gestores na primeira e terceira ordem social de acordo com Duménil e Lévy da maneira diferente. Mas no gerencialismo, a questão será bem diferente. Como eles declaram que “não houvesse eliminação radical das classes capitalistas, pode-se referir a um processo contínuo de “eutanásia” dos capitalistas como tais (não como seres humanos), afetando gradualmente a renda, a riqueza e os poderes dessas classes” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, 101-102, tradução nossa). É no gerencialismo que esta classe será completamente enfraquecida, de modo que todos os processos de produção estarão nas mãos dos gestores, e é então que Duménil e Lévy realmente nos mostram sua ligação com

¹⁸ No capítulo 17 do *Managerial Capitalism*, os autores utilizam dois termos importantes que são inequívocos: subjugar as classes capitalistas, ajudando sua reconversão. Estes dois termos são autoexplicativos, as classes capitalistas não desaparecerão das relações de produção, mas estarão sujeitas às classes gerenciais.

a teoria dos gestores, que, em sua função social, pretendeu convencer amplas camadas sociais de que todos os problemas imanentes aos processos do sistema de capital podem ser eternamente gerenciados. E quem diria que essa ideologia não é, de fato, penetrante em seu convencimento pretendido? No gerencialismo de Duménil e Lévy,

Todos os aspectos de produção, investimento, alocação de recursos entre empresas e indústrias, gestão da macroeconomia, mecanismos reais e financeiros, assim como a organização de redes sociais relativas ao transporte, educação, saúde, pesquisa, preservação do meio ambiente e afins, estão envolvidos. Há uma divisão de trabalho entre os gestores nestes aspectos. Várias frações dentro da classe superior são, assim, definidas, dentro de configurações hierárquicas mais fortes ou mais fracas, dependendo das circunstâncias históricas. [...] A alocação de poderes e renda entre as diversas frações das classes altas é, obviamente, o objeto das tensões. [...] A divisão entre os salários mais altos dos administradores e os salários mais baixos das classes populares, assim como as hierarquias dentro de cada classe, é determinada pelas posições dos indivíduos em relação aos meios de produção-socialização. (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 54-55, tradução nossa)

No gerencialismo de Duménil e Lévy, as tendências capitalistas persistem de forma flagrante. A sociedade de classes persiste por meio da divisão social do trabalho, por meio do seu modo de produção particular. A extração de trabalho excedente para a acumulação de mais-valia não foi eliminada. Apesar disso os autores sustentam que esta extração de excedente não será mais “baseada na definição de uma teoria do valor do trabalho” que, de uma certa forma, será desnecessária, e também que as relações de mercadorias desaparecerão neste novo modo de produção (DUMÉNIL; LÉVY, 2018).

Contrariamente a esses diagnósticos, a divisão do trabalho persiste no “gerencialismo”. Mézáros (2011, p. 99) sublinhou que a divisão do trabalho no capitalismo sugere que ela foi “apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida”. Essa divisão, porém, “vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 99). Em conclusão, os próprios fundamentos do capitalismo permanecerão inalterados por que teria uma preservação formal dos mecanismos herdados de práticas anteriores. Quando falamos de práticas anteriores, são práticas herdadas do capitalismo como “a sobrevivência parcial dos mecanismos de mercado” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 56, tradução nossa).

As determinações do sistema sobreviveriam no capitalismo gerencial através de “canais específicos na formação da renda das instituições financeiras poderiam sobreviver, com graus

mais fortes ou mais fracos de semelhança com os canais que regem a formação da renda no capitalismo gerencial, tais como juros ou dividendos” (DUMÉNIL; LÉVY, 2018, p. 56, tradução nossa). O gerencialismo de Duménil e Lévy é então um sistema de autorrestrição racional para o sistema de capital, tomando os gestores como o agente capaz de superar os problemas estruturais de controle do sistema de capital. Entretanto, diante de tal situação, como Mészáros (2018, p. 105) sugeriu,

Por mais que se tente, a perda de controle na raiz desses problemas não pode ser remediada de modo sustentável pela separação total entre produção e controle nem pela imposição de um agente separado - como “personificações do capital” sob formas variadas - sobre o agente social da produção: o trabalho. Precisamente porque o exercício bem-sucedido do controle das unidades particulares de produção - que assume a forma da “tirania das oficinas”, exercida pelo “empresário” privado, pelo gestor, pelo secretário stalinista do Partido ou pelo diretor da fábrica estatal etc. - não é nem mesmo remotamente suficiente para assegurar a viabilidade global do sistema do capital, deve-se tentar outras maneiras de remediar os defeitos estruturais de controle.

Ao assumir o controle da empresa, os gestores assumem o controle dos meios de produção capitalistas, gerenciando assim a extração de mão-de-obra excedente, a acumulação de capital ou a expansão do capital. Isso mostra como os gestores têm um certo nível de controle sobre o sistema de capital, mas pensar que eles podem controlá-lo indefinidamente é contrário às provas diuturnas que a história apresenta.

É perceptível que em Duménil e Lévy existe a tendência da apologia indireta ao capitalismo. Em primeiro lugar, a sua veneração pelos gestores como um agente que ultrapassa os capitalistas no controle do sistema do capital está ligada ao problema da incontrollabilidade do capital. Passa-se de um sistema descontrolado para um sistema controlado por um agente capaz de administrar o capital indefinidamente. Esta tendência apologética leva os defensores da doutrina a identificarem os gestores como agentes capazes de ultrapassar todas as contradições do sistema. Duménil e Lévy não escapam a essa tendência, como vimos. Em segundo lugar, a sua adesão à teoria dos gestores como uma teoria que sustenta que a sociedade está se transformando numa “sociedade gerencialista” que não seria capitalista propriamente possibilita a manifestação da tendência que também existia em Burnham. Embora com bases analíticas diferentes, os resultados são os mesmos, qual seja, uma sociedade onde os gestores serão a classe dominante. Lukács (2020) afirmou que esta tendência era uma apologia ao capitalismo que Burnham queria reavivar, uma tendência que era de realizar uma espécie de apologia indireta desse modo de produção. Com as evidências colecionadas, restou claro que Duménil e Lévy fazem apologia indireta ao modo de produção capitalista por meio de uma

nova “sociedade gerencialista”. Como variante da terceira via, a teoria dos gestores apregoada pela dupla francesa é persistência da apologia indireta que pôde ser identificada por Lukács em Burnham.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho pretendeu avaliar se persistiu nas propostas analíticas de G. Duménil e D. Lévy a tendência de uma apologia indireta ao capitalismo que pôde ser originalmente sublinhada na “doutrina gerencialista” presente em J. Burnham, conforme criticamente destaca por G. Lukács. Para tanto, o estudo seguiu as principais indicações do pensador húngaro com respeito à delimitação da gênese e da função social da ideologia, presentemente consideradas a respeito de tal teoria dos gestores como ideologia, adicionando ainda a análise imanente como procedimento analítico que possibilitou o desmascaramento das tendências presentes nas obras analisadas.

Ao tomarmos a assim chamada “doutrina gerencialista” ou “teoria dos gestores” que teve gênese nos Estados Unidos e que foi apregoada por diferentes autores, em especial J. Burnham, G. Duménil e D. Lévy, vimos que sustenta a existência de uma nova classe social dominante na figura dos gestores. No seio dessa teoria se encontra a tese, como vimos, acerca de uma transição social a partir da revolução gerencial, produzindo uma nova sociedade nem socialista, nem capitalista: uma terceira via emblematicamente representada por uma sociedade gerencial que, no entanto, manteria intactos os fundamentos capitalisticamente operativos. Em essência, trata-se de uma contradição em seus próprios termos.

Nisso se revelou a tendência principal de continuidade da apologia indireta ao capitalismo entre *A Revolução Gerencial* de J. Burnham e o *Capitalismo Gerencial* de G. Duménil e D. Lévy. Em outros termos mais conclusivos, foi possível demonstrar que, a despeito de certas especificidades, a apologia indireta ao modo de produção capitalista é persistente na propositura analítica dos autores franceses por decorrência de sua adesão a tal teoria que se expressa como representação distorcida da realidade histórica objetiva. A pretexto de criticar superficialmente o modo de produção capitalista e apresentar uma suposta transição para uma sociedade gerencial que não seria propriamente capitalista ou socialista, faz-se uma apologia indireta ao manter intactos os pilares desse modo de produção generalizado de mercadorias.

Como vimos, não é essa característica da teoria como representação distorcida que a tornou ideologia. Nessa toada, foi possível demonstrar que tal teoria é fundamentalmente uma variante da ideologia da terceira via. Tendo sua classissidade demarcada nos Estados Unidos, sua função social muito bem sedimentada sempre esteve em convencer amplas camadas sociais de que o modo de produção capitalista e suas contradições essenciais podem ser administrados indefinidamente. Não é apenas uma posição característica da terceira via em evitar que se retirem da crise a conclusão de que os problemas sociais identificados decorrem dos traços

fundamentais do modo de produção capitalista. Tendo tal posição pressuposta, a função da “doutrina gerencialista” mostrou-se historicamente mais propositiva como variante da terceira via: os problemas sociais decorrentes da lógica intrínseca do modo de produção capitalista podem ser enfrentados por método de administração do capital levado adiante por uma nova classe gerencial formada e treinada para essa tarefa, importando, pois, as alianças políticas que essa nova classe dirigente perfaz como uma espécie de fiel da balança no direcionamento das políticas econômicas, das rendas etc. Assim, o modo de produção deve ser administrado e não necessariamente transformado, ainda que seja apresentado, segundo a representação distorcida da teoria, como se estivesse superado sob a forma de uma assim chamada sociedade gerencial.

A conclusão sugere que não basta uma autodeclaração, como fizeram aquela dupla de economistas franceses, para evitar que as proposituras analíticas sejam assediadas por posições apologéticas. Portanto, mesmo o flerte com o marxismo não impediu que Duménil e Lévy acrescentassem camadas adicionais à doutrina gerencialista, alimentando a historicamente bem-sucedida ideologia cuja função, como destacamos, está em apresentar a alternativa de gerenciamento das contradições do capital. Temos a hipótese segundo a qual, no caso da dupla francesa, tenha jogado papel importante a assumida admissão de traçados keynesianos. Como destacamos anteriormente, o keynesianismo é uma das formas mais desenvolvidas da doutrina gerencialista aplicada à administração macroeconômica, deixando marcas indeléveis na propositura analítica considerada. Alimentamos também a possibilidade de que efeitos semelhantes poderiam ser destacados em J.K. Galbraith e, por decorrência, entre aqueles autores influenciados pelo keynesiano estadunidense como, por exemplo, Bresser Pereira que, como é notório, deixou importantes marcas nos estudos em administração e organizações no Brasil.

Essas hipóteses demandam pesquisas adicionais certamente. No entanto, as conclusões extraídas com a presente pesquisa reforçam a contribuição a um tratamento autenticamente crítico dos fundamentos da “doutrina gerencialista” que, como indicado em nossa introdução, ajudou de modos diversos na forja das teorias críticas e normativo-exortativas na área de administração e dos estudos organizacionais. Uma representação distorcida da realidade objetiva, ainda assim.

Na direção anterior de estudos adicionais, há caminhos de pesquisa interessantes a serem explorados. Por um lado, um estudo mais detalhado a respeito da gênese da doutrina alargaria o conhecimento acerca não só de seu aparecimento e decorrências nas décadas seguintes a partir da crítica à experiência soviética, com Bruno Rizzi – e em especial tais decorrências entre as tendências críticas nos estudos organizacionais, como aquelas representadas por Maurício

Tragtenberg e Fernando Prestes Motta –, mas também sobre a transição de sua classicidade para os Estados Unidos e os fatores reunidos que deram a tal doutrina seu desenvolvimento mais acentuado. Há, nesses termos, importantes contribuições para uma história do pensamento administrativo que, na presente dissertação, puderam apenas ser identificados, a exemplo da separação entre propriedade e gestão. Há mais questões importantes ligadas às crises econômico-sociais a serem trabalhadas nesse sentido que, infelizmente, não puderam comparecer na presente oportunidade.

Por outro lado, tudo sugere ser de grande relevância a ampliação do conhecimento a respeito da funcionalidade da doutrina em termos efetivamente práticos a qual teve que ser presentemente assumida e não integralmente demonstrada. E isso porque demandaria, de fato, um esforço de pesquisa inteiramente dedicado ao assunto em uma orientação mais empírico-objetiva. Ao lado, por exemplo, das notórias influências do keynesianismo em termos administração da macroeconomia no século XX (e mesmo em certa retomada recente), caberia estabelecer como aquela doutrina foi operacionalizada em termos práticos sobre os conflitos sociais de determinadas épocas, sobretudo no contemporâneo. Caberia mesmo perguntar se essa ideologia, tão vitoriosa desde pelo menos o final da segunda guerra mundial, segue exercendo suas funções originais. São questões que podem animar a continuidade da pesquisa sobre o tema tão importante e com profundos efeitos sobre a vida econômica e política da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Os pensadores. **Editora Nova Cultural Ltda.**, 1996.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. Monopoly capital: an essay on the American economic and social order. **Cidade: Editora**, 1966.
- BERNARDO, J. Gestores, Estado e capitalismo de Estado. **Revista Ensaio**, 14, 1985.
- BIRH, A. La surpopulation relative chez Marx, **dans revue ¿ Interrogations ?** N°8. Formes, figures et représentations des faits de déviance féminins, juin, 2009. Disponível em: <https://www.revue-interrogations.org/La-surpopulation-relative-chez>. Acesso em: 8 novembro 2021.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático. **Tempo Social**, v. 26, no. 2, p. 165-185, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Depois do capitalismo, o gerencialismo democrático. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 3, 2021. doi.org/10.1590/S0034-759020210304
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado e subdesenvolvimento industrializado. **São Paulo: Braziliense**, 1977.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Social classes and strata in contemporary capitalism**. São Paulo, 1981.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Capital e organização no capitalismo tecnoburocrático. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 2, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Capitalismo financeiro-rentista, política e dinheiro**, Estud. av. 32 (92), Jan-Apr 2018. Disponível em <https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180003>
- BURNHAM, J. The managerial revolution. **Van Rees Press: New York**, 1941.
- CARIBÉ, D. A. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**. São Paulo, vol. 1, n.o 1, pp. 31-44. Hucitec, out. 2008.
- CARIBÉ, D. A. Das fábricas ao Estado, do Estado às fábricas: a formação dos gestores enquanto classe. Mestrado (Administração). **Salvador: UFBA**, 2006.
- CHANDLER, A. D. Jr. The visible hand: the managerial revolution in American business. **Cidade: Harvard University Press**, 1977.
- CHASIN, J. Marx – Estatuto ontológico e resolução metodológica. **São Paulo: Boitempo**, 2009.

CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 1ed. **São Paulo: Ciências Humanas**, 1978.

COUTO, E. P. O sentido de crítica imanente em Theodor W. Adorno e Roberto Schwarz. **Revista MEMENTO**, Departamento de Letras, UNINCOR, v.10, n. 1, 2019.

DUMENIL, G. La position de classe des cadres et employés. 1ere édition : **Presse Universitaires de Grenoble**, 1975.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Dynamiques historiques: Modes de productions, classes, ordres sociaux et Etats. **PSE-CNRS**, 48 bd Jourdan, 75014 Paris, France, 2012.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Managerial capitalism: ownership, management, and the coming new mode of production. **Pluto Press**, 345 Archway Road, London N6 5AA, 2018.

DUMEZ, H. Qu'est-ce que la recherche qualitative ? **Le Libellio d'AEGIS, CNRS / École Polytechnique**, v. 7, n° 4, p. 47-58, 2011.

ENGELS, F. **Carta a Franz Mehring 14 de julho de 1893**. Disponível: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1893/07/14.htm> . Acesso em: 6 novembro 2021

GALBRAITH, J. K. The New Industrial State, Harmondsworth, **Pelican Books**, 1969.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38183> .

GOMES DE PAIVA JÚNIOR, F. et al. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**. V.13, n.31, p.190-209, 2011.

JORGE, M. T. Ações e reações do capital no Brasil (2004-2017), **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais** – v. 7, n. 3, p. 327-373, setembro-dezembro, 2020.

KAYA, Y.; MARTIN, N. Managers in the global economy: a multilevel analysis. **Article in Sociological Quarterly**, August, 2015. DOI: 10.1111/tsq.12111.

LE MENSUEL. Le chômage, armée de réserve permanente du capital, **lutte de classe n°210** - septembre-octobre 2020. Disponível em: https://mensuel.lutte-ouvriere.org/2020/09/13/le-chomage-armee-de-reserve-permanente-du-capital_151446.html . Acesso em: 1 novembro 2021.

LUKÁCS, G. A destruição da razão. 1a edição, **São Paulo: Instituto Lukács**, 2020.

LUKÁCS, G. Existentialisme ou marxisme? **Les éditions Nagel**, 7, Rue de Savoie, Paris (VIe), 1961.

LUKÁCS, G. La destruction de la raison II, L'irrationalisme moderne de Dilthey à Toynbee. **L'Arche Editeur**, 168, Boulevard Saint-Germain, Paris, 1959.

LUKÁCS, G. La destruction de la raison, Les début de l'irrationalisme moderne de Schelling à Nietzsche, **L'Arche Editeur**, 27, Rue Saint-André-des-Arts, Paris, 1958.

MANDEL, E. **Pourquoi la bureaucratie n'est pas une nouvelle classe dominante**, 1980. Disponível em: <http://www.ernestmandel.org/new/ecrits/article/pourquoi-la-bureaucratie-n-est-pas> . Acesso em: 05 outubro 2021.

MANDEL, E. Capitalismo tardio. **São Paulo: Abril Cultural**, 1982.

MANDEL, E. Marxist economic theory. V. 2. **New York: Monthly Review Press**, 1968.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. **São Paulo: Atlas**, 2003.

MARX, K. Manuscritos econômico filosóficos. **São Paulo: Boitempo**, 2015.

MARX, K. A ideologia alemã. **São Paulo: Boitempo**, 2011.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros: tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - **São Paulo: Boitempo**, 2011.

MILLS, C. W. A Elite do Poder. 4e Edição, **Zahar Editores**, Rio de Janeiro, 1981.

MILLS, C. W. White collar: the American middle classes. **Oxford University Press**, 1969.

MILLS, C. W.; HOROWITZ, I. L. Power, Politics, and People. The Collected Essays of Charles Wright Mills - **Oxford University Press**, 1963.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18 ed. **Petrópolis: Vozes**, 2001.

MOREIRA, F. S. Administradores políticos enquanto classe: um projeto de pesquisa. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, v. 1, n. 1, 2008.

MOTTA, F. C. P. Teoria das organizações: evolução e crítica (2a ed). **São Paulo: Pioneira Thomson Learning**, 2001.

PAÇO CUNHA, E. Ensino da administração política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política**, 9(2), 33-33, 2016.

PAÇO CUNHA, E. Keynes, Hayek e Friedman: pensamento econômico como ideologia na combinação histórica dos métodos de administração política do capital a partir da renovação do (neo)liberalismo. **XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD**, 2022.

PAÇO CUNHA, E.; JORGE, T. M. Função e gênese dos gestores econômicos do capital: ensaio baseado na crítica da economia política das organizações. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 9, n. 2, p. 630-660, 2022.

PAÇO CUNHA, E. Gênese do Taylorismo como ideologia: acumulação, crise e luta de classes. **Organizações & Sociedade**, 27(95), 63-93, 2020.

PAÇO CUNHA, E. Henri Fayol na encruzilhada da “terceira via”: organização da grande corporação e conflito social na forja do ideário fayolista. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. RECADM v.20 n.2 p.233-261, maio-agosto 2021.

PAÇO CUNHA, E.; JORGE, M. T. Introdução à gênese e funcionalidade dos gestores econômicos do capital. Conference: **Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, 2019.

PARSONS, T.; SMELSER, N. J. Economy and society: a study in integration of economic and social theory. **Taylor & Francis e-Library**, 2005.

PATRIOTA DA SILVA, R. Sobre crítica imanente: contribuições de Theodor Adorno aos estudos literários. **FAPESP**. São Paul, Brasil, p. 2755-2762, 2016.

SUWANDI, I.; FOSTER, J. B. **Multinational corporations and the globalization of monopoly capital: From the 1960s to the Present**. 2016. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2016/07/01/multinational-corporations-and-the-globalization-of-monopoly-capital-from-the-1960s-to-the-present/> .

TRAGTENBERG, M. Burocracia e ideologia. **São Paulo: Ática**, 1974.

VAISMAN, E. A ideologia e sua determinação ontológica. **Verinotio–revista on-line de filosofia e ciências humanas**, (12), Ano VI, out, 2010. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf> .

VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. **Verinotio – Revista on-Line de Filosofia e Ciências Humanas**, (4), 24–24. abril, 2006. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/27> .

VAISMAN, E. Lukács et la question de l’idéologie. **Réseau Canopé, Cahiers philosophiques**. N.119, p. 79-96, 2009.

VASUDEVAN, R. The Rise of the global corporation and the polarization of the managerial class in the US. **Department of Economics, Colorado State University, REVIEW OF POLITICAL ECONOMY**, 2018. <https://doi.org/10.1080/09538259.2017.1406225> .

ZEITLIN, M. Corporate ownership and control: the large and the Capitalist Class. **University of Wisconsin**, 1974.

ZEITLIN, Maurice. The large Corporation and contemporary classes. **New Jersey: Rutgers University Press**, 1989.